

**UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

TESE

**MOLEQUES PRETOS: UM ESTUDO SOBRE JUVENTUDES PRETAS NA
CIDADE DE QUEIMADOS**

MÔNICA DA SILVA FRANCISCO

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**MOLEQUES PRETOS: UM ESTUDO SOBRE JUVENTUDES PRETAS NA
CIDADE DE QUEIMADOS**

MÔNICA DA SILVA FRANCISCO

Sob a Orientação do Professor
Jonas Alves da Silva Junior

Tese submetida, como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutor em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ

Maio de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F818m Francisco, Mônica da Silva, 1979-
Moleques pretos: um estudo sobre juventudes pretas na cidade de Queimados / Mônica da Silva Francisco. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2022.
145 f.: il.

Orientador: Jonas Alves da Silva Junior.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2022.

1. Garotos pretos. 2. Educação. 3. Estudos sobre homens pretos. 4. Juventude. 5. Raça. I. Junior, Jonas Alves da Silva , 1978-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 626 / 2022 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.034265/2022-58

Seropédica-RJ, 03 de junho de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

MÔNICA DA SILVA FRANCISCO

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

TESE APROVADA EM 30/05/2022

Conforme **deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020**, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Membros da banca:

JONAS ALVES DA SILVA JUNIOR. Dr. UFRRJ (Orientador /Presidente da Banca).

RENATO NOGUEIRA DOS SANTOS JUNIOR. Dr. UFRRJ (Examinador Interno).

GABRIEL NASCIMENTO DOS SANTOS. Dr. UFSB (Examinador Externo à Instituição).

MARCELO JOSÉ DERZI MORAES. Dr. UERJ (Examinador Externo à Instituição).

PAULO MELGAÇO DA SILVA JUNIOR. Dr. UNIRIO. (Examinador Externo à Instituição).

(Assinado digitalmente em 04/06/2022 02:36)
JONAS ALVES DA SILVA JUNIOR
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
PROAES (12.28.01.19)
Matrícula: 1742750

(Assinado digitalmente em 06/06/2022 11:18)
RENATO NOGUEIRA DOS SANTOS JUNIOR
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1306589

(Assinado digitalmente em 05/06/2022 15:26)
PAULO MELGAÇO DA SILVA JUNIOR
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 693.154.186-20

(Assinado digitalmente em 03/06/2022 21:21)
MARCELO JOSÉ DERZI MORAES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 085.296.107-33

(Assinado digitalmente em 03/06/2022 19:57)
GABRIEL NASCIMENTO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 053.044.835-10

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **626**, ano: **2022**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **03/06/2022** e o código de verificação: **6dcf981db7**

DEDICATÓRIA

Dedico a minha tese “a todos os garotos pretos barrados na porta do shopping centers, para que eles saibam que são importantes”. Jovina Santos

AGRADECIMENTOS

A Olodumare, que me permitiu retornar dentro de minha linhagem familiar preta e ser parte de um povo que nunca deixou de lutar por liberdade. Ah Opará...

A Exu que atirou ontem, antes de vir o hoje e pela boca de uma amigo me disse que eu deveria fazer doutorado, na época, eu ri e achei tão longínquo e eis que a flecha havia sido lançada e não voltou sem atingir o alvo.

A minha mãe que é minha rede de apoio e minha companheira, em todos os dias, uns dias me animando, outros brigando comigo pois ela vê além da minha visão parcial dos fatos.

A meu filho Tyson, que é a razão de todas as minhas lutas para sonhar para ele e outros moleques pretos, dias melhores.

Ao meu marido, Jean Aprígio que foi e é o meu companheiro, sempre ao meu lado, obrigada por ser meu suporte nesses anos tão duros para mim.

A minha irmã Maiza pela generosidade de me acompanhar durante as entrevistas de campo.

Ao orientador Jonas Junior por me fazer perceber o quanto eu sou uma mulher potente, por todos os convites que me foram feitos durante o percurso do doutorado, por permitir que eu me tornasse uma pesquisadora. Muito obrigada!

Aos meus queridos Gabriel Nascimento, Jefferson Campos, Luciano Marques, Marcelo Moraes e Renato Nogueira por todas as discussões teóricas que tivemos no percurso da tese. Muito obrigada por estarem próximos de mim.

Ao Paulo Melgaço por participar de minha banca.

Aos meus entrevistados e suas famílias que colaboraram para meu trabalho de pesquisa, cedendo tempo e espaço físico para a realização das entrevistas.

A Dona Idalina e Denise Guirá que zelam pela pessoa mais importante da minha vida, me permitindo ter paz.

A Capes que por meio de bolsa de estudo possibilitou com que essa pesquisa fosse realizada.

RESUMO

FRANCISCO, Mônica da Silva. **Moleques pretos: um estudo sobre juventudes pretas na cidade de Queimados**. 2022. 145p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022.

A tese defende que o modelo de formação humana dos jovens pretos entrevistados na pesquisa é perpassado pelo enfrentamento do racismo, seja de forma direta ou indireta, estruturando as relações de raça e gênero no território da pesquisa. De modo que o estudo intenta descobrir como esses sujeitos vivenciam o “devir homem” dentro de um município de Queimados marcado pela violência tendo muito próximos de si a violação de direitos por parte da polícia e o aliciamento pelas facções criminosas dentro de um espaço geográfico onde são constantes os desaparecimentos forçados. Para viabilização da pesquisa busquei dos documentos históricos e na literatura produzida pelos intelectuais negros da década de 80, referencial teórico para compreender a onipresença do racismo na sociedade brasileira e a maneira como esses desdobramentos refletem principalmente nos garotos pretos. De modo que recorro aos Estudos sobre Homens Negros produzidos pelo intelectual Tommy Curry para analisar as relações entre racismo, garotos pretos e gênero. Tendo por norte esse referencial, utilizo na tese a metodologia de história de vida com a utilização de entrevistas semi-estruturadas com quatro rapazes para a partir das narrativas deles, compreender a maneira com que eles vivenciam o processo de “tornar-se homem” dentro de uma estrutura social racista. A partir de meus estudos, concluí que o racismo enfrentado por esses indivíduos molda a forma como eles compreendem o mundo e organizam seus comportamentos, vestimentas e perspectivas de futuro dentro do município em que vivemos.

Palavras-chave: garotos pretos; educação; estudos sobre homens pretos, juventude, raça.

ABSTRACT

FRANCISCO, Mônica da Silva. **Black kids: a study on black youth in the city of Queimados**. 2022. 145p. Thesis (Doctorate in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022.

The thesis argues that the model of human formation of the young black people interviewed in the research is permeated by the confrontation of racism, either directly or indirectly, structuring the relations of race and gender in the research territory. So, the study intends to discover how these subjects experience the "becoming man" within a municipality of Queimados marked by violence, having very close to them the violation of rights by the police and the enticement by criminal factions within a geographic space where enforced disappearances are constant. To make the research viable, I sought from historical documents and literature produced by black intellectuals in the 1980s, a theoretical framework to understand the omnipresence of racism in Brazilian society and the way these developments reflect mainly on black boys. So I turn to Studies on Black Men produced by the intellectual Tommy Curry to analyze the relationships between racism, black boys and gender. Based on this reference, I use the methodology of life history in the thesis with the use of semi-structured interviews with four boys to, from their narratives, understand the way in which they experience the process of "becoming a man" within of a racist social structure. From my studies, I concluded that the racism faced by these individuals shapes the way they understand the world and organize their behaviors, clothes and future perspectives within the municipality in which we live.

Key words: black boys; education; black man studies, youth, race.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico I	48
Gráfico II	53
Gráfico III	54
Figuras I	19
Figura: Arquivos – Povos pretos I	35
Figura: Arquivos – Povos pretos II	35
Figura: Arquivos – Povos pretos III	36
Figura II	42

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

SIGLA

IES

IBGE

Instituto Brasileiro Geográfico de Pesquisa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	11
1.1 A população brasileira.....	11
1.2 A mestiçagem como “signo cultural” da população brasileira.....	14
1.3 População Parda	17
1.3.1 Pardo é o papel?.....	18
1.3.2 A categoria pardo em disputa	20
1.3.3 O pardo é o negro da pele clara?.....	22
CAPÍTULO II	31
2.1. Teorias sobre o povo preto.....	32
2.1.1. Antecedentes históricos na África e a chegada do povo preto no Brasil.....	34
2.2. O termo negro/ preto no Brasil contemporâneo.....	36
CAPÍTULO III	41
3.1 Empregabilidade e peles pretas.....	44
3.2 Cadê os meninos e garotos pretos na escola?.....	46
3.3 Habitação - Onde moram os homens pretos pobres?.....	50
3.3.1 Meninos, jovens, homens e idosos pretos em situação de rua	52
3.4. Como vai a saúde, homem preto?	55
CAPÍTULO IV	58
4.1 O debate sobre a raça.....	60
4.1.2 . Racismo afetivo: o contexto brasileiro das teorias racialistas na América Latina.....	65
4.2 Corpos negros e o colonialismo	66
4.2.1 Colonialismos.....	70
CAPÍTULO V	74
5.1 A realidade social como fonte de teorias para o estudo sobre homens e jovens pretos.	74
5.2 O território da pesquisa. Queimados	84
5.3 Pesquisar jovens pretos por meio de suas narrativas	88
5.3.1 - A narrativa dos garotos pretos de Queimados.....	91
5.3.1.1. O perfil dos entrevistados.	92
5.4 Mundo do trabalho infantil e juvenil.....	98
5.4.1 Quanto o futuro, os meninos apresentam perspectivas diferentes.	99
5.5 Educação. Em tempos de pandemia.....	105
5.6 Religião.....	105
5.7. Tornar-se homem.....	108
5.8. Raça e racismo	109
5.9. A visão sobre a cidade de Queimados- o território.....	114
5.10. A construção de um pensamento teórico e analítico sobre o tema.	115

CONSIDERAÇÕES FINAIS121

REFERÊNCIAS 129

INTRODUÇÃO

Em uma de nossas conversas informais, Jonas Alves, meu orientador, me disse que “todas as pesquisas são parte de nós”, pois partem de nosso entendimento sobre a realidade do mundo em que vivemos, como percebemos os fatos e como eles se inserem em nosso cotidiano. A frase dele dialoga profundamente como contexto da minha pesquisa, pois falo de um território que eu vivo, do meu lugar de mãe de um garotinho preto de quatro anos e meio. Enquanto as outras mães pensam na educação fornecida na escola, eu desde já preciso fortalecer a estima de meu menino, para que ele não seja afetado pela dureza do racismo presente na educação infantil apontado no livro *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil* de Eliane Cavalleiro.

Ao mesmo tempo, formei uma família com um homem preto, que amplia a minha visão de mundo pelo fato de vivermos realidades educacionais bastante distintas que de certa forma me tirou da minha bolha me trazendo para o cotidiano de uma realidade concreta do medo de meu marido sofrer uma abordagem policial e torna-se um número das estatísticas seja de um desaparecimento ou de um homicídio ou de ser aprisionado ao ser confundido pela polícia. São medos meus, presentes no meu dia a dia, parte da forma com que o mundo se mostra para mim. Medos que enquanto mulher preta, nunca senti, mesmo possuindo uma longa trajetória de trabalhos em favelas do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense.

De modo que as questões dialogadas no texto partem desse duplo lugar de pesquisadora que investiga a forma com que os jovens pretos “tornam-se homens” dentro de uma realidade marcada pelo racismo em sua face mais letal. Tornar homem é uma frase bastante corriqueira, utilizada na variante coloquial fala-se “virar homem” para garotos em todas as fases de sua vida, quando bebês quando se naturaliza nos espaços periféricos empobrecidos que as mulheres mais velhas toquem nas partes sexuais dos recém-nascidos, como forma de verificação de seu gênero.

Durante a primeira e a segunda infância, os códigos sociais orientam os brinquedos que devem brincar, as atividades esportivas, as roupas e as cores bem vistas socialmente dentro da cultura ocidental em que estamos inseridos. Na adolescência, período caracterizado por descobertas, incertezas, mudanças fisiológicas e psicológicas em que a sociedade passa a perceber os adolescentes, sobretudo pretos, de maneira diferenciada devido a cor de sua pele. Se para os jovens de outros grupos raciais, a adolescência é vista socialmente como período de descobertas, numa sociedade caracterizada pelo ódio racial a população preta, os corpos juvenis masculinos são vistos como inimigos da ordem pública.

De modo que ser homem dentro das sociedades ocidentais é ser diferente de ser mulher, e o gênero vai determinar as relações, no caso dos homens pretos o órgão sexual estabelece seu pertencimento ao gênero masculino como aponta Tommy Curry no livro *The man-not The Man-Not: Race, Class, Genre, and the Dilemmas of Black Manhood* impactando a forma com que esses sujeitos são compreendidos, uma vez que a raça atua como determinante na desumanização de homens pretos.

A minha tese se debruça especificamente a população preta masculina, fora do escopo político do termo negro utilizado pelo Estatuto da Igualdade Racial promulgado em 20 de julho de 2010, lei que criou um dispositivo jurídico para diminuição das desigualdades sociais que afetam as populações pretas e pardas no tocante a discriminação racial e desigualdade de direitos. O Estatuto apropria-se do termo negro, anteriormente utilizado para nomear as populações de cor escura de ascendência africana, que passa a denominar as populações pardas intituladas dessa forma no dispositivo.

Meu objetivo na tese é compreender os elementos que são elencados no processo de “tornar-se se homem” vivenciado por jovens adolescentes pretos de 14 a 16 anos, moradores do município de Queimados e compreender como esses garotos constroem suas identidades na sociedade contemporânea, a partir das narrativas e discursos tecidos por esses sujeitos e as relações que constroem na escola, dentro dos espaços religiosos, no trabalho e com suas famílias.

Compreendo o “tornar-se homem” preto na racista sociedade brasileira, um processo delicado e complexo em que se fundem as questões de raça, gênero, juventudes, classe social e território. Uma vez que ser homem preto numa sociedade estratificada racialmente que estabelece que homens pretos são a “carne mais barata”, sujeitos violentos que podem ser mortos a quaisquer momento, sem que haja comoção social e se vitimados pelos estado, serão criados discursos e imagens que qualificarão esses sujeitos como “bandidos.

Nesse tocante, é importante compreender o que esses sujeitos adolescentes moradores de Queimados, cidade-dormitório da Baixada Fluminense, dividida entre o crescimento das milícias e do tráfico de drogas pensam sobre “tornar-se homem preto” dentro dessa sociedade.

Concordo com a tese defendida por Tommy Curry (2010) em que ele afirma que não é possibilitado ao homem preto falar por si mesmo, uma vez que as diversas teorias feministas negras, brancas e as ideologias difundidas pelo racismo científico propagado pelos europeus criaram uma narrativa marginal sobre os homens e garotos pretos, em todo “mundo colonizado” enquanto esses indivíduos são mantidos silenciados.

Na concepção de Kilomba (2017)

O racismo é muito complexo, lida com uma série de alienações e uma das alienações é exatamente a de que eu, enquanto pessoa e mulher negra, posso ter meu dia a dia interrompido e ser forçada a lidar com uma questão que não me pertence a princípio. Sou forçada a lidar com uma série de fantasias e de fantasmas que não são os meus. O racismo nos usa como depósito de algo que a sociedade branca não quer ser. Algo que é projetado em mim e eu sou forçada neste mise en scene, nesta encenação, a ser a protagonista de um papel que não é meu e com o qual eu não me identifico”. (KILOMBA, 2017, p.2)

A leitura proposta por Kilomba, dialoga com os estudos analisados na pesquisa e refletem o auto índice de violência que a população preta e principalmente os homens pretos sofrem. Uma análise minuciosa dos dados presentes no Atlas da Violência de 2018 apresentam o alarmante número de 57 mil jovens negros do sexo masculino anualmente mortos por armas de fogo, índice considerado altíssimo comparado aos países em guerra, os movimentos sociais denominaram essa violência que atinge a população negra de genocídio da juventude negra. A cartilha Óbitos por Suicídio entre ¹Adolescentes e Jovens Negros de 2018 publicada pelo Ministério da Saúde mostra o crescimento do número de auto homicídios praticados por adolescentes e jovens negros na faixa etária de 10 a 29 anos.

Gomes (2018, p. 4) nos provoca com as seguintes questões “o que se pode esperar de uma sociedade que expõe os seus jovens a um grau alarmante de violência? Que extermina os seus jovens? E, mais ainda, quando esse extermínio tem como recorte de crueldade o fato de a maioria desses jovens serem homens e negros?”

As indagações propostas por Gomes apresentam a urgência da discussão de gênero que abarquem o masculino juvenil, uma vez que as desigualdades de gênero proliferam na atualidade e pensar nas masculinidades negras urge a compreensão de que " a masculinidade negra incorporaria de um modo geral as contradições e ambivalências típicas de estruturas de dominação de raça e gênero que se associam e ao mesmo tempo se autocontradizem (PINHO,2016, p.89).

A escrita de Pinho (2016) dialoga com minha visão de mundo sobre a centralidade da raça e dos processos culturais que surgem a partir desse contato do corpo preto dentro das estruturas sociais, ou seja, não existe a possibilidade de uma escolha teórica que aborde jovens homens pretos, que estão inseridas no campo das masculinidades subalternas e excluídas dos processos coloniais que resultaram na amplificação do discurso racial.

¹http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf

A escolha teórica pela juventude masculina preta revela meu interesse de pensar os processos de formação humana vivenciadas por esses garotos, dentro de uma faixa etária 14 a 16 anos em que eles começam a ser cobradas pela sociedade para deixarem a infância e se comportarem como “homens” ao assumir responsabilidades da vida juvenil adulta seja na inserção no mercado de trabalho informal ou formal, no cuidado com os irmãos menores, na ajuda financeira na composição da renda familiar, daí a utilização do termo “tornar-se homem”, usado na tese. A ousadia se dá pelo reconhecimento que os adolescentes e jovens pretos se formam enquanto homens em mediações com outras formas de conhecimento, a rua, enquanto espaço de liberdade, trabalho e lazer partilhadas.

E por meio desse reconhecimento, interrogar como esses jovens e adolescentes forja seus processos de masculinidades. E o papel do patriarcado ocidental na conjunção do “ tornar-se homem” para os cidadãos de cor? Qual o impacto das discussões de gênero (na verdade se e como ela chega a esses sujeitos) na formação deles?

Como os jovens pretos têm construído seus discursos sobre “tornar-se homem preto” em relação (paternidade, empregabilidade, escolarização) observando a grande importância da cultura preta midiática e da sociedade do consumo na formação desses indivíduos e de como esses valores criados culturalmente rompem com a lógica de marginalização a eles imputados?

Esta tese é dividida em seis partes: no primeiro capítulo abordo as características étnico-raciais da população brasileira, um processo bastante importante para compreendermos o processo de formação da sociedade brasileira, espaço social em que a cor da pele do indivíduo determina o pertencimento racial, classe social e as oportunidades que esse sujeito será privado no decorrer de sua vida.

No segundo capítulo discuto a população preta brasileira, a partir das leituras de Cuti, Ele Sémog, Beatriz do Nascimento e outros teóricos pretos e teço considerações sobre o termo negro durante os anos de formação política e cultural da militância intelectual negra nas décadas de 70 e 80 em que o termo negro unia materialidade do fenótipo e identificação política. Essa discussão racial tendo por base a cor da população que sofria ódio racial, mudou de perspectiva após a criação do estatuto da Igualdade Racial, que igualou em termos de direito pessoas pretas e pessoas pardas. Compreender as mudanças do cenário político e legislativo do país, é importante para a discussão sobre os lugar ocupado pelos meninos homens pretos tanto nas políticas sociais destinadas ao “povo negro” quanto na invisibilidade desses sujeitos na sociedade.

No terceiro capítulo, fazemos uma discussão sobre a realidade nos meninos homens pretos no país, no tocante a habitação, saúde, educação e empregabilidade.

No quarto capítulo, apresentamos os Estudos sobre Homens Pretos, principal referencial teórico da tese, e como as reflexões sobre raça e homens pretos dão suporte para pensar as realidades brasileiras que estão imersas os garotos pretos, sujeitos de minha pesquisa.

O quinto capítulo, esboço algumas considerações sobre Queimados, território de minha pesquisa.

No sexto capítulo, apresento o percurso metodológico trilhado durante a pesquisa com a experiência de campo e narrativas dos garotos pretos, somadas à interpretação de dados colhidos no campo empírico, efetuada à luz dos principais referenciais teóricos que conferem sustentação teórica a essa pesquisa, sobre o processo de formação que estão em curso, constituindo-se homens.

No final do texto, teço as considerações finais

Um breve levantamento sobre os estudos sobre jovens e homens negros.

Ferreira (2002) observa que é de grande importância a leitura das pesquisas com a mesma temática de nosso estudo, visto que esses estudos têm o objetivo compartilhado “de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento” na expectativa de repontar as informações mais relevantes no momento do estudo e as conjunturas que determinaram a importância e a aplicabilidade das “dissertações, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários”.

No âmbito da pesquisa em Educação no Brasil, são poucas as referências que cruzam masculinidades, jovens pretos, Baixada Fluminense. Durante minha pesquisa no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) encontrei algumas pesquisas de Mestrado sobre juventudes negras. Nesses trabalhos, o foco era o processo de abandono escolar não abordando diretamente as diferenças de gênero, outras relacionadas as questões da sexualidade de homens negros não direcionadas a juventudes.

Durante a pesquisa identifiquei a Tese de Doutorado intitulada *Itinerários de Etnicidade: jovens negros e jovens negras em contextos de militância antirracista*, que embora aborde as juventudes negras, não é específica sobre o gênero masculino e focaliza o jovem negro dentro de práticas políticas e a Historicização e institucionalização das masculinidades no Brasil na área de Linguística que aborda as pesquisas das masculinidades no Brasil numa perspectiva mais hegemônica sem articular as questões raciais e das juventudes negras.

Encontrei algumas aproximações do meu tema na tese de autoria do Prof. Rolf Ribeiro da *O lazer agonístico: como se aprende o que significa ser homem num bar de um bairro suburbano* Silva, da área de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), um dos primeiros trabalhos no campo das masculinidades no Brasil. O trabalho aborda como homens multirraciais de diferentes faixas etárias constroem os seus significados de ser homem dentro de um bar de um subúrbio. A grande contribuição do trabalho foi a produção de escrita teórica sobre experiências comuns de sujeitos periféricos, que formam suas identidades em meio a outros homens.

Na pesquisa, estruturada a partir do conceito de masculinidade hegemônica, proposto por Connel (1982), o autor tece reflexões sobre os modelos de masculinidades de homens pobres, brancos e negros na faixa etária entre 50 e 70 anos desempenhados dentro de um bar do subúrbio carioca.

A partir das entrevistas dos pesquisados, o autor analisa o papel do raça nas relações interracialis desenvolvidas a partir do contexto de fraternidade e amizade dos sujeitos da pesquisa, ao mesmo tempo o autor apresenta por meio das obras literárias *O Cortiço e o Mulato* de Aluísio de Azevedo os imagens racializadas dos sujeitos brancos e negros, personagens do livro. Na pesquisa são mostrados nos diálogos dos indivíduos e a presença de discursos racistas naturalizados na mídia.

Na esteira das pesquisas, li a dissertação de Mestrado de *A pedagogia cultural das telenovela na construção de Masculinidades Negras*, Nascimento (2018) aborda o papel das novelas na difusão de visões preconceituosas sobre os homens, utilizando como referência os “compilados, resumos, comentários e revistas voltadas para esta produção”. A pesquisadora tece uma análise sobre o personagem masculino preto Foguinho, interpretado pelo ator Lazaro Ramos da telenovela *Cobras e Largatos* pondera que a mídia televisa opera como instrumento de difusão do racismo contra a população negra, atrelando ao homem negro o papel de malandro.

Nas considerações finais, a autora mostra que o homem negro é representado por meio da exclusão, ele é o outro como afirma Fanon que não pertence ao domínio da branquitude e devido a esse fator, carrega todas as características ruins atrelados aos negros dentro da estrutura racista.

Dando continuidade à pesquisa acessei o site da Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e não encontrei dissertações ou teses com a temática de juventudes negras, cultura e Baixada Fluminense que abordassem a influência da cultura contemporânea e dos cotidianos nas construções das masculinidades.

Diante da lacuna encontrada para esse tipo de investigação na área de Educação pretendo amparar minhas pesquisas nos Estudos de Gênero, Estudos de Raça e Estudos Culturais que analisam a importância das relações dos sujeitos com a sociedade e culturais nas mudanças dos paradigmas sociais propiciando novas vertentes por onde podemos analisar as mudanças nos padrões estéticos, sexuais e comportamentais dos jovens negros.

O recorte escolhido pela pesquisa e o número reduzido de material no Brasil sobre as masculinidades juvenis negras indicam a possibilidade de extensão do campo para novas percepções sobre os modelos culturais considerados hegemônicos em que as “rebeldias” das juventudes negras de ressignificar o papel atribuído a elas pelo discurso dominante criam novas formas de vida em sociedade.

Reconhecendo a existência de dupla imagem veiculada “a mídia, a indústria cultural, constrói identidades virtuais a partir, não só da negação e do recalçamento, mas também de um saber de senso comum em torno do indivíduo de pele escura”. (SODRÉ, 1999, p. 246) principalmente sobre as juventudes negras e a ausência de pesquisas que façam nessas pesquisas o recorte de periferia, situando-a na Baixada Fluminense o trabalho pretende se inserir nesse campo, para somar às poucas pesquisas existentes.

Há, no entanto, uma outra juventude, pobre, que na retórica da mídia, passa a ser representada como delinquente, drogada e criminosa. O discurso sobre esses jovens, moradores das periferias ou favelas, pelos meios de comunicação, está associado frequentemente à questão da marginalidade. Dessa forma, os meios de comunicação, que muitas vezes têm a função de denunciar situações de desrespeitos aos direitos de cidadania, também contribuem para a construção e manutenção dos estereótipos negativos dos jovens pobres tratando-os como “criminogênicos”. (MINAYO, 1999, p. 19)

Na mesma direção teórica, Paulo Junior e Leandro Borges, no artigo *Adolescentes Negros Moradores das Periferias Urbanas do Rio de Janeiro: entre Escola, Gênero, Masculinidades, Raça, Violência e Vivências* (2018) observa que o racismo onipresente dentro das escolas brasileiras reproduz os estereótipos de violência racial presentes na sociedade, em que os meninos desde pequenos, são ensinados que o pertencimento racial ao grupo preto é um problema ao entrar em contato com a violência racial e o conseqüente descaso dos professores em relação ao racismo vivido dentro do ambiente escolar.

O artigo *O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo* publicado em 2014, Deiveson Faustino pesquisador sobre masculinidades negras tece

algumas considerações sobre a ideia de pênis sem o falo, uma vez que nas sociedades colonizadas a noção de pênis, dentro de uma perspectiva branca remete a uma noção de poder que cria uma diferenciação entre homens e mulheres, a partir da genitália. O autor observa que no caso dos homens negros (pretos e pardos), o pênis não possui essa representação na esfera social, uma vez que o pertencimento racial desses sujeitos impacta nas ideias de pertencimento.

Acredito que a ideia defendida por Faustino, e presente nos textos sobre masculinidades negras cria uma história única sobre os homens, que nega a diversidade étnica presente dentro do grupo político negro, criando uma narrativa sobre o modo com que homens pretos e pardos (mestiços birraciais e/ou multirraciais) vivenciam suas masculinidades recaindo no perigo de uma só história referenciada por Adichie (2019), ao igualar as experiências sociais de homens pretos e pardos no tocante a construção de suas masculinidades e ao enfrentamento do racismo. Uma vez vivemos num país multirracial e multiétnico, como aponta Azoilda Trindade (2012) em que a mestiçagem é considerada um patrimônio nacional (SCHUMAN, 2012), entendida como um avanço para sociedade devido a superioridade do grupo racial branco e historicamente a ciência brasileira produziu documentos que mostravam que o processo de miscigenação no país, produziria o desaparecimento de indivíduos pretos com a aparência dos africanos que foram escravizados no país.

De forma que a aglutinação de homens pretos e pardos (multirraciais e multiétnicos) no mesmo grupo para se pensar a noção de masculinidades, produz uma narrativa que destoa da realidade social brasileira, em que a cor da pele preta, historicamente é um fator de risco para homens pretos, que muitas das vezes não são alcançados pelos dados oficiais, como mostra Alves (2019) no livro *Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense* sobre os inúmeros desaparecimentos forçados no país.

Somado a este fato, na última década, o Estatuto da Igualdade Racial criou dispositivos legais para diminuir as desigualdades de gênero entre as mulheres negras (pretas e pardas) e as brancas, possibilitando maior acesso a escolaridade, renda e cursos de formação e desenvolvimento profissional. Enquanto não houveram políticas públicas em nenhuma instância para correção das desigualdades raciais entre os homens negros (pretos e pardos) e brancos, permitindo o crescimento da desigualdade de renda, empregabilidade entre homens desses grupos raciais

Outra questão que considero problemática nos estudos sobre masculinidades negras é a ausência de análises que se referenciem por caminhos teóricos para além dos estudos feministas, uma vez que informações replicadas nos estudos de masculinidades, as mesmas presentes nos

estudos sobre mulheres referentes às desigualdades de gênero dentro do grupo negro (preto e pardo) não apresentam dados que comprovem o posicionamento das mulheres pretas e pardas em níveis sociais abaixo da pirâmide social embora essa informação esteja presente em vários estudos não existe um estudo em nível nacional sobre a empregabilidade formal e informal e salários em todo o país sobre a população preta e a parda para a partir da divulgação pública destes dados eles deveriam estar dentro dos trabalhos científicos.

Embora acredite na importância do feminismo, enquanto teoria crítica e social por trazer à tona questões de relativas aos direitos das mulheres nas sociedades ocidentalizadas como a brasileira, a perspectiva defendida pela teoria em que a mulher é pensada a partir dos moldes ocidentais branco, como aponta Oyěwùmí (2004) as questões do feminismo ocidental são centradas na ideia de casamento e de família nuclear, em que a mulher só existe dentro dessas relações de modo que essa configuração não abrange outras realidades como das mulheres periféricas, pretas, pardas africanas, indígenas e orientais. Uma vez que a teoria feminista traz os “problemas pessoais das mulheres na esfera privada são de fato questões públicas constituídas pela desigualdade de gênero da estrutura social. (...) forneceram as bases para as perguntas, conceitos, teorias e preocupações que produziram a pesquisa de gênero. (OYEWÙMI, 2004, p.4)

Não permite um olhar mais atento sobre a centralidade da raça, que é a problemática que atinge as populações preta uma vez que as “condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral” (CARNEIRO, 2013) .Mesmo com todos os recortes da teoria feminista e a busca de uma discussão mais abrangente , o racismo presente nas sociedades contemporâneas molda a construção de todas as teorias.

Ao mesmo tempo, a discussão contemporânea do feminismo negro brasileiro volta-se profundamente para as questões das mulheres mestiças, descendentes de grupos raciais diferentes como afirma o IBGE, inseridas nos ambientes universitários, nos debates sobre afetividade e empoderamento feminino negro exclui as mulheres pretas não escolarizadas pertencentes às mais baixas camadas sociais e ignora a realidade social dos homens pretos na sociedade brasileira.

No caso específico de minha pesquisa, a disciplina abordada embora tenha correlação com os estudos de masculinidades desenvolvidos pela Connel (1980) sobre masculinidades, ela caminha por outro viés teórico, ainda não desenvolvido no país, uma vez que os Estudos sobre Homens Negros , são um campo de pesquisas originais e sou a primeira estudiosa da temática no país.

De modo que acredito ser importante novas leituras para pensarmos os homens jovens pretos, e as teorias desenvolvidas por Curry (2019) no livro *The Man-Not: Race, Class, Genre, and the Dilemmas of Black Manhood* adentra-se mais na minha perspectiva teórica, ao discutir como a desigualdade social e racial infere nas concepções sobre tornar-se homem dos jovens pretos.

No desenvolvimento de minha tese me amparo nos estudos de Tommy Curry, nas pesquisas científicas sobre raça produzidos por Carlos Moore, Cuti, Beatriz do Nascimento e Lélia Gonzalez que me ajudam na reflexão sobre as problemáticas desenvolvidas na sociedade brasileira que afetam diretamente os jovens pretos, sujeitos de minha tese.

CAPÍTULO I

1. COMPOSIÇÃO ÉTNICO-RACIAL DO BRASIL

Nas ruas do centro de Queimados, andando em grupo três jovens, um branco, um pardo e um preto, os policiais os intimam e pedem ao garoto preto que levante a blusa, apresente os documentos. Os colegas da mesma idade olham sem compreender o que está acontecendo. O garoto preto é liberado, depois de ouvir dos policiais que iriam ficar de olho nele. Os meninos seguem seu caminho. (depoimento pessoal meu)

No primeiro capítulo abordamos as características étnico-raciais da população brasileira, um processo bastante importante para compreendermos o processo de formação da sociedade brasileira, espaço político-social em que a cor da pele do indivíduo determina o pertencimento racial, a classe social e as oportunidades que esse sujeito conquistará ou será privado no decorrer de sua vida. Nilma Lino Gomes destaca que o “ Brasil se destaca como uma das maiores sociedades multirraciais do mundo” (GOMES, 2011, p.1) em que a cor da pele, define o tratamento recebido/ dado pelo indivíduos nas relações sociais e dentro do tecido social de territórios periféricos, funcionando como escudo de proteção contra as desigualdades sociais para populações brancas e mestiças ou tornarem-se fatores de maior vulnerabilidade social para as juventudes masculinas de pele preta como mostram os índices de mortalidade e desaparecimento forçados na Baixada Fluminense, território de minha pesquisa.

1.1 A população brasileira

Rafael Guerreiro Osório (2003) no artigo "O Sistema Classificatório de "Cor ou Raça" do IBGE, observa que, devido aos múltiplos processos miscigenatórios ocorridos na história do Brasil, “a classificação racial brasileira é única e reflete preocupações engendradas pela história nacional” (OSORIO, 2003, p. 5) e acrescenta não haver uma documentação internacional que englobe raça e

etnia, uma vez que cada país organiza os seus conceitos de raça, etnia, povo e nação “pois as bases importantes para a delimitação das fronteiras entre grupos sociais são produzidas pela história de cada sociedade”. (IBIDEM).

O intelectual indígena Daniel Munduruku traz uma perspectiva contracolonial sobre a composição étnico- racial do país, no livro *O banquete dos deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira*, nos informa.

Essa terra tinha dono. Mas não um dono no sentido capitalista. Talvez fosse melhor dizer que essa terra tinha guardiães. Ela não pertencia a ninguém, mas servia a todos com igual valor. Vimos que a pré-história brasileira imperialista é, na verdade, a história de mais de mil povos diferentes que já caminham sobre ela há muitos milênios”. (MUNDURUKU, 2000, p.56)

O intelectual traz à tona a existência de “mais de mil povos” distribuídos no território brasileiro na época da colonização, trazendo um novo olhar sobre a composição étnico racial da população e contestando os dados nacionais sobre o números de indígenas no país, numa história não escrita nos livros oficiais, mais presente na características fenotípicas de povos da região norte do país. De acordo com os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) 2019, o Brasil é composto por três grandes grupos raciais brancos (42,7%), pardos (46,8%), pretos (9,4) e (1,1%) amarelos e indígenas.

A população branca brasileira é composta por dois grandes grupos: primeiramente, pessoas descendentes de grupos de europeus e asiáticos de distintas nacionalidades com diferentes características físicas e tons de pele branca e secundariamente, pessoas brancas de variadas origens étnicas, oriundas do processo de mestiçagem e sucessivo embranquecimento entre as gerações. O processo de embranquecimento da população brasileira remonta aos estudos de João Baptista de Lacerda (1912) que denunciavam Congresso Universal das Raças (Londres, 1911) que em 100 anos, os sucessivos processos miscigenatórios entre os indígenas, africanos e portugueses tornariam o Brasil um país branco, eliminando as raças consideradas inferiores.

Lia Schucman no livro *Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo. Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo*, a autora observa

Mesmo que parte de um imaginário fundador sobre o Brasil tenha como discurso o triunfo e orgulho da mestiçagem e da morenidade, o que aparece nas falas desses paulistanos é que alguns mestiços brancos só são considerados brancos

quando o que está em jogo é a oposição aos negros. No entanto, no interior do grupo dos brancos há características da mestiçagem que hierarquizam, por assim dizer, esta brancura. (...) No universo branco, o que parece é que nossa sociedade se apropriou dos significados compartilhados sobre superioridade e pureza racial e, desta forma, desenvolveu um sistema hierárquico silencioso e camuflado de atribuição de status social que desvaloriza as pessoas na proporção direta em que elas se afastam do modelo ideal de brancura, representado aqui nos depoimentos dos sujeitos como: tom de pele muito claro, cabelos lisos e loiros, traços "nos, olhos claros e ascendência norte-europeia. (SCHUCMAN, 2012, p.84)

A escrita da autora mostra que embora haja uma celebração da mestiçagem no país, dentro dos grupos brancos existe uma hierarquia de cor, que atribui aos sujeitos brancos mestiços de origem indígena, amarela ou negra uma categoria inferior aos brancos não mestiços de origem europeia. De modo que as ideologias de pureza racial e superioridade, nascidas dentro do racismo científico são utilizadas para valorar as características consideradas mais próximas do padrão europeu.

Historicamente o termo pardo é utilizado para nomear as populações que não se identificavam como brancas ou pretas, “logo ela foi pensada como categoria não residual ou mesmo um não rótulo” (FIGUEIREDO, 2007, p;56). O grupo racial pardo¹, maior grupo populacional do país, agrega pessoas de origens raciais diversas (cablocos, mamelucos, cafusos), mestiços oriundos dos diversos e históricos processos de miscigenações no país, populações ciganas, que formam uma população com características intermediárias de dois ou mais grupos étnicos.

A população preta, que orgulhosamente eu faço parte, é composta de pessoas de ascendência africana materna e paterna que carregam as mesmas características físicas, principalmente a cor da pele, traços faciais das populações africanas que vieram traficadas para o Brasil. No país o baixo crescimento do grupo preto devido ao crescimento dos casamentos inter-raciais (brancos, indígenas e amarelos) e o alto grau de letalidade devido ao contínuo genocídio negro denunciado por Abdias do Nascimento no livro *O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado* (1978), tem provocado uma diminuição dessa população devido ao enfrentamento constante as inúmeras violências. Sobre o grupo preto pretendo falar mais especificamente sobre o tema em outro capítulo.

De acordo com Daniel Mundukuru (2021) a população indígena brasileira é formada por trezentos e cinco povos de diversos grupos étnicos (pataxó, puri, tupiniquins, bororós, tikunas, guaranis, etc) distribuídos em várias regiões do estado brasileiro, com diversas culturas, costumes, religiões e línguas de variados troncos linguísticos. As populações originários dividem se em povos aldeados, povos isolados na Amazônia e em povos que residem fora das terras indígenas.

1.2 A mestiçagem como “signo cultural” da população brasileira.

Ortiz (2012) afirma que “a mestiçagem é na realidade retomar a metáfora do cadinho, isto é, do Brasil enquanto espaço de miscigenação”. (ORTIZ, 2012,p.6). Sendo um tema recorrente no pensamento social brasileiro, presente nos estudos sobre Sociologia, História, Biologia, uma vez que “o mestiço é, para os pensadores do século XXI, mais que uma realidade concreta, ele exprime uma necessidade social- a elaboração de uma identidade nacional”. (ORTIZ, 2012,p.6) com a presença de inúmeros intelectuais com visões distintas sobre o fenômeno ‘oscilando entre detratora, salvadora ou como característica positiva da nação ’. (FIGUEIREDO, 2007, p.5)

Compreendo que o tema mestiçagem no Brasil seja um tema bastante relevante principalmente nos últimos anos devido à crescente visibilidade dos movimentos negros americanos e sua discussão sobre raça, no Brasil que culturalmente importa e copia acriticamente os modelos culturais americanos, uma vez que a história, cultura e a geografia construíram uma outra realidade social no país e ao mesmo tempo ignora os países africanos e uma enorme diáspora presente nos países da América Central e as discussões sobre raça e etnia nos países da América Latina.

A mestiçagem durante o período de colonização e escravização é caracterizado por uma série de violências físicas, psicológicas e simbólicas contra as mulheres originárias violentadas pelos colonizadores e a população indígena despojada de seu território. Importante ressaltar que desde os primórdios, a miscigenação dos colonos europeus com as mulheres indígenas era visto como civilizatório tanto pelas instituições religiosas quanto pela Coroa Portuguesa.

E posteriormente pela reincidência dos crimes sexuais praticados contra as mulheres africanas, que vieram prisioneiras de guerra para o país, tanto no passado quanto no presente a população africana como a principal vítima, uma vez que no Brasil a mestiçagem teria como finalidade a exterminação dos fenótipos africanos, como o meu do país para melhoramento da raça e “da assunção de que a herança negra era um fardo que o país carregava” (FIGUEIREDO, 2007,p.7)

Na contemporaneidade o crescimento da população parda/ mestiça no país, deve-se ao crescimento de relações amorosas e sexuais consensuais entre pessoas de grupos raciais distintos e ao ativo processo de mestiçagem dentro dos grupos mestiços que afastam de certa forma esses indivíduos de uma racialidade específica tornando os apenas indivíduos com ascendência racial

com uma maleabilidade mas sem pertencimento identitário aos grupos, processo que Sansone (2004) identifica como raça sem etnicidade.

Para além da afetividade presente nas relações inter-raciais, a construção da sociedade brasileira baseada na crença da inferioridade do negro, o passado de escravidão ainda muito recente e a sobrevivência em meio as desigualdades sociais presentes no sistema colonial brasileiro, somados a ideologia de superioridade racial, econômica, cultural e política das populações brancas desenvolveram um a crença da importância das relações inter-raciais para as famílias pretas como mecanismo de fuga do racismo, uma vez que as proles nascidas dessas relações, cada vez menos escurecidas não viveriam o jugo do racismo.

No artigo, *A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional*, Emanuel Mariano Tadei destaca que historicamente o processo miscigenatório no país foi promovido tanto pela Coroa Portuguesa como pela Igreja como uma forma de pacificação das populações africanas e indígenas escravizadas. Tornando-se o símbolo do país, ao representar a “união pacífica” do africano com o europeu ou do europeu com o indígena, uma vez que os mestiços nascidos dessas relações, não seria considerado mais preto por ser oriundo de dois grupos raciais distintos, com características de ambos os grupos.

Isso nos habilita a encarar a mestiçagem não mais como algo natural, mas sim como um dispositivo de poder. Estou chamando de dispositivo um tipo de formação que, em determinado momento histórico, tem como função principal responder a uma urgência. Parafraseando Foucault, podemos dizer que o dispositivo pode se manifestar como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda até então. Pode ainda funcionar como reinterpretação dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Na condição de dispositivo de poder, o dispositivo de mestiçagem envolve um conjunto heterogêneo de elementos: discursos, ações, leis e programas de instituições. De forma mais específica, ele pode ser entendido como um conjunto de saberes e de estratégias de poder que atua sobre nossa identidade nacional, tendo por objetivo integrar e tornar dóceis as etnias que estão na raiz de nossa nacionalidade (no caso os indígenas do continente e os negros africanos). É o dispositivo de mestiçagem que dirige e comanda as ações e saberes numa determinada direção, com a intenção de atingir seu objetivo final: criar uma consistência entre todos esses elementos díspares, gerando subjetividades dóceis, mal delimitadas e manipuláveis. (TADEI, 2002, p.9).

O pesquisador nos traz a perspectiva de pensar a criação da mestiçagem como facilitador para as tensões raciais existentes no país, primeiramente no Brasil Colônia com o fomento da mestiçagem presente nas leis que proibiam as relações entre africanos e indígenas e posteriormente entre as populações africanas impedidas de formarem famílias no país.

Na concepção de Kabengele Munanga, a miscigenação pode ser compreendida a partir de duas narrativas, a primeira do ponto de vista biológico “como um fluxo de genes entre populações diferentes” e do ponto de vista cultural, uma vez que existem numerosas ideologias e hierarquizações sobre as populações no mundo. No caso específico, do Brasil, o intelectual observa a “mestiçagem como etapa transitória no processo de branqueamento constitui peça central da ideologia racial brasileira (MUNANGA, 2006).

Na mesma linha teórica, os intelectuais Weschenfelder e Silva (2018) observam que,

A miscigenação gesta outro elemento fundamental na construção da democracia racial, qual seja, a “pardificação” da população, resultado da fratura das polaridades raciais e de processos de subjetivação que interditam identidade racial ou mesmo de dessubjetivação de sujeitos negros que percebem no branqueamento o caminho para melhores posicionamentos sociais. O pardo é uma categoria que coloca em funcionamento o cromatismo e defasa no interior da população mesmo aqueles sujeitos que se afastam das polaridades (...) o pardo se configura, justamente, como o entre lugar destas polaridades, em um deslizamento constante de cores que não podem ser fixadas numa categoria essencial. (WESCHENFELDER E SILVA ,2018, p. 89).

Pode-se depreender que o processo de miscigenação no país, passa a ser utilizado como uma estratégia de negação do racismo, uma vez que indivíduos de grupos raciais diferentes formavam uma prole miscigenada e ao mesmo tempo invalidava a construção de uma identidade mais combativa em torno do racismo brasileiro.

*

Compreendo a população parda/ mestiça como um grupo derivado do cinco grupos raciais: amarelo, branco, indígena, pardo e preto (amarelo+preto;; amarelo+branco; amarelo +indígena; amarelo +pardo; amarelo+preto; branco+ indígena; branco +pardo; branco+preto; indígena+pardo; indígena +preto; pardo+pardo; pardo+preto) somadas as miscigenações derivadas das sucessivas relações sexuais-afetivas desses grupo. Devido ao intenso processo de mestiçagem presente na sociedade brasileira os grupos pardos/mestiços possuem cores e fenótipos extremamente diversificados com experiências, vivências, identidades e subjetividades bastante

distintas no tocante a discriminação racial, mesmo sendo identificados como não-brancos essas pessoas na realidade cotidiana não são consideradas negras fora do escopo teórico acadêmico binário que divide a sociedade em brancos e pretos e ignora a diversidade multirracial e multiétnica presente no país.

1.3 População Parda

Campos (2013) , disserta que o vocábulo pardo foi utilizado pela primeira vez no Censo brasileiro de 1872 como uma categoria intermediária entre as palavras negro e branco, em 1890 a expressão pardo foi substituída por mestiço. Passados vinte anos a nomenclatura foi suprimida uma vez que os organizadores pensaram que devido o processo de branqueamento ocorrido no país, a população se classificaria como branca. Como uma grande parte da população não optou entre a categoria preta ou branco, o estado optou pela reutilização do termo pardo em 1950. Para o teórico.

Desde o primeiro censo, a categoria “pardo” foi incluída (nos casos em que foi incluída) para dimensionar o estrato da população que, de acordo com os organizadores dos censos, não se classificaria nem como branco, nem como preto. Logo, ela sempre foi pensada como uma categoria residual ou mesmo como um não rótulo. (CAMPOS, 2013, p.82)

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuada (2021) a população parda é o maior grupo populacional do país com um percentual de 46,8 % de pessoas. O grupamento pardo reúne pessoas nascidas de dois grupos raciais distintos (amarelo, branco, indígena ou preto) nomeados nos antigos censos como mamelucos (indígenas e brancos), cafusos (indígenas e negros), mulato (preto e branco); caboclos (indivíduos de fenótipo indígena não pertencentes aos aldeamentos); pessoas oriundas de diversos processos miscigenatórios entre os grupos mestiços; populações ciganas e “existem muitos pardos no Brasil que são ameríndios-descendentes e outros que são asiático-descendentes”. (ALVES, 2010, p.1).

Indo na mesma direção teórica, O Manual do Recenseador do IBGE (2020), orienta que a classificação parda deve ser aplicada “para a pessoa que se declarar parda ou que se identifique com mistura de duas ou mais opções de cor ou raça, incluindo branca, preta, parda e indígena” (IBGE. 2020). Weschenfelder e Silva (2018) destacam

Considerando que pardo não é uma designação racial ou étnica, mas remete para a cor ou para o que se pretende como uma cor, ainda que indefinida, não deixa de ser interessante perceber como ele se constitui como central quando nos propomos pensar a constituição do corpo-espécie da população nacional. Os dados sobre a classificação racial da população evidenciam os desdobramentos de um sistema articulado de saberes e estratégias políticas, ou melhor, estratégias biopolíticas, que fazem da mestiçagem um dispositivo. (WESCHENFELDER E SILVA, 2018, p.311.)

Observo que o termo pardo é utilizado como um termo guarda-chuva que agrupa sujeitos de diversas cores, miscigenações entre os próprios grupos pardos, fenótipos e ascendências, uma vez que o processo de miscigenação produz sujeitos com características dos ascendentes diretos maternos e paternos e também dos grupos familiares (multirraciais) em que o sujeito traz no seu fenótipo características de três ou mais grupos raciais. De maneira interessante o autor traz para a discussão o termo corpo espécie que atesta a aparência como marcador dos vários fenótipos presentes no corpo miscigenado.

Nesse tocante, WESCHENFELDER e SILVA afirmam que

O pardo marca a passagem de um oposto ao outro e ao mesmo tempo borra qualquer noção de fronteira (...) o pardo adquire uma dimensão biopolítica e torna-se elemento central na questão da mestiçagem. Entendida como a principal característica brasileira, durante boa parte do século XX, a mestiçagem funciona como uma engrenagem que produz verdades e formas de condução da população. (WESCHENFELDER, SILVA, 2018, p.24)

As crescentes discussões sobre raça nas últimas décadas produziram questionamentos sobre o grupo racial pardo e os espaços ocupados pelos sujeitos de dupla ascendência na sociedade brasileira, uma vez que esses indivíduos compõem um grupo racial mestiço.

1.3.1 Pardo é o papel?



Figuras I – papéis l pardo

Papel pardo é utilizado nomear uma variedade de papel formada por fibras de celulose diferenciadas que não passa por um processo de branqueamento possuindo uma cor que variam entre o amarelo e marrom. No contexto cultural da sociedade brasileira, o termo pardo é utilizado para definir tanto as pessoas de cor intermediária descendentes dos grupos negros, brancos, indígenas e amarelos, quanto os descendentes mestiços desses grupos. Na concepção de Lilian Schwarcz , existe uma indefinição sobre quem seria a população parda no país, uma vez que o

O termo pardo surge como um verdadeiro saco de gatos, ou como a “sobra do censo”. O nome mais se parece com um curinga: tudo o que não cabe em outros lugares encaixa-se aqui. Vale a pena repensar esse termo, que funciona como uma espécie de etc. Como ninguém se autodefine como pardo (pardo é sempre uma definição externa), esse conceito funciona tal qual uma opção do tipo: “nenhuma das anteriores” (SCHWARCZ 2012, p. 97, 98)

Na frase “ninguém se autodefine como pardo” a autora remete as dificuldades de muitos brasileiros de dupla origem racial se definirem como pardos, uma vez que termos como moreno, mulato, cafuso, cabloco são historicamente de uso comum na linguagem popular, marcando a identidade cultural e social presente nos variados fenótipos em várias regiões do país, uma vez que as discussões étnico-raciais que atribuem conotação negativa ao termo mulato são restritas

aos espaços intelectualizados e acadêmicos e as populações e não inseridas nesse contexto social desconhecem os termos considerados politicamente correto presente dos discursos acadêmicos.

1.3.2 A categoria pardo em disputa

A utilização do termo pardo tem produzido uma intensa discussão sobre a identidade racial da população mestiça, uma vez que a concepção de povo brasileiro é compreendida de formas completamente diferente pelos Movimentos Indígenas, Movimento Negro e Movimento Pardo Mestiço e essa disputa para além das questões ideológicas presentes tratam de espectros políticos muito importantes para a população não branca que são a elaborações de políticas públicas na área de saúde, educação, territorial, cultural e geração de emprego e renda para esses grupos.

Na concepção do coletivo indígena do Vale do Ceará- Mirim / RN Movimento Indígena, coletivo de intelectuais orgânicos, composto de diversos indígenas de grupos originários de diversas etnias afirmam

Nem todo "PARDO" é afrodescendente! Muitos são indígenas que por motivos históricos tiveram sua etnicidade apagada. Resumir o Brasil a brancos e negros é extremamente etnocida com os povos indígenas e seus milhões de descendentes espalhados por todo país. Muitas pessoas seguem com suas retóricas equivocadas (e oportunistas em muitos casos) como se ã mais existíssemos, como se ã tivéssemos colaborado em NADA para a formação genética e cultural do que chamam hoje de Brasil. "Pardos", "caboclos", "cabras"... muitos foram os nomes dados a indígenas que ã mais correspondiam ao ideal de "exotismo" e "isolamento" que o pensamento colonial definiu sobre o que seria um indígena. A partir daí o estado brasileiro criou o "ex-índio", que juntamente com o conceito de "aculturação" e muitas outras violências geradas pela invasão europeia, fizeram com que muitos dos nossos ancestrais ã mais se assumissem como indígenas e que também ã fossem vistos assim pelo estado, que dessa forma "ã precisaria" garantir direitos aos nossos povos. E por isso, incontáveis indígenas assumiram identidades diversas impostas pelo colonizador para sobreviverem. A história precisa ser compreendida para que ã apaguem com retóricas etnocidas o povo ancestral dessa terra! Seguimos vivos, ã só na Amazônia, afinal existem indígenas em diferentes regiões, contextos, vivendo em cidades e em comunidades isoladas. A mestiçagem ã apaga nossa etnicidade e nem nosso DNA. A ciência também atesta isso através de estudos de DNA, onde mostram que só no RN 46% das pessoas tem mães ancestrais indígenas. Não aguentamos mais o apagamento que vem de todos os lados! Precisam mudar essa visão etnocida com indígenas e seus descendentes. Entendam de uma vez por todas: "PARDOS" também são indígenas e seus descendentes! E ninguém jamais vai pensar em um "indígena" quando usam as

palavras "preto" ou "negro" para se generalizar a suposta maioria dos habitantes do Brasil. Não se pode fazer justiça social com um povo oprimido apagando outros. Sim mulheres indígenas também foram e são violentadas, sim indígenas também foram escravizados por séculos e enfrentamos todas as violências possíveis e imagináveis. (INDIGENAS DO VALE,2021) Disponível em:<https://www.instagram.com/p/CSY8cNZL8du/>. Acesso: 12,dez,2021 às 18h.

O manifesto dos indígenas do Ceará tem suscitado um debate importante sobre a identidade da população brasileira, nomeada parda, uma vez que o coletivo, o grupo critica a existência a ideologia de um país birracial dividido entre pretos e brancos, que apaga a existência da população indígena e suas contribuições. O texto chama atenção ao termo ex-índio, utilizado para nomear famílias indígenas que foram expulsas de seus territórios nativos ou devido a exploração migraram para a cidade em busca de melhores condições de vida nas cidades e critica a utilização do termo pardo para nomear indígenas descendentes, pois “nesse sentido, o povo indígena estaria apagado duplamente, primeiramente no pardismo de seu povo e secundamente em sua junção aos pretos na constituição da população negra”. (MOREIRA, 2021, p.3

Nesse sentido, a utilização do termo pardo para nomear indígenas fora das aldeias, o intelectual Ailton Krenak na conferência ‘O truque colonial que produz, o pardo, o mestiço e outras categorias de pobreza’ observa a importância de que os indígenas e seus descendentes assinalem a categoria indígena no Censo 2022, uma vez que temas fundamentais para a comunidade indígena como a demarcação de terras tornam-se objetos de lei a partir de maior representação política sobre elas.

Durante a palestra, Krenak observou que o termo pardo “essas categorias foram criadas para ocultar nossa identidade e apagar nossa memória” (KRENAK, 2021, p.3) uma vez que foram utilizados para retirada de direitos das populações indígenas. O estudioso ressaltou que muitos adotaram o termo pardo como estratégia de sobrevivência pois os povos originários eram caçados e mortos nas regiões em todo país, destacando que

O racismo estrutural, como é hoje percebido, aquelas marcas que desde o século 17 e 18 foram carimbadas nas nossas peles como ferro de marcar animais” (...) “É preciso que a gente não esqueça o processo histórico e saia desse momento que nós estamos agora para uma configuração dessa comunidade plural no Brasil, onde a constituição de termos como pardo, mestiço, caboclo e todas essas outras categorias que foram se instituindo dentro do colonialismo, que não seja só uma citação, mas sejam percebidos com todo seu peso histórico e violência colonial que nos exige olhar também a questão do racismo” (KRENAK, 2021, p.3)

A escrita do autor, retoma a história do país, em que as populações indígenas foram as primeiras a serem escravizadas pelos colonizadores portugueses, da mesma maneira que faz uma crítica ao modelo colonialista utilizado pelo estado brasileiro de classificação racial imposta nos censos demográficos.

1.3.3 O pardo é o negro da pele clara?

No artigo *Raça*, o significante flutuante, Stuart Hall observa que mesmo com todos os significados existentes sobre o tema é muito importante frisar a importância desse tema uma vez que

raça é um dos principais conceitos que organiza os grandes sistemas classificatórios da diferença que operam em sociedades humanas. E dizer que raça é uma categoria discursiva é reconhecer que todas as tentativas de fundamentar esse conceito na ciência, localizando as diferenças entre as raças no terreno da ciência biológica ou genética, se mostraram insustentáveis. Precisamos, portanto — diz-se — substituir a definição biológica de raça pela sócio-histórica ou cultural. (HALL, 2003,p.4)

A escrita do intelectual embasa muitas das minhas reflexões sobre o tema, uma vez que como pessoa preta sou discriminada junto com meu grupo racial, devido a cor da minha pele e as características faciais e o cabelo crespíssimo que remetem aos grupos étnicos africanos que vieram sequestrados para o Brasil, sendo impossível para mim “fugir da raça” como diz Frantz Fanon no livro *Pele Negra, máscaras brancas*. De modo que as classificações inseridas nesse conceito, variam de sociedade para sociedade, mesmo que tenha sido provado que não existem diferenças entre as raças como o autor aponta no texto acima.

A questão da raça sempre foi uma problemática no Brasil, uma vez que o país importou as teorias racialistas europeias sobre a população africanizada e mestiça primeiramente de Gobineau e Louis Couty que foram utilizadas pelos intelectuais João Batista Lacerda, Silva Romero, Nina Rodrigues entre outros (AMORIM, como aponta Diego Uchoa de Amorim no texto *Teorias raciais no Brasil: um pouco de história e de historiografia*).

Uma vez que cada país vai organizar as suas leis e compreender a cultura, religião, etnia e a população, uma exemplificação para esse fato é que o termo negro, criado pelo racismo, só

faz sentido dentro das sociedades coloniais em que as populações africanas foram introduzidas após serem tornadas prisioneiras de guerras entre os colonos

Nos países da América do Sul, América do Norte e América Central, nos países que não receberam a diáspora africana como os países da Ásia e da Oceania existem outras designações, assim como nos países africanos com maioria de população preta como eu, as pessoas são nomeadas a partir do pertencimento ao seu grupo étnico e a raça enquanto diferenciação da cor da pele, só passa a ser problematizada a partir do contato com os outros povos não pretos.

O contato entre os grupos étnicos africanos e os europeus em Angola, e conseqüentemente a as relações de casamento e concubinato criaram privilégios para a população mestiça, uma vez que esse pequeno grupo é oriundo de relações de portugueses e mulheres angolanas, e os portugueses ocupavam os postos de chefia dentro dos territórios e províncias de Angola, de modo que a segregação racial no país. Na reportagem "Houve independência mas não descolonização das mentes" publicado no jornal Público, Joana Gorjão Nunes relata que os mestiços (2%) e os brancos (1%) e a maioria da população negra 97 % convivem nos mesmos restaurantes e discoteca mas nos “subúrbios mais pobres, só existe um tipo de gente, os angolanos de raça negra. Nos condomínios, nos bons subúrbios, há angolanos de raça negra da elite, com angolanos de raça mista, de raça branca ou povos de outras nações.” (NUNES, 2015,p.8).

Para a Nemézio Amaral Filho podemos demarcar historicamente o uso do termo negro: primeiramente como afro-brasileiro para se referir a cultura dos negros e aos segmentos da cultura popular trazida pelos africanos e secundariamente passou a ser “o termo foi popularizado – e, evidentemente, politizado – por outras entidades como a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro, a Pastoral”. (FILHO, 2006, p.4).

Na mesma direção teórica, Sansone (2004) destaca que o termo “negro é uma categoria sociopolítica de conotação positiva e constitui, por assim dizer, o termo politicamente correto” (SANSONE, 2004,p.73). Utilizado como categoria política o termo negro agrega pessoas de diversas cores e pigmentações que se nomeiam dessa forma devido ao pertencimento a cultura negra como o Carnaval, religiões de matrizes africanas, esportes de origens africanas como a capoeira e elementos culturais como hip hop, rap entre outros. Acredito a plurissignificação do termo negro, agrupando todas as pessoas não-brancas no mesmo grupo, seja extremamente problemática, uma vez que mesmo em pequeno número existe uma população preta de fenótipo africano que muitas das vezes não está inserida dentro dessa cultura e torna-se invisibilizada. Um

bom exemplo são as pessoas pretas que pertencem aos segmentos cristãos do país, mesmo sendo o segmento religioso do país com o maior número de pessoas pretas, esses indivíduos são estigmatizados por comporem uma religião pentecostal com histórico de perseguição as religiões de matrizes africanas, como se houvesse “ a impossibilidade para o crente negro de reivindicar sua herança cultural africana”. (REINA, 2017, p.5)

No ano de 2010, foi sancionado o Estatuto da Igualdade racial com a proposta inicial “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. (BRASIL, 2010). A lei é considerada um marco histórico pelos movimentos negros brasileiros na luta contra a discriminação racial e i na proposição de medidas legais a favor da população negra compreendida como “conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”. (BRASIL, 2010,p.4)

O IBGE nas pesquisas do censo demográfico adotam como critério o método de auto-declaração racial em que o sujeito declara qual grupo racial ele pertence.

A autodefinição critério de identificação racial utilizado pelo IBGE durante as pesquisas do censos demográficos tem produzido uma série de questionamentos e tensões sobre a quem pode ser alocado no subgrupo pardo, uma vez que a “categoria experiência do mestiço, de carregar no corpo e na aparência a confluência e o confronto de duas raças que se construíram historicamente de maneira antagonica.” (GOMES, 2008, p. 160).

Gerando uma celeuma sobre o pertencimento racial do grupo mestiço e a utilização do termo pardo, como mostra uma proposta registrada no site de ideias legislativas¹ que propõe a retirada do termo pardo dos vocabulário, o sintagma deveria ser substituído pelo termo negro de pele clara, uma vez que a autora afirma que a palavra pardo contém uma significação negativa oriunda dos tempos coloniais.

A solicitação datada de 2019, só obteve um voto, apontando os complexos caminhos seguidos por grupos ligados aos movimentos negro na proposição da ressignificação do termo pardo, que passaria a ser utilizado como sinônimo de negro da pele clara.

A proposição caminha na direção das narrativas sobre raça propostas pelo Movimento Negro, o Professor Dennis de Oliveira (OLIVEIRA,2020, p.5) observa “O Brasil é um país negro.

E infelizmente há uma tentativa constante de se apagar a raça negra. Então, o pardo se reconhecer como negro denota consciência racial e que o país é um lugar não-branco". (OLIVEIRA, 2020)

Na concepção Oliveira (2020) existe um interesse do estado brasileiro de invisibilizar as contribuições das populações africanas no país e seus descendentes, de modo que a elaboração de uma consciência racial” perpassa pelo reconhecimento da negritude, uma vez que o Brasil seria um território “não branco”. A narrativa do intelectual rememora a luta histórica dos movimentos negros nas décadas de 70 e 80 para a consolidação do termo negro para definir pessoas de ascendência negra, classificadas em retintas para pessoas de pele escura com fenótipo e características africanas das diversas populações africanas que vieram escravizadas para o Brasil e negros de peles clara oriundas de relacionamento inter-racial entre negros e brancos.

Sueli Carneiro no *texto Negros de pele clara* rememora o nascimento de sua filha, oriunda de relação com um homem branco de ascendência europeia, bem como as dificuldades vividas durante o registro de nascimento. De acordo com ela, durante o processo de registro o escrivão assinalou a opção “branca” para a identificação racial de sua filha e o pai, presente, impôs que no registro da menina fosse utilizado o termo negro, uma vez que a mãe é negra”. Ao classificar a criança como negra, devido a ascedência materna, utiliza como critério um modelo americano de classificação racial que norteia que filhos de relações inter-raciais entre pessoas negras e brancas são consideradas negras.

Percebo na narrativa da intelectual uma forte influência da leitura racial oriunda dos estados americanos em que as leis segregacionistas proibiam os casamentos entre brancos e negros e os frutos dessas relações eram considerados negros até a oitava geração. Na mesma direção, Nogueira (1998) observa que nos Estados Unidos na década de 50 “ o negro é definido oficialmente como "todo o indivíduo que, na sua comunidade, é conhecido como tal", sem qualquer referência a traços físicos”. (NOGUEIRA, 1998, p.89), de modo que pessoas mestiças assim como as brancas possuindo ascendência negra eram consideradas negros pelas leis americanas, mesmo sem possuírem a cor da pele negra.

No Brasil historicamente a miscigenação foi incentivada como mecanismo de erradicação do fenótipo africano e conseqüentemente desenegrecimento do país e portanto nunca houve legislações que proibissem o de casamentos entre grupos raciais diferentemente dos países europeus. Para além das diferenças históricas e culturais entre as leis nos dois países, no Brasil os marcadores raciais são fenotípicos relacionados a cor da pele escura, o formato do nariz, da boca, o cabelo encarapinhado em que a principal característica do racismo brasileiro é o profundo

ódio e desprezo pelas populações pretas que remetem aos corpos negroídes que vieram traficados para o país.

No artigo *Sex-biased gene flow in african americans but not in american caucasians*, o professor Sérgio Danilo Penna observa que a existência dessas legislações herdadas dos tempos de escravidão e segregação racial nos Estados Unidos da América produziram uma sociedade com baixa miscigenação comparada com outras sociedades coloniais vigorando do século XVII até os anos sessenta.

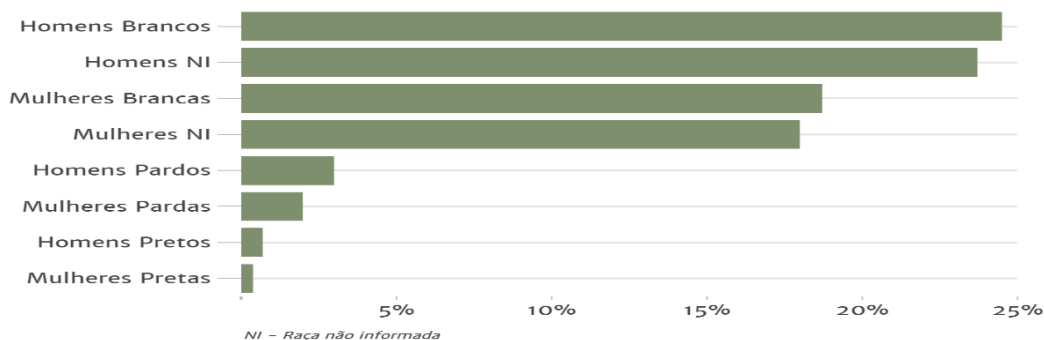
Os pesquisadores Lia Vainer Schucman e Felipe Luis Fachin (2016) observam que o diálogo dos movimentos negros brasileiros com os movimentos americanos influenciaram na redefinição de negritude incluindo pessoas mestiças que se classificavam como “por meio da ideologia do embranquecimento, como mulatos, morenos, marrons, entre tantos outros nomes”. (SCHUCMAN, FACHIN, 2016)

O enunciado do intelectual conflita com duas narrativas, primeiramente da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil sobre a presença de povos indígenas descendentes em todo território nacional tanto durante o período colonial, quando nos anos subsequentes e secundariamente, a realidade concreta observável em todos os cantos do país que mostra uma enorme diversidade étnica na população brasileira e posiciona o “ Brasil é provavelmente o país com maior miscigenação no mundo”.

Eu vejo como problemática a junção dos termos pretos e pardos utilizados como sinônimos, uma vez que a pessoas pretas e pardas mesmo próximas nos índices econômicos e sociais do IBGE possuem experiências sociais e raciais devido ao pertencimento racial de modo, que embora na visão dos grupos hegemônicos possa funcionar em nível macro no nível político para formulação de políticas públicas no combate ao racismo, no tocante as desigualdades educacionais, são visíveis nas instituições que adotaram o regime de cotas que reservam vagas para a população negra tanto no ingresso aos cursos superiores quanto nos concursos públicos, o pequeno número de pessoas pretas que acessam essas vagas.

Na reportagem Negros representam apenas 16% dos professores universitários publicadas no G1 em novembro de 2018, mostrou o crescimento dos docentes negros na universidade, mas de acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, homens e mulheres de cor preta somam menos de 5% nos cursos de Pós-Graduação como mostra o gráfico abaixo.

Docentes doutores na pós-graduação



Fonte: INEP - Censo da Educação Superior 2016



<https://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>

Uma vez, quando se considera que o “ negro é aquele que não é Branco, e, mais do que isso, despreza-se as diferenças e tensões entre pretos e pardos, que surgem também a partir das novas políticas de inclusão e que precisam ser pensadas enquanto consequências destas políticas”. (OLIVEIRA,2019, p.4). outra questão bastante negligenciada no debate racial brasileiro

No nível intergrupo a população preta continua alijada de direitos e cada vez mais invisibilizada, uma vez que as políticas direcionadas à população negra como a política de cotas nos concursos públicos e no ensino superior, contempla uma massa mestiça indistinta dentro dos grupos brancos como mostra Marcos Soares Pereira no artigo *Problemas relacionados a noção de “pardo” como categoria identitária no Brasil*.

A narrativa do Movimento Pardo Mestiço

Na contramão dos movimentos e negros, o Movimento Pardo Mestiço caracteriza-se pelo orgulho dos diversos processos de mestiçagem existentes na história do país, principalmente na periferia da Amazônia, onde nasceu o movimento, criando outra narrativa sobre a nação brasileira. Outra característica do grupo é a refutação pública ao discurso do movimento negro, muito presente nas pesquisas acadêmicas, sobre a não existência do mestiço e a fusão do grupo pardo ao negro. Nesse tocante Veran, destaca

Nesta partição bipolar, mestiços não existem porque, por definição, eles ocupam um espaço intermediário em que é preciso posições de fronteiras, porque eles exprimem um princípio de fluidez no qual se necessita de um princípio claro de corte. Nessa lógica, independentemente de qualquer posição política a respeito da questão racial, a produção de fronteiras está inserida em qualquer imperativo categorial e se torna uma questão de técnica administrativa. (VERAN, 2010, p. 28)

Compreendo a ideia de um país que se divide em brancos e pretos, excluindo as populações indígenas e os demais mestiços oriundos de outras composições étnicas-raciais conduz uma problemática sobre o acesso a direitos específicos para a população do Amazônia, que diferentemente do restante do país é prejudicada pela não inserção na categoria pardos.

Utilizando os dados do IBGE, que apontam o crescimento da população parda no país, o Movimento Pardo Mestiço, cria outra concepção de Brasil onde a

A mestiçagem não é vista como uma ideologia de dominação, como denunciam os defensores do projeto multicultural, mas como o processo de produção e transformação do povo brasileiro. (...) esse processo sempre foi espontâneo, pelo simples fato de que nunca foi impedido por leis raciais. Desse processo surgiram povos e culturas mestiças, como os caboclos ou os sertanejos, produzidos pela mesma matriz, e que partilham o princípio fundamental da fluidez, ou seja, de não impedir o processo que, inevitavelmente, os transformará. Segundo eles, foi desse movimento permanente de transformação que se formou o povo brasileiro. Não como conceito ou imaginário, mas como realidade sociológica fundamental. O povo é mestiço, no sentido de que uma porção crescente de brasileiros tem origens múltiplas e por isso partilha cada vez mais traços comuns, inclusive fenotípicos. (VERAN, 2010, p.31)

Considero a narrativa do grupo muito próxima da realidade brasileira contemporânea, ancorada na diversidade étnica do povo brasileiro, no início da colonização a mestiçagem ocorreu por meio da violência sexual contra mulheres indígenas e africanas (NASCIMENTO, 2003, p.5), sendo por esses fatores historicamente negada e entendida como estratégia para dominação dos povos africanos e indígenas, criando um povo de cor intermediária que transita entre as triplas origens étnicas europeia, africana e indígena, compreendo que o discurso sobre a mestiçagem tinha primeiramente “o intuito de se garantir alguma legitimidade moral à invasão europeia do que com uma preocupação com as estruturas sociais nativas” (FERNANDES, 2004, p.14).

O movimento traz outras considerações importantes sobre pertencimento e identidade que são acionadas tanto pelo movimento negro quanto pelo movimento indígena em seus discursos, uma vez que o Nação Mestiça recusa a identificação negra ou indígena, nas palavras de Helda, uma das principais vozes do movimento afirma

O que é o mestiço? O mestiço é a mistura do índio, do negro, do branco. Isso é o mestiço. Ele tem orgulho das suas origens, não importa quais sejam elas. Isso, para nós, é ser mestiço. Queremos ser caboclos, queremos ser mulatos, queremos ser cafuzos. Esse é o mestiço. (VERAN, 2010, p.17).

A visão sobre a mestiçagem do Movimento Mestiço traz um outro olhar sobre a miscigenação no país, que retoma a ideia central do mestiço como símbolo do país como defendia Gilberto Freire no livro *Casa Grande e Senzala* (1933). Afirmando uma identificação entre cor e origem, os integrantes do movimento retomam o orgulho de ser mulato, cablocos, e cafusos.

Um ponto interessante na discussão do grupo é a guerra cultural muito presente na contemporaneidade sobre as narrativas presentes nas discussões intelectuais dos movimentos negros sobre pertença racial e identidade da população brasileira. Se dentro da Universidade e nos grandes centros urbanos as discussões intelectuais produzidas no Sul e Sudeste sobre racismo reivindicam uma ressignificação do termo mulata, devido ao do vocabulário politicamente correto que atribui ao vocábulo um caráter pejorativo associado a palavra mula (animal estéril) e o termo mulato para nomear os frutos das relações entre os europeus e as africanas. Na realidade social brasileira são muito comuns a utilização desses termos nas periferias para designar filhos mestiços nascidos das relações entre pretos e brancos.

Outro aspecto interessante no tocante a identidade, o Nação Mestiça defende a ideia que “ser “negro” é uma marca fenotípica, se significa ser afrodescendente e se implica ter uma cultura de “matriz africana”, então os caboclos não são negros” (VERAN, 2010, p.16). Ao utilizar a fenotipia como argumento sobre o pertencimento ao grupo preto, o movimento traz à tona a narrativa sobre o fenótipo que embasam os discursos sobre racismo do movimento negro.

Embora a tese, não se prenda aos aspectos políticos do tema, é importante ressaltar que a reivindicação do Movimento Pardo Mestiço sobre a afirmação da identidade mestiça, como grupo étnico distinto dos negros uma vez que o debate se dá em torno das distribuições de terras étnicas da Amazonia e a não inserção desses sujeitos no grupo negro impede que esses indivíduos tenham acesso aos direitos, dado que “o afirmar cada vez mais na estatística nacional e nas políticas públicas que pretos e pardos são negros, e que ser negro é ser culturalmente afro-brasileiro, o caboclo se torna invisível” (VERAN, 2010,p.17), nesse tocante Jean Veran, no texto 'Nação Mestiça': As políticas étnico-raciais vistas da periferia de Manaus observa as questões políticas embutidas no discurso de raça e observa “ redefinir o acesso a direitos universais (educação, terra, saúde...) na base de critérios diferenciais (etnia, cor, raça), a igualdade como princípio fundador da cidadania se esgota”. (VERAN, 2010,p.18).

A perspectiva do grupo Nação Mestiça elabora uma discussão entre a assunção da identidade negra, que nega outras origens raciais e a aplicação de políticas públicas aos grupos vulnerabilizados, uma vez que a desidentificação com o termo negro impede que os membros

do Nação Mestiça sejam inseridos nas utilizado nas políticas públicas federais de distribuição de recursos. Embora tenha alguns aspectos que discordo principalmente por posicionarem contra as cotas raciais nos concursos e nas universidades, mostrando uma hierarquia bem presente em todas as organizações sociais do país, em que há discrepâncias educacionais entre as lideranças e os demais membros.

Ao mesmo tempo, considero que narrativa periférica e marginalizada do grupo, caminhe na direção dos discursos sobre mestiçagens no mundo, uma vez que o crescimento dos casamentos inter-raciais tem propiciado a geração de sujeitos multirraciais que frutos de dois grupos raciais distintos se identificam com as duas origens sem a negação de nenhuma delas.

Caminhando noutra diretriz, Reginald Daniel, professor de sociologia da Universidade da Califórnia (Santa Barbara) e líder do grupo de estudos Critical Mixed Races Studies, o crescimento de casamentos inter-raciais nos Estados Unidos e os processos imigratórios de pessoas de vários grupos raciais tem impactado na identificação racial do país, anteriormente binária e pessoas multirraciais tem reivindicado o reconhecimento de sua dupla identidade racial. Fazendo um comparação com o caso brasileiro, Reginald Daniel observa

As categorias raciais no Brasil historicamente se baseiam em aparências físicas. Se uma pessoa se olha no espelho e se vê numa categoria intermediária, fazer com que ela passe a se ver como negra não é tão simples. Muitos podem reconhecer uma ancestralidade africana, mas se identificar como pardos, mestiços, morenos ou outros termos. (DANIEL, 2010, p.2).

A narrativa do intelectual dialoga com a leitura de Telles (2010, p.8) que destaca que a aparência define quem é preto, mulato ou branco no país, determinadas pelo status social, gênero e situação social particular. No texto o autor, repete uma frase comum entre os militantes do movimento negro, sobre “ser lido como branco no Brasil” mesmo não o sendo, visto que a maioria dos cidadãos brasileiros são racializados no território nacional e muitas das vezes essas pessoas não viajam para o exterior de modo que para mim, é importante a forma como o país procede a leitura e não a visão estrangeira do tema. No que tange as pessoas de cor preta, como eu, somos racializados desde o nascimento e o pertencimento a esse grupo inclui uma série de marginalizações e discriminações.

Concordo com Reginald Daniel sobre a construção de uma identidade racializada quando ele afirma a importância de conscientização sobre o racismo e que teoricamente “essas pessoas de que elas são parte da luta negra e de que essa identidade multirracial não pode ser usada para fugir da luta”. (DANIEL, 2010, p.5).

Mas ao mesmo tempo, não acredito numa “negritude sem etnicidade”. (SANSONE, 2004, p.8) num suposto pertencimento racial ancorado numa afirmação política sem uma corporeidade e pigmentação, sem um corpo preto de fato, fortaleça a discussão de raça no país, uma vez que pessoas mestiças vivem realidades muito distintas que pessoas pretas no país e somente critérios socioeconômicos, como atestam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de sobre habitação, acesso à educação, saúde e empregabilidade dispostos ao longo da tese.

CAPÍTULO II

2. O POVO PRETO

A pele negra não é um distintivo de vergonha, mas sim um símbolo glorioso da grandeza nacional. Eu via diante de mim, tal como eu vejo agora, um novo mundo de homens negros (...) deixando a sua marca sobre a civilização e gerando uma nova aurora para toda a humanidade.

Marcus Garvey

A frase inicial, proferida por Marcus Garvey um dos mais importantes líderes pan-africanistas reconhecido mundialmente como “ Moisés dos Pretos”, retoma a grandeza da pele escura das populações africanas e afirma que a cor da nossa pele é símbolo da grandeza nacional, uma vez que Garvey acreditava que todos os negros deveriam retornar à África ao mesmo tempo vislumbrava um mundo novo em que as marcas do povo preto trariam a esperança para humanidade.

Neste capítulo discuto a população preta brasileira, a partir das leituras de Cuti, Éle Sémog, Beatriz do Nascimento e outros teóricos pretos, de pele negra, teço considerações sobre o termo negro durante os anos de formação política e cultural da militância intelectual negra, e como o termo unia materialidade do fenótipo e identificação política. Essa discussão racial tendo por base a cor da população que sofria ódio racial, mudou de perspectiva após a criação do Estatuto da Igualdade Racial (2010) que igualou em termos de direito pessoas pretas e pessoas pardas. Compreender as mudanças do cenário político do país, é importante para a discussão sobre os lugar ocupado pelos meninos homens pretos tanto nas políticas sociais destinadas ao “povo negro” quanto na invisibilidade desses sujeitos na sociedade.

2.1. Teorias sobre o povo preto.

O grandioso teórico Carlos Moore na obra *Racismo e Sociedade – Novas Bases Epistemológicas para entender o racismo* discursa sobre a origem do meu grupo étnico.

A raça negra não era raça neste sentido em que hoje projetamos, porque eles não se sabiam negros. Os povos melanodérmicos – de pele preta – surgiram na África. Não havia outros povos. A raça negra surgiu há 3 milhões de anos, concomitante com o surgimento da humanidade. Não era uma questão política. Durante 3 milhões de anos a humanidade teve pele preta porque surgiu em latitudes onde a pele protegia o organismo humano. Se fosse branca, não haveria existido a humanidade, pois era necessário um escudo contra os raios solares. (MOORE, 2010,p.15)

Na obra o autor aponta origem dos peles pretas e aponta fatores biológicos e químicos presentes no continente africano criaram o ambiente propício para o surgimento da humanidade, de modo que a pele escura era de suma importância para manutenção da vida da espécie negroide. Passados milhões de anos e derivando outros grupos étnicos (amarelos, brancos, indígenas, mestiços), a população preta possui como principal característica a pele escura, a textura do cabelo, as características faciais presentes no formato do nariz e dos lábios.

Na concepção de Afrika (2009) a melanina é uma substância natural responsável pela cor escura das pessoas de pele preta¹ “ presente nos corpos, pele, células, nervos, cérebro, músculos, ossos, sistemas reprodutivo e digestivo das pessoas pretas e em todas as funções corporais em uma quantidade maior do que todas as outras raças”. (AFRIKA, 2009, p.34)

Seguindo a mesma direção teórica, Carol Barnes (1988) afirma

O HUMANO PRETO é abençoado pela natureza naquilo que ele ou ela é dotado/a com um químico altamente funcional que regula essencialmente todas as funções e atividades corporais. O HUMANO PRETO se distingue de outras espécies humanas naquilo que ele ou ela tende a ter um *maior número* de órgãos e sistemas do corpo que contêm *elevadas concentrações* de um químico que é PRETO na cor. Este químico é chamado de MELANINA e é responsável por fabricar e sustentar a vida. (BARNES, 1988, p.4)

Barnes (1988) nomeia como benção, a presença desse elemento químico no corpo das populações pretas e mostra que a maior quantidade dessa substância nesses grupos populacionais, distingue a raça preta de todas outras raças, uma vez que “cada raça tem características particulares (cor da pele, tipo do cabelo, conformação cranial e facial, ancestralidade, genética, etc.), desenvolvidas num processo de adaptação a determinado espaço geográfico e ecossistema ao longo de várias gerações”. (ALCHORNE, ABREU, 2008, p.2). Embora não exista raça humana no sentido biológico, os grupamentos humanos étnicos (brancos, negros, indígenas, amarelos) possuem distinções fenotípicas entre si.

A cor preta é uma característica presente em populações em diversas partes do mundo, como na Índia em que as castas mais baixas dallits e sibbis (descendentes de escravos africanos radicados no estado de Karnataka), embora sejam indivíduos melaninados que guardam em seus corpos as características dos grupos étnicos africanos, que foram sequestrados do continente africano, essas pessoas não partilham da experiência do tráfico negreiro transatlântico de modo “que a maioria esmagadora dos descendentes de africanos na Índia contemporânea não teria uma consciência diaspórica. Haveria ocorrido um processo de integração e assimilação que explicaria por que os descendentes não se veem como africanos”. (CAMPBELL, 2008, p. 41)

No século XIX as teorias raciais difundidas pelos teóricos do racismo científico instituíram que o tipo do nariz, formato do crânio, espessura da boca, textura do cabelo e maxilar das populações africanas pretas, características fisionômicas presentes em toda a diversidade humana, eram diferentes dos demais grupos étnicos amarelo e branco e portanto inferiores.

Para Kabengele Munaga

O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras

raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. (MUNANGA, 2010, p.4)

A perversa ideologia euroamericana de associar as diferenças dos diferentes povos até então conhecidos no século XIX, somando a ciência a religião resultou no genocídio de povos indígenas e na escravização das populações africanas diferentes devido à cor de sua pele preta e a invenção racista sobre suas características físicas e psicológicas poderiam ser escravizadas e despojadas de todos os seus bens, território e cultura.

2.1.1. Antecedentes históricos na África e a chegada do povo preto no Brasil.

O intelectual senegalês Tidiane N'diaye no livro *O Genocídio Ocultado. Investigação histórica sobre o tráfico negreiro árabo-muçulmano* esclarece que o tráfico negreiro iniciado pelos árabes mulçumanos a mais de mil anos atrás tinha como principal característica o racismo contra as populações pretas, apoiando-se nos textos de Al-Dimeshkri que afirmavam

Nenhuma lei divina lhes foi revelada. Nenhum profeta foi mostrado em sua casa. Também são incapazes de conceber as noções de comando e de proibição, desejo e de abstinência. Tem uma mentalidade próxima da dos animais. A submissão dos povos do Sudão aos seus chefes e reis deve-se unicamente às leis e regulamentos que lhes são impostos da mesma maneira que aos animais. (N'DIAYE, 2019,p.89)

N'Diaye explica que apoiados nas ideias presentes nos textos sagrados os árabes-mulçumanos instituíram a escravidão dos povos pretos, uma vez que a religião islâmica produzia uma série de textos discriminatórios sobre meu grupo racial, naturalizando a escravização. Um dado interessante, presente na literatura de N'Diaye é a manifestação do ódio racial contra os homens africanos que tinham seus pênis mutilados e eram tornados eunucos “quando realizada em adultos, matou entre 75% e 80% dos que a ela foram sujeitos. A taxa de mortalidade só foi menor nas crianças que eram castradas de forma sistemática. Mas 30% a 40% das crianças não sobreviveram à castração total” (N'DIAYE, 2019,p.3). De modo que o processo “escravagista iniciado pelos árabes mulçumanos e continuado pelos europeu se deu pelo imaginário desses povos sobre o/a negro/a.” (MIRANDA, 2021,p.4)

O imaginário sobre a inferioridade dos povos africanos propiciou uma série de guerras no continente africano entre colonizadores europeus, grandes comerciantes mulçumanos de escravos e grupos étnicos africanos (LEYVA, 2017; N'DIAYE, 2019, p.4) tendo como consequência o aprisionamento de grupos étnicos sudaneses e bantus, oriundos das regiões Centro-Oeste, Oeste e Sudeste da África e o envio desses grupos para a América.



Figura : Arquivos – Povos pretos I



Figura : Arquivos – Povos pretos II



Imagens dos diversos grupos étnicos africanas residentes no país. Arquivo Nacional Povos pretos III

As imagens, presentes nos bancos de arquivos historiográficos brasileiros mostram a heterogeneidade das etnias africanas que vieram sequestradas para o país. Nas fotos percebe-se a diversidade fenotípica das populações pretas, suas marcas culturais, em comum a cor da pele preta, a marca distintiva do meu povo, que nos diferencia dos demais grupos raciais.

No Brasil, as populações pretas são caracterizadas pela multiplicidade de fenótipos devido aos inúmeros processos de mistura racial ocorrida através das relações intraraciais de diversos grupos étnicos (sudaneses e bantus), de modo que esse grupo possui a mesma aparência dos povos africanos que chegaram aqui durante a colonização sendo identificadas como africanos em quaisquer ponto do mundo, num processo que Kabengele Munanga classifica como “geografia dos corpos que somos vistos e percebidos antes de descobrir nossas classes sociais”.(MUNANGA, 2015,p. 2)

2.2.O termo negro/ preto no Brasil contemporâneo.

A palavra negro/ preto no Brasil possui duas significações bastantes distintas, a primeiramente relacionada materialidade fenotípica da população preta, sendo atribuído a todos os indivíduos que possuem a pele escura e ascendência africana. Essa junção da

palavranegro/preto muito presente na literatura produzida na década de 70/80 evocam a cor do corpo negro como espaço de lutas e de identidade política, cultural e social.

Éle Semog no poema Ponto Histórico afirma “não é que eu seja racista, mas existem certas coisas, que só os NEGROS entendem. (...) Existe uma marca no peito, que só nos NEGROS que se vê. Existe um sol cansativo que só os NEGROS resistem.(SEMOG; LIMEIRA, 1978, p. 94) No texto, Semog evoca a história social das populações pretas brasileiras que temos que reinventar o passado sem o devido conhecimento de nossas raízes africanas e ao mesmo tempo compartilhamos com nossas semelhantes pretos as histórias, tradições, culturas e religiões presentes nas culturas africanas.

Cuti (2010) afirma que “ a palavra “negro”, diz de pronto sobre o fenótipo: pele escura, cabelo crespo, nariz largo e lábios carnudos e história social” uma vez que “a cor da pele escura é simbologia historicamente construída”. (CUTI, 2010, p.4) e finaliza dizendo que só tem medo da palavra negro “ a vítima conformada, deva ter aquele sentido de tabu: se falar atrai. No caso, atrai a vingança do negro contra o branco ou a prática do racismo do branco e mestiço contra o negro. (CUTI, 2010,p.4)

Santos (2000) observa “ser negro no Brasil é frequentemente ser objeto de um olhar vesgo e ambíguo. Essa ambiguidade marca a convivência cotidiana, influi sobre o debate acadêmico e o discurso individualmente repetido é, também, utilizado por governos, partidos e instituições.” (SANTOS, 2000, p.2) e narra que que existe na mentalidade da “boa sociedade” um lugar destinado a população negra, que incomoda tanto na base da pirâmide social quanto consegue ascensão social. Nas palavras do teórico.

No caso brasileiro, o corpo da pessoa também se impõe como uma marca visível e é frequente privilegiar a aparência como condição primeira de objetivação e de julgamento, criando uma linha demarcatória, que identifica e separa, a despeito das pretensões de individualidade e de cidadania do outro. Então, a própria subjetividade e a dos demais esbarram no dado ostensivo da corporeidade cuja avaliação, no entanto, é preconceituosa. (SANTOS, 2000, p.3)

A narrativa do intelectual mostra que a cor da pele representada pela palavra “corpo da pessoa” é apresentado como uma barreira na vida cotidiana das pessoas pretas, funcionando como uma linha invisível que impede o acesso das populações pretas aos direitos fundamentais em áreas como empregabilidade, saúde, educação e habitação.

No tocante à identidade racial, Beatriz do Nascimento afirma “verifico que as pessoas veem minha cor como meu principal dado de identificação, e nesta medida tratam-me como um ser inferior” (GOMES, 1984,p.5). E questiona:

Que somos nós, pretos, humanamente? Podemos aceitar que nos estudem como seres primitivos? Como expressão artística da sociedade brasileira? Como classe social, confundida com todos os outros componentes da classe economicamente rebaixada, como querem muitos? (GOMES, 1984,p.3)

A literatura produzida na década de 70 e 80 são marcadas pelo uso do termo preto/negro para criar uma imagem positiva em relação a população e ao mesmo tempo para falar das experiências raciais vivenciadas pelos sujeitos negros, sejam nas inúmeras denúncias contra a discriminação racial no país ou em entrevistas com intelectuais pretos renomados como Milton Santos. Em comum todos os intelectuais citados possuem a cor da pele preta, enfrentamentos diversos no tocante ao enfrentamento do racismo e o chamamento público para justiça e equidade social para os povos pretos.

Outro posicionamento interessante dos intelectuais pretos é que eles não constroem uma narrativa sobre a identidade da população não branca, ela aparece nos textos designada por mestiços. NASCIMENTO (2015),CUTI (2010) e Sansone (2004) observam que na contemporaneidade os termos pardos/mestiços largamente utilizados pelos intelectuais negros nas décadas de 70, tornaram-se marginalizados dentro dos estudos de raça, numa leitura passional que nega a existência da mestiçagem na sociedade brasileira e afirma a existência de dois pólos de cor: branca e negra no país.

Secundariamente, o termo negro passou a funcionar como termo guarda-chuva teórico agregando todos não brancos. No ano de 2010, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial deu ao termo negro uma dimensão política instituída pelo Estado brasileiro, equiparando todos os não-brancos (pardos em suas múltiplas variações étnicas e regionais) e pretos numa mesma categoria política atribuindo a esses diferentes grupos raciais os mesmos direitos legais. Conforme o artigo 1, inciso 4 “população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”. (BRASIL, 2010, p.9)

A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial foi considerada uma vitória do Movimento Negro brasileiro no tocante à garantia de direitos da população parda e preta, propiciando maiores ações governamentais em direção a Saúde da População Negra – antiga demanda do Movimento

de Mulheres Negras, na área de educação, tornando “obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil” (BRASIL, 2010), Liberdade de Consciência e de Crença, Terra, trabalho e moradia e Meios de Comunicação.

Referente à questão de gênero, a lei assegurará “o princípio da proporcionalidade de gênero entre os beneficiários”. Mas nos dispositivos

5º, Será assegurado o acesso ao crédito para a pequena produção, nos meios rural e urbano, com ações afirmativas para mulheres negras. 6º. O poder público promoverá campanhas de sensibilização contra a marginalização da mulher negra no trabalho artístico e cultural. (BRASIL, 2010, p.9)

O Estatuto da Igualdade Racial preconiza assistência às mulheres negras disponibilizando ações afirmativas para mulheres negras e no sexto dispositivo, uma criação de uma rede de apoio visando a melhoria da imagem das mulheres negras. De modo que surge o questionamento por que não existe na lei , dispositivos que auxiliem na empregabilidade de homens e adolescentes negros?

Meu questionamento vai ao encontro da realidade social dos homens meninos pretos na sociedade brasileira e na ausência de políticas públicas sejam nas esferas municipais, estaduais ou federais que visem a melhoria de condições sócio econômica desses indivíduos. Uma vez que nas políticas públicas das ultimas décadas não houveram projetos em quaisquer esferas que contemplassem os indivíduos pretos do gênero masculino de quaisquer faixa etária.

No campo de políticas públicas destinadas a população das classes populares, que possui como maior beneficiária o grupo racial preto e o pardo. Santos (2016) destaca que no Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda destinado “às famílias em situação de extrema pobreza (renda per capita mensal de até R\$ 85,00) e de pobreza (renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00)” (SANTOS, 2016, p.3), as mulheres são as beneficiárias diretas do benefício e “os homens são invisibilizados enquanto sujeitos das ações socioassistenciais” (SANTOS, 2016, p.4).

Embora o programa seja direcionada aos grupos historicamente empobrecidos, existe um direcionamento às mulheres em detrimento dos homens, tornando esses sujeitos ainda mais vulneráveis em caso de desemprego e adoecimento, como se o pertencimento ao gênero masculino impossibilitasse que esses indivíduos não sofressem as problemáticas sociais e físicas.

Nesse tocante, os jovens e homens de todas as faixas etárias tem maiores dificuldades de acessarem o programa, pela idéia generalizada que o benefício social é designado somente às mulheres (coisa de mulher), por desconhecerem seus direitos e por sua presença no Centro de Referência e Assistência Social ser associada a possíveis atos de violência (BARBOSA, 2013, p.61)

Barbosa (2013) destaca

Dentre essas tendências ficou evidente um processo de homogeneização das famílias pobres, que acessam e usam os serviços socioassistenciais ofertados na proteção social básica, ora representadas sob o modelo monoparental, ora sob o grupo familiar denominado como unipessoal feminino. Homogeneização, que se dá por meio de vários condicionantes, que envolvem desde a discussão acerca da existência de critérios oficiais e “oficiosos”, que orientam e influenciam o desenho e a execução de programas, projetos e políticas sociais, até a utilização de um discurso baseado no abandono, em particular no abandono masculino (em alguns casos, referindo-se a um abandono masculino inventado). (BARBOSA, 2013, p.6)

Embora o programa seja direcionada aos grupos historicamente empobrecidos, existe um direcionamento às mulheres em detrimento dos homens, tornando esses sujeitos ainda mais vulneráveis em caso de desemprego e adoecimento, como se o pertencimento ao gênero masculino impossibilitasse que esses indivíduos não sofressem as problemáticas sociais e físicas.

Uma vez que historicamente os homens pretos junto com as mulheres pretas sofrem as consequências do processo escravagista no país, vivendo junto com suas famílias pretas as mazelas do ódio racial direcionado ao nosso grupo racial que se reflete nas condições sociais do nosso grupo.

CAPÍTULO III

3. MENINOS-HOMENS “PELES PRETA” EM NÚMEROS

Eu sou da raça dos que estão oprimidos.
Aimé Cesaire

O termo “peles preta” foi cunhado por Jovina Souza no poema A palavra desejada que aborda o processo de “brancamento” vigente no país e a eliminação dos fenótipos pretos africanos. Nesse capítulo teço algumas reflexões e apresento alguns dados sobre os meninos e homens pretos no Brasil. Inicialmente apresentamos as cidades com maior concentração de população preta, e depois discutimos os dados em relação a empregabilidade, educação, habitação e saúde.

No ano de 2021, República Federativa do Brasil, o grupo étnico preto que eu orgulhosamente faço parte é composto de 20.4768 milhões de pessoas heteroclassificadas e autoidentificadas como parte desse grupo. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2019) mostram que a população preta é composta por 9,6 % indivíduos que se autodeclaram dessa cor e raça compondo o segundo menor grupo étnico do país depois dos indígenas e amarelos. Os peles pretas distribuem-se nas regiões Sudeste, Nordeste, Centro Oeste, na região Sul concentra-se a maioria da população branca e no Norte predomina a população parda.

De acordo com *Mapa da Distribuição Espacial da População, segundo a cor ou raça – Pretos e Pardos* divulgado pelo IBGE as regiões Sudeste e Nordeste concentram o maior contingente populacional desse grupo étnico.



Figura II- Mapa da Distribuição Espacial da População segundo a cor ou raça- Pretos e Pardos.IBGE

2010

O documento produzido pelo IBGE, mostra as áreas geográficas com a maior a presença da população preta e parda nas cidades do país, apontando a presença desses grupos nos diversos territórios. De acordo com as pesquisas, a população preta apresenta um baixo crescimento demográfico em relação aos grupos brancos e pardos, os estudos não fazem referências estatísticas dos grupos amarelos e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é o órgão responsável pelo registro de nascimentos e mortes da população indígena.

No caso específico das mulheres pretas, ter um filho preto como eu tenho projeta medos a respeito do alto grau de letalidade de morte de crianças pretas ², sobretudo meninos pretos no Rio de Janeiro, estado em que eu resido. Sendo muito comuns falas públicas ¹ publicadas em jornais, em que mulheres pretas falam que não desejam gerar devido ao medo das violências que as crianças pretas do gênero masculino sofrem desde a tenra idade. Na reportagem Como é ser mãe de crianças pretas no Brasil, a entrevistada Débora Cortenove, preta, de 25 anos fala que as situações de racismo que viveu e assistiu pesaram na decisão de não ter filhos.

²<https://g1.globo.com/google/amp/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/04/27/kaio-guilherme-atingido-por-bala-perdida-na-cabeca-sera-enterrado-nesta-terca-no-rio.ghtml>
<https://g1.globo.com/google/amp/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/01/01/crianca-e-morta-por-bala-perdida-na-virada-do-ano-no-rio-comprido.ghtml>
<https://g1.globo.com/google/amp/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/05/criancas-morrem-em-tiroteio-em-duque-de-caxias.ghtml>
<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/12/saiba-quem-sao-as-seis-criancas-mortas-pela-violencia-no-rio-de-janeiro-em-2019.shtml>

"As conversas sobre maternidade têm em sua maioria um recorte branco e giram em torno da questão do amor, do carinho. Mas, quando o filho é negro, a preocupação é se ele vai voltar pra casa", diz. Ela também ressalta a questão do gênero, que faz com que homens e mulheres vivenciem o racismo de formas distintas. "Se for um filho homem, a gente não sabe se ele vai ser preso injustamente. Se for uma mulher, temos medo dela ser hiperssexualizada e alvo de abusos. (FONSECA, 2020, p.5)

Acredito que a opção de mulheres pretas não gerarem filhos, esteja relacionado diretamente ao acirramento do racismo na contemporaneidade, que propicia o maior número de casamentos inter-raciais entre o grupo preto e outros grupos. Uma vez que as teorias sobre inferioridade e subalternidade da população preta foi construída dentro das doutrinas do racismo científico e são retroalimentadas pelos grupos hegemônicos brancos. Idéias cada vez mais presentes e ampliadas na contemporaneidade, naturalizam que pessoas pretas não queiram relacionamentos afetivos com pessoas da mesma cor (MOORE, 2018), visando uma prole miscigenada que mesmo sendo discriminada por ser não branca (SANSONE, 2004), não viverá o ódio racial direcionado historicamente as populações pretas. Ódio, esse, caracterizado por insultos verbais como os chamamentos de “macacos”, “negro sujo”, “negrinha desgraçada”, “cabelo duro” e ditos como “preto fede a macaco”, “preto quando não caga na entrada, caga na saída”, “preto rouba”, e outras ofensas raciais em que a cor da pele negra é colocada como diferença entre o sujeito negro e os de outras raças, como se a cor escura nos destituíssem de humanidade.

De acordo com os estudos publicados pelo IBGE, tem ocorrido um aumento de indivíduos que se autodeclararam pretos durante as entrevistas do censo demográfico em que o informante declara sua própria raça. Essas mudanças são observadas desde 2012 alteraram a porcentagem da população preta computada anteriormente como 7,4%. MELHORAR

Acredito que a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010 e a implantação do sistema de cotas sócio raciais nas universidades públicas e a reserva de vagas em concursos públicos direcionadas a população preta e parda, somada a obrigatoriedade do ensino "História e Cultura Afro-Brasileira" tenha produzido impactos positivos na assunção do pertencimento étnico, uma vez que mesmo que as pessoas pretas não tenha se classificado desse modo nos censos, é impossível negar a materialidade da cor dos pretos/negros, ou seja, para pessoas pretas “é impossível fugir da raça” como afirma Franz Fanon no livro *Peles Negras, Máscaras Brancas*. Um exemplo clássico, são as recentes

Na pesquisa, me debruço sobre como os jovens homens pretos vivenciam “ tornar-se homem” na sociedade brasileira, de modo que é importante a reflexão sobre a realidade social dos meninos homens pretos, para isso teço algumas reflexões apresentando os dados referentes a populações pretas masculinas. Elencarei alguns pontos importantes para o entendimento do espaço ocupado pelos homens pretos na sociedade brasileira.

3.1 Empregabilidade e peles pretas.

A questão da empregabilidade atravessa a população preta, historicamente mais empobrecida que os demais grupos étnicos, uma vez que a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho das famílias pretas impacta nas condições sociais, educacionais, culturais e de saúde de meu grupo racial. Impactando principalmente nas vidas dos jovens meninos pretos, pois o desemprego ou subemprego das famílias faz com que os garotos adentrem mais cedo no mercado de trabalho de forma precarizada, como carregadores de feira, empacotadores do supermercado, trabalhadores na lavoura, tirando terra no rio para trabalhar fazendo fretes.

Durante cinco anos trabalhei no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial lecionando no Programa Jovens Aprendizes e no Portal de Futuro, nas turmas de educação profissional tínhamos pouquíssimos alunos pretos do gênero masculino e geralmente alocados nas turmas que trabalhariam no comércio supermercadista atuando como repositores ou nas lojas varejistas, nas turmas de aprendizagem comercial destinados aos trabalhos administrativos não tínhamos nenhum aluno de cor preta.

Embora o Programa Jovem Aprendiz seja um programa do governo federal destinado a formação profissional de jovens de 14 a 24 anos, são necessários alguns requisitos para participação como possuir matrícula ativa numa escola pública. Para além disso é necessário que o jovem coloque um currículo nas empresas e sejam selecionados para que possam fazer o curso de formação profissional. No caso dos jovens pretos, o racismo presente na sociedade brasileira atua em dois campos distintos, primeiramente como fator de exclusão desses meninos da escola e secundariamente, quando permanecem, acabam por não serem selecionados para as vagas dos programas sociais por não possuírem as habilidades requeridas nas empresas.

Na concepção da pesquisadora Edilene Machado (2021,p.2) “no mercado de trabalho, a cor da pele ainda é uma barreira quase que intransponível. O currículo é muito bom, mas, quando o recrutador vê a pessoa, tudo muda". Essa experiência muitas da vezes vivenciadas por mim e

demais pessoas de cor preta que possuem uma grande dificuldade de serem inseridas no mercado de trabalho formal remete a uma lembrança em que eu fui numa entrevista numa escola particular e a recepcionista não acreditou que eu era a professora e após o mal-estar inicial, a recrutadora me atendeu com um visível constrangimento e durante a seleção fez perguntas fora do contexto da minha formação e experiência profissional.

Situações como essas vividas por mim, profissional da área de educação com formação superior retomam os fatos históricos vivenciados pela população preta, que orgulhosamente faço parte. A historiografia aponta que depois de 13 de maio de 1888, período da “falsa abolição da escravatura” (NASCIMENTO, 1954, p. 68), a população preta foi abandonada a própria sorte “sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre” (FERNANDES, 1964, p. 48) sendo substituída pelos trabalhadores brancos europeus.

No livro *A Integração do negro na sociedade de classes*, Florestan Fernandes (1978) pontua

A sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre os seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. (FERNANDES, 1978, p. 56)

A partir desse momento, em que os grupamentos pretos ex-escravizados são lançados nas ruas, começam a ser difundidos “um mito após o outro, inferioridade, vagabundagem, incompetência, foi esboçando o perfil do homem negro como anti-cidadão, como marginal” (Santos, 2002, p. 129). No caso das mulheres pretas, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, representou a mudança de configuração de escravizadas para empregadas domésticas como observa Lélia Gonzales no texto *Por um feminismo latino-americano*, elas continuaram a desempenhar as mesmas funções subalternas nas casas dos ex- senhores de escravos e dos comerciantes

Para Emília Viotti da Costa, a instauração do processo abolicionista orquestrado pelos brancos deixou à deriva a população escravizada, uma vez que os abolicionistas tinham interesse no fim do regime escravista cada vez mais mal visto no exterior que dificultava o acesso do país num mundo industrializado, o escravismo passou ser visto como um fardo para o grupo racial branco ao mesmo tempo que não houve interesse em integrar os ex-escravizados “ na sociedade dos homens livres, não se interessou em atender a população liberta. Os preconceitos contra os

negros, herança da sociedade escravista, continuaram a dificultar a integração do negro. Nada foi feito em benefício dos libertos”. (VIOTTI,2010,p.5)

Passados cento e trinta e quatro anos, do término do regime escravocrata oficial no Brasil “o regime extinto não desapareceu por completo após a Abolição. Persistiu na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais dos homens” (FERNANDES, 2008, p. 302 - grifos do autor). Eu entendo que a mentalidade que Florestan Fernandes se refere consiste no racismo, onipresente na sociedade brasileira, ignorado pelo Estado Brasileiro e perpetuado na precarização socioeconômica da população preta.

Os dados do IBGE, apontam quem em 2020 havia 1, 654 100 milhões de pessoas pretas desempregadas, representando 11,9 % da população, a população parda 50.1% e os brancos 10,9 %. Após, a crise sanitária desencadeada pela Covid 19 e o fechamento de indústrias, fábricas, comércios, etc. As pessoas pretas foram mais afetadas entre os grupos étnicos, com um aumento de desemprego de 17, 2%, bem acima da média nacional de 13,9%. Essa taxa mostra-se menor entre os pardos 15,8% e os brancos 11,5%.

Em 2017, constam nos registros do IBGE que no quesito renda, a população preta ocupa um espaço de desigualdade social, uma vez que os trabalhadores pretos são menos remunerados em comparação a outros grupos raciais. Enquanto os empregados de pele escura recebiam R\$1.461,00, os pardos R\$ 1.480,00 e os brancos R\$ 2.660,00.

Para Silvio Almeida, o racismo estrutural contra pessoas pretas na sociedade brasileira, naturaliza a discriminação de cor contra esse segmento ao mesmo tempo que “cria uma estratificação social que se reverte em inúmeras desvantagens políticas e econômicas aos grupos minoritários, vivenciadas na forma de pobreza, salários mais baixos, menor acesso aos sistemas de saúde e educação, maiores chances de encarceramento e morte”. (ALMEIDA, 2020, p. 78).

3.2 Cadê os meninos e garotos pretos na escola?

No artigo *Escolarizando homens negros*, bell hooks tece algumas reflexões sobre as produções de discursos sobre homens negros na sociedade americana, onde os homens negros eram considerados pouco inteligentes e com habilidades físicas que se sobrepõem às intelectuais pois “sob a visão estereotipada do racismo e do sexismo que os veem como mais corpo do que mente, homens negros estão propensos a serem recebidos pela sociedade da supremacia branca capitalista, imperialista e patriarcal” (HOOKS, 2015, p. 76)

Embora a teórica disserte sobre o modelo de sociedade americana, encontramos alguns reflexos quando pensamos na experiência educacional de meninos e homens pretos no país. Quais os fatores que justificam o insucesso escolar? O abandono da escola? Quais as ideias construídas em torno de meninos e homens pretos e como a permanência dessa ideologia, naturaliza o abandono escolar?

Essas questões muito simples, tanto de serem elaboradas quanto respondidas nos remete a onipresença do racismo na sociedade brasileira e a forma como a sociedade em todos os níveis, é estruturada em torno da hierarquia de cor que condiciona os homens pretos inequívocos às representações de marginais, abusadores, delinquência e todas as problemáticas sociais vigentes na sociedade. Na palavras de Wagley, “na América Latina, de um modo geral, desenvolveu-se um conceito de raça baseado nas características fenotípicas e sócio-econômicas do indivíduo, em vez da definição genética implícita na regra de hipodescendência norte-americana. (WAGLEY, 1963 , p. 55 apud SILVA, 1994). De modo que a cor da pele e o pertencimento ao grupo racial preto, torna os indivíduos mais vulneráveis aos ataques, que os demais grupos. Pois a pele preta remete a escravização negra e ao profundo ódio racial criado em torno dos homens pretos.

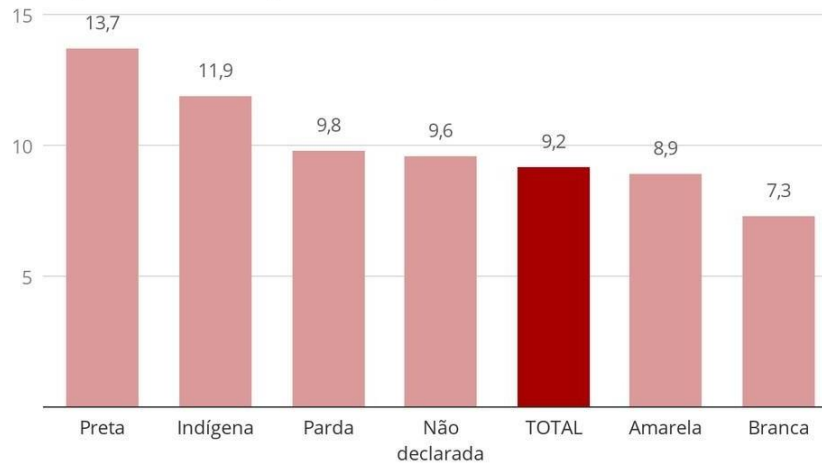
No artigo, “*Quem são os meninos que fracassam na escola?*”, a intelectual Marília Pinto de Carvalho tece algumas observações sobre um estudo realizado nos anos 2002 e 2003 numa escola pública em São Paulo com alunos do ensino fundamental. A autora pontua a invisibilidade dos alunos de pele preta dentro do espaço escolar, a ausência de elogios, as queixas dos docentes referentes ao comportamento dos alunos (em ações iguais aos alunos brancos e pardos, os discentes pretos sofriam um processo de marginalização na qual se retomava as ideias sobre a raça preta).

No estudo ‘*O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça*’, Carvalho (2004) observa “à defasagem entre série cursada e idade, que pessoas negras de sexo masculino têm maiores dificuldades em sua trajetória escolar, seguidos de mulheres negras, homens brancos e, em melhor situação, mulheres brancas” (CARVALHO, 2004, p.4). Na mesma direção teórica, passados quase vinte anos da publicação do trabalho, observo poucas mudanças na área educacional relacionada aos alunos pretos que continua sendo o grupo mais propenso a reprovação nas escolas, como mostra o Levantamento da Unicef com os dados de 2018. Compreender esse panorama de reprovação, significa entender os contextos em que ela está inserida, uma vez que os garotos são oferecidas pouca tolerância dos professores em relação ao

não acompanhamento das disciplinas, e permanece dentro do imaginário, as ideias racistas de que o aluno preto é desajustado e não tem interesse na escola.

Taxa de reprovação escolar por raça/cor (%)

Levantamento do Unicef mostra que estudantes pretos, indígenas e pardos têm maior probabilidade de repetir de ano do que amarelos e brancos



Fonte: Unicef, com dados do Inep (Censo da Educação Básica 2018)

Gráfico – Taxa de Reprovação Escolar

O intelectual Rodrigo Ednildo de Jesus no artigo *“Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização”* mostra que as ofensas raciais no ambiente escolar, somada ao silêncio dos professores na mediação dos problemas, permite que o aluno preto se sinta excluído do ambiente escolar e acabe abandonando a escola, pois e *“os estereótipos raciais são utilizados como forma de naturalizar a subalternidade de determinados corpos, o silenciamento incide na negação do debate sobre raça no Brasil e, em consequência, nas possibilidades de desnaturalização destes processos de subalternidade”*. (JESUS, 2018, p.15)

Embora no texto o autor, utilize o termo negro conforme a categorização do IBGE, que une os grupos e pardos na mesma categoria. A definição de cunho político na junção de dois grupos vulnerabilizados, na busca de maiores direitos para população não branca. Não encontra ecos na realidade social brasileira marcada por uma hierarquia de cor em que os dilemas enfrentados por alunos pretos e pardos nas escolas são completamente distantes, devido

principalmente a dois fatores: primeiro, a crescente miscigenação no país, tornou as escolas públicas espaços multirraciais como todo país, uma vez que “ na sociedade brasileira, o racismo orienta a sociabilidade, mas a mestiçagem é louvada” (COSTA, 2010,p 45).

Segundo, a valorização do mestiço dentro da cultura nacional, em relação aos pretos considerados exemplos do atraso da sociedade brasileira faz com que os alunos pretos sofram ódio racial dentro do ambiente escolar ao serem nomeados de escravos, macacos, entre outros termos ofensivos, uma vez que a representação dos povos pretos nos livros didáticos, são imagens de escravidão como defende Maiza da Silva Francisco na dissertação *A escolarização do negro no Brasil: possíveis trajetórias*.

Na dissertação *Trajetórias escolares de pretos, pardos e brancos no ensino fundamental: um estudo longitudinal* com dados coletados em escolas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste entre 1999 e 2003, defendida em 2010, Isabel Fonseca da Costa faz uma análise sobre a permanência escolar e a diferença entre pretos e pardos em relação aos indicadores nacionais, embora seja muito comum, como no artigo de Rodrigo de Jesus, “ a agregação de pretos e pardos em contraste entre brancos, não há consenso de que esse seja o um artifício metodológico apropriado”. (COSTA, 2010. p.3).

Na conclusão do trabalho, Costa afirma que o racismo onipresente na sociedade brasileira, constitui-se como principal entrave na permanência dos grupamentos pretos na escola, uma vez que todo o sistema escolar assim como a sociedade brasileira se ampara na negação do racismo, de modo que embora haja continuamente práticas racistas tanto do corpo docente que considera os garotos pretos, projetos de marginais destinados a criminalidade. Possuindo como ideia central, essa ideologia, o ambiente escolar é o espaço de experimentação da violência racial para crianças pretas, principalmente meninos que desde pequeninos.

No tocante, a minha experiência enquanto aluna oriunda de escola pública, as ofensas racistas no ambiente escolar são praticadas tanto por alunos brancos quanto pardos. E enquanto professora, é perceptível a ideia de superioridade que os alunos pardos possuem em relação aos pretos, como salientam Porto, Fuks e Munis (2016) o racismo estimula o pardo a lançar mão da estratégia da “saída de emergência” para se diferenciar dos pretos e, se bem-sucedida, se livrar da “sorte” comum. Ou seja, o pardo não tem nenhum incentivo para se sentir “negro” quando o que está na agenda são os estereótipos e ofensas aos pretos”. (PORTO, FUKS, MUNIS, 2016,p.16)

Para Carlos Halsenbalg, autor dos estudos sobre desigualdades sociais, que serviu como base para o Ibge agregasse pretos e pardos no grupo ‘ negro, a oposição brancos/ não-brancos se

refere estritamente aos dados sócio-econômicos pois “quando examinamos outras dimensões da vida social envolvendo a sociabilidade dos indivíduos (por exemplo, o casamento e a amizade), esse padrão não se verifica, os pardos se diferenciando dos pretos e se aproximando mais dos brancos.” (HASENBALG APUD GUIMARÃES, 20016, p. 263)

3.3 Habitação - Onde moram os homens pretos pobres?

Em relação a habitação, historicamente a população preta compõe a massa dos deserdados, após o período de Abolição da República não houve nenhuma forma de reparação, de modo que os homens pretos junto com as mulheres pretas foram obrigados a morar em áreas em torno da cidade e na Baixada Fluminense. Na região de Iguassú, Rocha (2000) afirma que após a abolição 1889 -1939, os pretos e pardos se mantiveram em torno da sede do município de Nova Iguaçu, e os grupos familiares fixaram residência nos espaços em que seu pais e avós haviam sido escravizados, a estadia só foi possível devido a seca das regiões anteriormente alagadiças e “vendas de terras venda de terras até então inabitadas - pois muitos proprietários abandonaram a região após a crise do café- e normalmente muito baratas”. (ROCHA, 2000, p.34)

Na concepção de Lélia Gonzalez a divisão racial do espaço instituída no período pós-escravismo e mantida na contemporaneidade reserva ao negro o espaço “da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais’ (cujos modelos são guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje.” (GONZALEZ.1982, p. 15). De modo que compor um grupo racial que recebe menos historicamente, implica na habitação, acesso à internet, saneamento básico, abastecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo, além de produtos eletro eletrônicos como rádio, televisão, telefones celulares, uma vez que “o racismo antinegro produziu um modo capitalista racista da sociedade brasileira que foi espacializado e os bairros negros formam em parte, uma síntese dessa questão sócio-estrutural”. (JUNIOR, 2020 p. 34)

Tendo em vista esse cenário, os jovens e homens pretos moram nas áreas mais distantes da cidade, espaços como poucos valorizados ,com poucos acessos, espaços denominados “periferia da periferia” uma vez que o conceito de periferia enquanto circundante do centro não se aplica, pois esses sujeitos vivem em áreas em tornos das periferias. A questão de habitação impacta seriamente no ingresso ao emprego, em Queimados, território de minha pesquisa, o crescimento do Distrito Industrial nas últimas décadas não conseguiu proporcionar

empregabilidade em demanda suficiente para empregar metade da população do município, de modo que a maioria trabalhadores pretos enfrentam uma rotina extenuante de acordar cada vez mais cedo, devido a precariedade do transporte público em áreas distantes e precisam caminhar alguns minutos até o ponto de ônibus, sendo comuns rotinas de trabalhadores acordarem três horas da manhã para ingressarem às 07: 00 horas no trabalho no Rio de Janeiro, Niterói ou São Gonçalo.

Tendo em vista essa realidade social, são comuns os relatos de trabalhadores que moram áreas distantes do emprego dormirem nas ruas do centro do Rio ou nos hotéis populares por não conseguirem custear as passagens de ida e volta para o trabalho. De acordo com o levantamento da Casa Fluminense, a maioria dos moradores da Baixada Fluminense trabalham em outro município, muitas das vezes precisam complementar a passagem para trabalhar pois com a precarização do trabalho, as empresas só dão uma passagem.

Para além da distância, a população masculina preta enfrenta os problemas da luta por moradia, uma vez que as políticas públicas de acesso a moradia, financiamento de imóveis, microcrédito são direcionada às mulheres tanto no contexto social de mulheres de florestas quanto nas mulheres do rural e não existem políticas públicas direcionadas aos homens. No tocante aos homens pretos, a ausência de políticas públicas direcionadas a esse grupo, os mantêm em vulnerabilidade, uma vez que se no âmbito jurídico, homens de diferentes grupos raciais brancos, indígenas, amarelos e pardos são iguais, na realidade cotidiana, ser preto do sexo masculino é viver dentro de um contexto social de pouca mobilidade social e grande marginalização principalmente em áreas violentas e periféricas.

No tocante as políticas públicas, no âmbito urbano nos programas habitacionais Projeto Minha Casa, minha vida², “programa do Governo Federal que busca facilitar a conquista da casa própria para as famílias de baixa renda”. De acordo com a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 na atualidade, em caso de separação as mulheres ficam com a titularidade do imóvel

Art. 35-A. Nas hipóteses de dissolução de união estável, separação ou divórcio, o título de propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV, na constância do casamento ou da união estável, com subvenções oriundas de recursos do orçamento geral da União, do FAR e do FDS, será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independentemente do regime de bens aplicável, excetuados os casos que envolvam recursos do FGTS. (Incluído pela Lei nº 12.693, de 2012). (BRASIL, 2009, p.22)

A lei também prevê, que caso o casal tenha filhos e eles sejam mantidos sob a guarda dos pais, a titularidade do imóvel deve ser destinada a ele. Acredito que seja importante, a criação de dispositivos legais, que proteja as crianças na separação dos cônjuges, permitindo que elas continuem dentro de suas casas e penso que essa lei deveria ter um alcance maior que só permitisse a venda do imóvel após a maioridade de todos os filhos.

O reconhecimento da ausência de leis que facilitem a aquisição de imóveis para os homens, mostra a face mais cruel, quando racializamos a questão. No país, temos um crescente problema de habitação, desencadeado por uma série de fatores sociais: a dificuldade da população preta masculina se inserir em trabalhos formais e financiar imóveis, uma vez que é preciso provar vínculo empregatício para composição de renda familiar.

3.3.1 Meninos, jovens, homens e idosos pretos em situação de rua



Imagem de jovem em situação de rua. Fonte: G1.globo.com

A imagem acima retrata, uma festa produzida para um jovem preto morador de rua, por uma moradora na Praça da Bandeira. A ausência de emprego e moradia somada a falta de políticas públicas que facilitem a compra de moradias para homens pretos/ negro aliada a dificuldade de reingresso no mercado de trabalho, direciona esses homens pretos tornem-se pessoas em situação

de rua. O projeto Somos todos cariocas realizado³ pelo Instituto Pereira Passos em 2018, efetuou um mapeamento sobre a população de rua do município do Rio de Janeiro. No estudo foram encontrados 81% de homens e 19% de mulheres, desse quantitativo são 1% amarelos, 1% indígenas, 20% brancos, 45% pardos e 33% pretos.

Quantidade por gênero

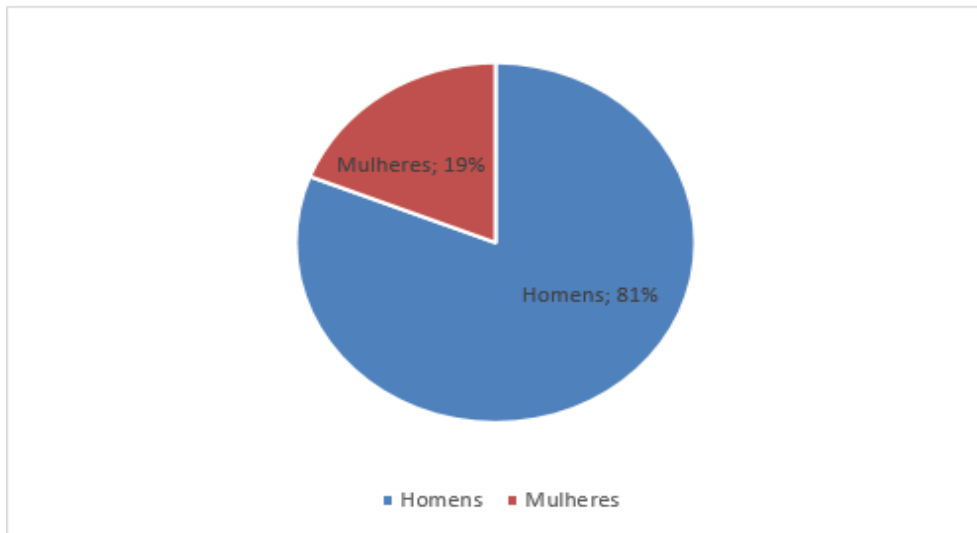


Gráfico II- Quantidade por gênero

³<http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/populacao-de-rua-de-na-cidade-do-rio-de-janeiro>

Distribuição por cor

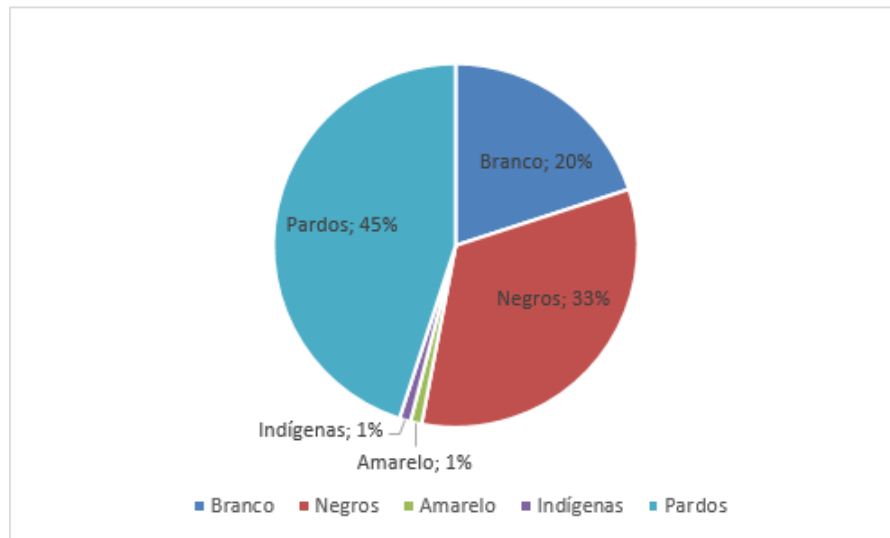


Gráfico III- Distribuição por cor produzidos pelo projeto Somos todos cariocas.

Uma observação atenta aos gráficos, percebe-se que embora a população preta/ negra no Brasil seja numericamente menor, quantificada em 9,4% , em relação aos segmentos pardos 46,8% e brancos 42,7%. O número de homens pretos em situação de rua se aproxima dos homens dos grupos pardos, cujo grupo de cor é quase cinco vezes maior que o grupo preto.

Índio (2021) aponta os “ conflitos familiares, incluindo separação; alcoolismo e/ou uso de drogas; demissão do trabalho/desemprego ou perda da renda” (INDIO, 2021,p.1) como as principais razões que para a estadia na rua desses sujeitos. Resende e Mendonça (2019) observam que a população de rua sempre foi considerada invisível pelo IBGE, de modo que todos os censos demográficos excluam esse segmento populacional pois o modelo de coleta de dados é domiciliar, de modo que se de um lado existe a falta de conhecimento sobre as especificidades e necessidades dessa população produz invisibilidade na produção de políticas de acolhimento e demográficas, por outro lado o segmento é extremamente visíveis para as forças de ordem pública e alvos de políticas higienistas e repressivas.

As ações do estado, na figura de agentes e da polícia militar são caracterizadas pela retirada de objetos de trabalho, pertences pessoais (roupas, cobertores, panelas, etc.) e documentação, que impede que esses sujeitos acessem políticas públicas sociais, como o Bolsa Família e sejam atendidos nas redes públicas de saúde “o processo de exclusão dessa população é reforçado institucionalmente por meio da burocracia para o agendamento das consultas (...)

assim como da exigência de documento de identidade, comprovante de endereço e do Cartão SUS. (HALLAIS, BARROS, 2015,p.5)

Para Marco Antônio Natalino, autor do estudo *Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil* observa que “o tamanho do município, bem como seu grau de urbanização e de pobreza estão associados ao número de pessoas morando nas ruas, o que indica a necessidade de políticas públicas adequadas a essas cidades”. (NATALINO,2016,p.4)

Um perfil bastante presente nas ruas, são homens jovens pretos, órfãos, ex-moradores de abrigos para crianças e adolescentes que não foram adotados, após completarem 18 anos perdem o direito de viverem nos abrigos. Após os 18 anos, o estado conduz esses jovens para repúblicas em que eles podem morar até completarem 21 anos. Alguns desses jovens não se adaptam às repúblicas e fogem para as ruas e outros por não se inserirem no mercado de trabalho e não possuindo um lugar para morar, vão viver nas ruas, como o jovem Eduardo mostrado na reportagem “Jovem em situação de rua ganha festa de aniversário de moradores da Praça da Bandeira, Zona Norte do Rio” publicada no g1 Rio.

Outro perfil de pessoas em situação de rua é compostos por moradores expulsos¹⁴ de suas comunidades pelo tráfico ou pela milícia que por não poderem retornar as suas casas, são obrigados a viver na rua.

3. 4. Como vai a saúde, homem preto?

A pele preta nas sociedades colonizadas do Ocidente, dentro dos padrões racistas traz embutida duas crenças que se contrastam, a primeira ligada à inferioridade da população preta no campo intelectual considerada a menos inteligente e a segunda relacionada a biologia do corpo preto, considerado animalizado e mais propensa a trabalhos físicos extenuantes em grandes jornadas de trabalho sem intervalo (construção civil, lavouras, etc), menos sensível a dor e portanto menos receptores dos serviços de saúde.

Na concepção do Professor Jim Sidanius da Harvard University a “escravidão é uma instituição cultural que produziu efeitos genéticos, e esses efeitos genéticos tiveram um efeito sobre a cultura novamente” (SIDANIUS,2020, p. 33). Esses efeitos genéticos são oriundos da

⁴ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/22/moradores-do-rio-dizem-que-vivem-nas-ruas-para-fugir-do-crime-organizado.ghtml>

passagem violenta pois “quando os negros contrabandeados chegaram da África aqui na América, passaram por mudanças climáticas, alimentares e culturais enormes e isso interferiu no seu desenvolvimento, gerando transformações físicas que podem ser observadas ainda hoje” afirma o médico negro Arimar Duarte Lisboa na reportagem Série de palestras em Santos orienta sobre saúde e questões sociais da população negra¹.

A compreensão de que a população preta, entre os grupos raciais pardo e branco, ocupa os piores índices relacionados a habitação, saneamento básico e menor rendimento impacta severamente no meu grupo racial uma vez que “o racismo provoca forte repercussão na saúde das pessoas. Não é à toa que nas sociedades racistas inteiras, não só no Brasil, mas no mundo, os negros têm maiores taxas de mortalidade por qualquer coisa” (WERNECK, 2020, p, 31) afirma Jurema Werneck autora do livro A saúde da população negra..

No Brasil o Movimento das Mulheres Negras construiu micropolíticas de acesso à saúde para a população negra, essas políticas desenvolvidas nas décadas de 70 e 80 visavam a diminuição das barreiras de acesso aos serviços de saúde, uma vez que os estereótipos racistas construídos em todo da população de cor preta impedem o acesso igualitário desse grupo aos serviços de saúde. Embora essa problemática tenha sido apontada a mais ou menos quarenta anos, a persistência do racismo na sociedade brasileira corroborada nos sistema de saúde, permite que haja

Limitação do acesso básico à informação de saúde, principalmente por má vontade dos especialistas. Cerca de 70% dos pacientes negros, quando chegam a algum centro de saúde, não são bem atendidos, nem orientados. Médicos tratam com indiferença ou simplesmente não examinam o paciente, e pequenas negligências vão se acumulando.(WERNECK, 2020, p. 22)

As palavras de Werneck se materializam no inúmero de mortes de pacientes pretos em todo país, seja pela ausência de assistência médica, seja pela dificuldades desses homens, maioria trabalhadores informais de “perderem” um dia de trabalho para marcarem consultas nas redes públicas. Na reportagem “Homens negros têm mais riscos de morrer de câncer de próstata que os brancos” o médico pesquisador André Deeke Sasse esclarece que embora os homens pretos não sejam portadores de doenças mais agressivas, esses sujeitos realizam em menor quantidade “exames de rastreamento como PSA e mais frequentemente fazem diagnósticos mais tardios, em estádios mais avançados. Homens negros também têm mais dificuldade de conseguir manter hábitos saudáveis de vida, como alimentação balanceada e atividades físicas regulares”. (SASSE, 2020, p.1)

Na mesma direção, no artigo *Masculinidade, raça/ cor e saúde*, Luis Eduardo Batista (2005) se debruça sobre alguns aspectos sobre a saúde dos homens pretos e afirma que o fato de homens pretos não terem qualificação, trabalho, salário fragiliza esses sujeitos ao mesmo tempo que sua família vive em condições financeiras piores que os demais grupos sociais, ele passa a ter menor poder de negociação dentro da família, uma vez que estamos inseridos num modelo de sociedade que ensina que o homem exerça o papel de provedor. E muitas das vezes, as estruturas racistas presentes em todos os segmentos da sociedade impedem que esses sujeitos consigam empregos formais. De modo que a partir dessas reflexões nos questionamos, como o racismo incide mais fortemente nos meninos homens pretos?

CAPÍTULO IV

4. QUAL A RELAÇÃO ENTRE A RAÇA E TAL COR PRETA?

*A carne
A carne mais barata do mercado
É a carne negra*

*A carne mais barata do mercado
É a carne negra Que vai de graça pro presídio
E pára debaixo do plástico
E vai de graça pro sub-emprego*

E pros hospitais psiquiátricos

*A carne mais barata do mercado
É a carne negra Que vai de graça pro presídio
E pára debaixo do plástico
E vai de graça pro sub-emprego
E pros hospitais psiquiátricos*

*A carne mais barata do mercado
É a carne negra Que fez e faz e faz história
Segurando esse país no braço, meu irmão
O cabra aqui, não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador eleito*

*Mas muito bem intensionado
E esse país vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado
Mas mesmo assim, ainda guarda o direito*

*De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito (Pode acreditar)*

*De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar, brigar*

*A carne mais barata do mercado
É a carne negra, negra, negra, carne negra (Pode acreditar)
A carne negra*

Seu Jorge / Marcelo Fontes do Nascimento / Ulises Capelleti

No ano de 2003, a música *A carne* composta por Seu Jorge, Marcelo Fontes do Nascimento e Ulisses Capelleti foi a principal canção do disco “Do cóccix ao Pescoço” da cantora Elza Soares. A letra utilizando o termo *carne* para designar sujeitos de cor de pele preta, retomando o processo

de escravidão vivenciado pelos povos negros e indígenas no Brasil e nas Américas ao mesmo tempo o signo é usado para designar as experiências vividas pelos indivíduos negros no Brasil contemporâneo que desafiam o mito de uma sociedade fraterna sem preconceitos de cor, nomeado de democracia racial.

“A carne. A carne mais barata do mercado. É a carne negra”. Na melodia o vocábulo carne é utilizado como metáfora de corpo, a afirmativa é logo confirmada quando a carne negra é avaliada como “barata”, de pouca valia numa denúncia pública a descartabilidade dos corpos negros.

Uma leitura atenta da letra da canção, logo na quarta estrofe é mencionado “vai para o presídio e para no saco plásticos”. A referência apresenta de modo poético mostram os dados aterradores do encarceramento no país, A reportagem Na reportagem Com 335 pessoas encarceradas a cada 100 mil, Brasil tem taxa de aprisionamento superior à maioria dos países do mundo, o jornal online G1 apresentou o estudo Worl Prison Brief desenvolvida pelo Institute for Criminal Policy Research da Universidade de Londres, em abril de 2019, que mostra o número de prisões e de pessoas privadas de liberdade ao redor do mundo, nele o Brasil figura como o terceiro país no mundo em número de encarceramentos, com uma população aprisionada de 704.395 pessoas, desse total (250) 40% que estão nas prisões são considerados presos provisórios, por estarem apenas sem terem sido julgados.

Dados do INFOPEN, sistema de informações estatísticas do sistema carcerário brasileiro que produz um estudo nomeado Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, os dados de 2017 apontam que a população prisional do país é composta de 55% de jovens entre 18 e 29 anos. Dentro desse conjunto 64% da população apenada é negra e possui baixa escolaridade. Dias (2019) pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo(USP) observa que os elementos “associados ao encarceramento são a seletividade racial e a ampliação e a reprodução da desigualdade social, da pobreza, da vulnerabilidade entre os segmentos que são majoritariamente alvos deste tipo de punição: os jovens pobres e negros”. (DIAS, 2019, p. 19).

Os dados apresentados mostram influência do racismo no fortalecimento dos preconceitos direcionados à população negra. Essas discriminações oriundas da herança colonial são retroalimentadas pelos meios de comunicação públicos e privados que engrandecem a matriz europeia desconsiderando as demais origens étnicas e raciais, apresentando o sujeito negro (homens e mulheres) dentro de um nível de desigualdade e inferioridade em que o estado por meio de suas instituições legitimam a discriminação racial de povos, religiões, tradições culturais pertencentes as matrizes africanas.

No tocante ao sistema prisional, Davis observa:

O encarceramento, ao aprisionamento, tem mantido ligações muito óbvias com os sistemas de escravização. Essa relação entre o sistema carcerário e a escravidão não é só uma questão de estabelecer analogias. Mas é uma questão de genealogia. Isso não parte do pressuposto daqueles que argumentam que este sistema escravocrata deveria ser mantido como instituição, que deveria ser transformado em uma instituição 'mais humanizada'. Isso não faz nenhum sentido. Então, nós dizemos que, lutar pela reforma do sistema carcerário é uma forma de manter o racismo e a repressão do encarceramento, do aprisionamento. E, portanto, a abolição é a estratégia que abraçamos. Mas a abolição nos exige a fazer perguntas não somente sobre o sistema de punição, mas também com como a sociedade constitui esse sistema de punição. Esse sistema é voltado e tem o objetivo de manter o sistema a partir do qual ele emerge. E essa noção de abolição visa reformar essa sociedade para que não haja mais a necessidade de dar atenção a medidas de repressão. A abolição do sistema carcerário nos convida a pensar a construir uma sociedade onde não haja racismo, sem estruturas hetero patriarcais, sem estruturas capitalistas, onde há educação livre e acesso gratuito ao sistema de saúde. (DAVIS,2017, p.3)

A comparação de Davis entre o encarceramento em massa e os sistemas de escravização colonial ganham relevo quando nos deparamos com os dados que apontam um crescimento de 567, 4% do número de mulheres privadas de liberdade no período de 2000 a 2014. Essa população carcerária feminina tem em comum com a masculina a cor da pele, 68% das mulheres encarceradas são negras, com baixa escolaridade, sendo que apenas 50% concluíram o ensino fundamental e 50% têm entre 18 e 29 anos. A maioria da mulheres apenadas em regime fechado são mães e não possuem antecedentes criminais.

A letra expõe ao mesmo tempo a política de democracia racial presente no embraquecimento da população que miscigena, mas que continua sendo considerada devido a sua ascendência africana, como afirmas os versos “este país vai deixando todo mundo preto” e “brigar por algum antepassado de cor”.

Comprendemos que o estado se vale das suas instituições para criminalização dos corpos negros e o aprisionamento da população negra, jovem e periférica que por uma multiplicidade de fatores sociais, econômicos, políticos, geográficos, culturais e educacionais são aliciados ou incriminados pela polícia que atua como agente ideológico do estado.

4.1 O debate sobre a raça

No artigo *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*, Munanga (2004, p.10) apresenta as variações ocorridas na palavra raça a partir do campo

semântico, sendo usada primeiramente para categorizar Gauleses e Francos, grupos sociais de diferentes regiões da Europa, a partir de critérios definidos pelos seus próprios grupos étnicos “ os Francos se considerava como uma raça distinta dos Gauleses, mais do que isso, eles se consideravam dotados de sangue “puro”, insinuando suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar os Gauleses, que segundo pensavam, podiam até ser escravizados”. (MUNANGA, 2004, p. 2)

No século XV a expansão marítima e o encontro com outros continentes (Ásia, África, América e Oceania) trouxeram aos europeus o questionamento sobre o conceito de humanidade que se baseava na civilização ocidental.

Durante o século XVIII, utilizando critérios oriundos da Botânica e da Zoologia para naturalizar as “relações de dominação e sujeição entre as classes sociais (nobreza e plebe), as raças passam a ser estruturadas a partir da cor da pele dos indivíduos criando uma divisão na espécie humana em três raças: branca, amarela e negra.

Essa diferenciação tinha por base a quantidade de melanina que define a cor da pele, dos olhos e do cabelo, sendo assim a população preta detém a maior concentração de melanina, os brancos possuem em menor quantidade e os amarelos “numa posição intermediária que define a sua cor de pele que por aproximação é dita amarela”. (MUNANGA, 2004, p.7)

Moore (2007) no livro “Racismo e Sociedade: Novas bases epistemológicas para compreensão do racismo na História” nos aponta uma das bases teóricas para a compreensão da ideia de raça no contexto global, na concepção do pesquisador:

Raça é um conceito, uma construção, que tem sido às vezes definida segundo critérios biológicos. Os avanços da ciência nos últimos cinquenta anos do século XX clarificaram um grave equívoco oriundo do século XIX, que fundamenta o conceito de “raça” na biologia. Porém, raça existe: ela é uma construção sociopolítica, o que não é o caso do racismo. (MOORE, 2007, p.23)

Esse conceito é endossado por Sérgio Pena (2017), um dos mais importantes médicos geneticistas do Brasil que afirma as “raças humanas não existem como entidades biológicas. As raças humanas foram inventadas a partir do início do século 16 para justificar o tráfico e a exploração dos escravos africanos. Assim, elas não passam de construções sociais, financeiramente oportunistas” (PENA, 2017, p.2). Compreendemos que o conceito de raça foi uma mentira criada e difundida pelos europeus para justificar todas as desumanidades cometidas na espoliação e saque dos territórios colonizados.

Os estudos contemporâneos de genética apontam para a existência de uma mesma base

genética comum a todas as pessoas, uma vez que todas as pessoas descendem do continente africano. No tocante, a raça humana pesquisador reitera:

A espécie humana é jovem demais e móvel demais para ter permitido a criação de “raças” — afirma. — E, se raças não existem, não faz nenhum sentido tentar ordená-las qualitativamente, correto? O racismo persiste até hoje, sempre ligado a algum ganho econômico. Sempre que você visualizar racismo, pergunte imediatamente: quem está levando vantagem financeira? (PENA, 2018, p.3)

A vantagem financeira, questionada por Pena, pode ser compreendida a partir da conceituação de Giddens (1979, p.89) sobre raça como um “conjunto de relações sociais que permite situar os indivíduos e os grupos e determinar vários atributos ou competências com base em aspectos biologicamente fundamentados”. Percebe-se no fragmento a presença de sujeitos em disputa dentro do tecido social, em que a biologia é utilizada como elemento determinante na diferenciação racial das pessoas ao mesmo tempo que produz desigualdades sociais. Na concepção de Hall (2003)

Raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja – o racismo. Todavia, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza. (HALL, 2003, p.56)

Embora o conceito de raça, tenha sido desmitificado pela ciência nos últimos séculos, a ideologia sobre a raça permanece viva dentro das culturas pelo mundo. No Brasil especificamente adquire novos contornos com a presença do discurso da democracia racial, termo utilizado por Freyre (1933, p. 90) para nomear as relações raciais fraternas entre os grupos étnicos negros, indígenas e brancos. A partir dessa literatura a - organização que forma as camadas sociais da população brasileira passa a ser interpretadas como harmoniosas entre os grupos dessas raízes étnicas.

Essa ideologia foi contestada pelo Movimento Negro (MN) que politizando a raça “desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos” (LEWIS, 2004). Sobre isso Gomes (2012) observa que reivindicando para si o conceito de raça, o MN passa a disputar os espaços de narrativa sobre a formação social e cultural do país em que povos, religiões, culturas e tradições culturais são discriminados e criando ao mesmo tempo

Uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas. (GOMES, 2012, p. 45)

Discutindo acerca da morte do conceito raça, Munanga (2015) nos adverte que o Brasil criou seu próprio racismo que se ancora na negação do mesmo observando que a extinção do conceito de raça não erradicou o racismo, uma vez que definições como diversidade cultural, etnia e identidades são utilizados na propagação de discriminações .

Assim com base nas leituras dos referenciais teóricos citados no meu estudo, compreendemos que a questão da raça é uma problemática que atravessa séculos, chegando até a contemporaneidade e não apontando perspectivas para o futuro. Originado a partir das demarcações teóricas das ciências biológicas sobre raça e transposto para os modelos de sociedade enquanto modelo social, o racismo contemporâneo surge de onde? E o que discutiremos a seguir.

4.1.2 A historicidade do racismo

No tocante à antiguidade do racismo. Moore observa que:

O racismo seria uma ordem sistêmica de grande profundidade histórica e de ampla cobertura geográfica, que teria se desenvolvido, fundamentalmente, com o objetivo de garantir a separação automática de um determinado segmento humano em detrimento do usufruto de seus próprios recursos. Em sua gênese, apresenta-se como uma forma de consciência grupal historicamente constituída, da qual proviriam depois construções ideológicas baseadas no fenótipo/ raça. Sua função central, desde o início, seria regular os modos de acesso aos recursos da sociedade de forma racialmente seletiva, de acordo com o referido fenótipo/raça... São essas ideologias sociorraciais que regem e padronizam, hoje em dia, a vida cotidiana entre todos os segmentos fenotípicos envolvidos em uma experiência de coexistência no contexto de uma sociedade multirracial de desiguais. (MOORE, 2012, p.197)

Essa conceituação desenvolvida pelo teórico de “separação” entre diferentes grupos humanos em disputa pelo espaço geográfico, político e social e a criação da ideologia racial como elemento diferenciador entre os seres humanos, coaduna com a interpretação de “o dogma segundo o qual um grupo étnico está condenado pela natureza à inferioridade congênita e outro grupo está destinado à superioridade congênita” (BENEDICT, 1945, p. 87)

Benjamim Isaac (2004,p.56) no livro *A invenção do racismo na Antiguidade Clássica* aponta para a presença da discriminação racial por meio do fenótipo desde a antiguidade. O autor mostra o inúmeros registros de escritos greco-romanos em que há uma marcante diferenciação na maneira que são retratados os escravos etíopes dos outros de outras etnias. E utiliza a definição proto-racismo para conceituar as desigualdades raciais baseadas na pureza de sangue presentes nas relações entre os povos do império romano e os povos de origem negra e destaca a utilização do termo negro para definir mácula, tanto moral quanto física pelos gregos e a associação da palavra negro como sinônimo de morte e corrupção. Na concepção do Isaac,

O racismo era uma atitude em relação a indivíduos e grupos de pessoas, a qual pressupõe uma conexão direta e linear entre as qualidades físicas e mentais. O que, por conseguinte atribui a estes indivíduos e grupos de pessoas, traços coletivos físicos, mentais e morais, os quais são constantes e inalteráveis pela vontade humana, pois são causados por fatores hereditários ou influências externas, como clima ou a geografia. (ISAAC, 2004, p.20)

Embora a classificação científica sobre as raças tenha sido desenvolvida no mundo ocidental, Moore (2016, 79) no livro *O racismo através da história* aponta que nos escritos de autores clássicos da antiguidade greco-romana como Aristóteles, Plínio, Strabo e Heródoto são muito comuns as referências a raça e que a inferioridade atribuída aos escravizados era considerada parte da personalidade deles, Platão assim como outros pensadores consideravam a miscigenação degradante e consideravam a eugenia como mantedora do império. Moore aponta no obra “Política de Aristóteles” (1985) a sugestão de uma lei que regulasse um o aborto para infantes malformados e proles oriundos de pais de origens raciais e sociais distintas a fim de refrear o crescimento de uma linhagem malquista.

O pesquisador reitera:

A originalidade do racismo grego foi ter erguido na história as bases ideológicas para um princípio de pureza racial com base no sangue, no compartilhar de um mesmo genos, e aliá-la à construção de um modo de produção escravista como instituição capaz de exterminar e subjugar o outro politicamente, e ao mesmo tempo gerar o excedente produtivo necessário para a auto-reprodução de um grupo racial dominante. (MOORE, 2016, p.48)

Os textos apresentados evidenciam a historicidade do racismo enquanto categoria histórica que foi se adaptando como a cada tipo de sociedade, a principal característica é a presença do fenótipo negro como alvo de preconceito e ódio tanto no império romano quanto no mundo

islâmico em que o indivíduo negro ocupava os mais baixos postos na sociedade. De modo que entendemos que o racismo é uma chaga que se abriu na sociedade desde os tempos imemoriais, sendo adaptado de acordo com os interesses hegemônicos do povo dominante.

4.1.2 . Racismo afetivo: o contexto brasileiro das teorias racialistas na América Ladina

Anibal Quijuano no texto *¡Qué tal Raza!* (1999) traça um panorama interessante para pensarmos a questão da raça na América Latina que se delineia de forma distinta de outros continentes, uma vez que a expansão marítima criou por meio da colonização um novo espaço geográfico e social com a chegada dos europeus e dos inúmeros povos africanos no Brasil.

O autor afirma que o conceito de raça foi desenvolvido para dominação social no contexto do capitalismo impondo sobre todos os povos do mundo, classificadas de acordo com as identidades sociais e geoculturais do mundo “de una parte: “Indio”, “Negro”, “Asiático” (antes “Amarillos” y “Aceitunados”), “Blanco” y “Mestizo”. De la otra: “América”, “Europa”, “Africa”, “Asia” y “Oceanía”. (QUIJUANO,1999, p.1).

Gonzalez (1988) no texto *A categoria político- cultural da Amefricanidade* endossa que o território nomeado América Latina, deveria ser designado Améfrica Ladina, devido à grande influência da população africana na construção do vocabulário, diferenciando a entonação do inglês, francês e espanhol pronunciados. No Brasil a autora afirma que falamos o pretoguês

O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o *lou or*, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isto sem falar nos dialetos 'crioulos' do Caribe) (GONZALEZ, 1988.p.46)

A leitura atenta do fragmento da autora no possibilita a compreensão da enorme importância da presença africana na formação do território “americano” e como essa influência é negada por toda uma tradição branca racista que subestima a contribuição dos povos de cor preta na formação política, cultural e social transformando todo o patrimônio negro em cultura. No texto *Por um feminismo afro-latino-americano* a autora comenta sobre o papel das raças na formação do continente.

Herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual), assim como das técnicas jurídicas e administrativas das metrópoles ibéricas, as sociedades latinoamericanas não podiam deixar de se caracterizarem como

hierárquicas. Racialmente estratificadas, apresentam uma espécie de continuum de cor que se manifesta num verdadeiro arco-íris classificatório (no Brasil, por exemplo, existem mais de cem denominações para designar a cor das pessoas). Neste quadro, se torne desnecessária a segregação entres mestiços, indígenas e negros, pois as hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante. (GONZALEZ, 1988, p.49)

Em conformidade com o modelo de colonização, imposto ao território ocupado as teorias raciais se ramificam dentro da sociedade criando uma incorporação e naturalização da superioridade do colonizador em relação aos colonizados objetivando opressão/exploração.

A partir desse modelo Gonzalez (1988,p.46) utiliza-se do conceito de racismo aberto e racismo fechado. O racismo aberto é o modelo estruturado dentro das sociedades anglo-saxônicas, germânica ou holandesa, assim como no império romano, é caracterizado pela pureza racial que dita que qualquer indivíduo que tenha ascendentes negros é considerado negro. No período de 1662 até 1960 vigoraram nos Estados Unidos leis racialistas que instituíam a segregação racial, em 1924 foi promulgada no estado da Virginia a Lei de Integridade Racial que legalizava a exclusão da categoria de brancos de qualquer cidadão que tivesse um ancestral negro.

A pesquisadora observa que no racismo fechado ou de denegação, são práticas discriminatórias raciais características das sociedades latinas (principalmente nos países de colonização luso-espanhola” ocorrem a predominância das “teorias da miscigenação, da assimilação e da democracia racial” reiterando a crueldade do racismo latino americano que hierarquiza a posição de negros e indígenas “na condição dos segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento”. (GONZALEZ, 1988, p.46)

4. 2 Corpos negros e o colonialismo

Crenshaw (1980) no texto seminal *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero* cria um regra para análise das relações entre raça e gênero, analisando o papel das instituições judiciárias de direitos humanos no tocante à raça, visando incluir a discriminação racial dentro da de gênero ao mesmo tempo que insere a discriminação de gênero dentro das raciais. Embora o termo seja de 1980, e fosse especificamente usado como ferramenta metodológica para analisar as diferentes formas de diferenciação ele “demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras.” (AKOTIRENE,

2018,p.54).

Dados do Atlas da Violência 2018, p.14 “descreve a piora na desigualdade de letalidade racial no Brasil. No período de uma década (2007 a 2017), a taxa de negros cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3%.”. Concomitante ao fato houve uma diminuição no número de mortes de pessoas de cor branca e indígenas.

De modo que o diálogo com a teoria da interseccionalidade possibilita-nos enxergar os conflitos que as estruturas do colonialismo e do imperialismo trazem para os corpos negros em toda a diáspora africana para além do discursos hegemônicos que naturalizam a violência contra o povo negros e ao mesmo tempo que nega a voz dessas populações tornando-os vulneráveis aos trânsitos dessas estruturas que se apresentam como encruzilhada político-social nas sociedades ocidentais.

Simmonds (1997) afirma que “discursos acadêmicos sobre o social construíram a negritude como a/o Outra/o inferior de modo que, mesmo ao se nomeada, a negritude contém um problema de relacionalidade com a branquitude” (SIMMONDS, 1997,p.70). Essa violência discursiva possibilita a criação de um espaço imóvel que visa não permitir que corpos negros transitem em espaço de igualdade dentro da contemporaneidade desenvolvendo fronteiras invisíveis que controlam o sujeito socialmente.

Na palestra-performance *Descolonizando o conhecimento*, Kilomba (2016, p.8) nos provoca com as seguintes perguntas: “Quem pode falar? Quem não pode? E acima de tudo, sobre o que podemos falar? Por que a boca do sujeito Negro tem que ser calada? Por que ela, ele, 2 ou eles/elas têm de ser silenciados/as? O que o sujeito Negro poderia dizer se a sua boca não estivesse tampada?”. Essas indagações lidas fora do contexto são aparentemente inocentes, mas registram com seriedade as ferramentas discursivas e discriminatórias utilizadas como instrumentos de silenciamento utilizadas a séculos pela branquitude.

As questões suscitadas pela autora, nos possibilitam compreender a existência de dois sujeitos, um que tem direito ao discurso, que simboliza uma relação de poder que assegura sua superioridade em relação aos grupos marginalizados e outro silenciado por uma polifonia de vozes, que mesmo que inexistentes dentro do plano discursivo reafirmam a ele o seu lugar de silêncio. A dúvida presente na frase “Quem não pode” (falar)? retoma toda a uma genealogia de subalternidade a que pertence “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, das possibilidades de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”(SPIVAK, 2010 p.12)

“E acima de tudo, sobre o que podemos falar?” Insolentemente, Kilomba (2016,p.8) nos

questiona sobre quais temas, nós pretxs podemos falar, quais limites teóricos que repousam a construção teórica da subalternidade a nós, sujeitos de cor nos é imposta pela sociedade delimitadas pelo espaço de subalternos. Embora o texto da autora, seja voltado para a academia letrada, sua percepção atravessa os lugares de produção intelectual trazendo outro lugar de narrativa que disputa locais de fala.

Nolasco (2008, p.100) pondera que “talvez o conceito de subalternidade venha nos mostrar que é possível pensar no local, no próprio, no regional, sem abrir mão, do contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente no qual estamos vivendo, por mais que isso nos pareça contraditório”. O livro *Teoria feminista da margem ao centro*, bell hooks (2002,p.18) trabalha o conceito de margem e centro, que podemos aplicar nas experiências partilhadas de homens e mulheres negras de estarmos ao mesmo tempo “estar na margem, é estar parte do todo , mas fora do corpo principal”.

Dessa maneira pensamos o corpo negro na contemporaneidade, da mesma forma que se apresenta dentro-fora permitindo-nos o trânsito de estarmos dentro da fronteira simbólica uma vez que a dicotomia margem/ centro localiza uma “paisagem metafórica, que não representa um lugar geográfico, mas um espaço de poder” (HOOKS,2002,p.18) em que o discurso colonial impõem a opressão e a marginalidade.

Uma vez que embora as pessoas mestiças sofram discriminação racial devido serem pessoas não-brancas e possuem em seus corpos características físicas de outros grupos raciais, o racismo não ira determinar o acesso a determinados lugares. No caso de pessoas pretas, como eu a cor da pele pode tornar-se uma barreira que vai limitar ou discriminar o espaços de sociabilidade.

Retomamos a indagação de Kilomba (2016) “Por que a boca do sujeito Negro tem que ser calada? Por que ela, ele, 2 ou eles/elas têm de ser silenciados/as? O que o sujeito negro poderia dizer se a sua boca não estivesse tampada? A partir dessas indagações começaremos a tecer algumas reflexões sobre a colonialidade e seus desdobramentos.

Victoria Santa Cruz (1960), no poema-canção *Me gritaron negra* relata o impacto que ser chamada de negra quando era criança, a autora caminhava na rua e foi surpreendida por vozes que a nomearam como negra. O termo utilizado, dentro da ideologia racista continha todo o peso da discriminação racial presente na sociedade peruana, o chamamento usados de modo ofensivo, fez com que a personagem do poema criasse um auto ódio sobre a seus traços “e odiei meus cabelos e meus lábios grossos e mirei minha carne tostada”.

O poema retrata o processo de negação do fenótipo nos processos de alisamento do cabelo e uso de pós clareadores, que mesmo assim não apagavam sua negritude pois dentro de seu

interior as palavras proferidas mantinham o mesmo peso discriminatório. Na parte final do texto a personagem se encontra com sua negritude, aceitando e se orgulhando de suas características étnico-raciais afirmando “E bendigo aos céus porque quis Deus que negro azeviche fosse minha cor/ E já compreendi afinal já tenho a chave NEGRO, NEGRO, NEGRO, NEGRO, NEGRO, NEGRO, NEGRO, NEGRO, NEGRO, Negra sou!”

O texto da autora mostra a existência de uma visão racializada da mulher negra afro-peruana desenvolvida no período colonial e difundidas nos séculos posteriores, de modo a alimentar um imaginário social sobre as mulheres negras e suas práticas. O documento *História del Pueblo Afroperuano y sus Aportes a la Cultura del Perú* (2013) elaborado pelo Ministério da Educação do país, afirma :

Situémonos en el Perú de finales de la Colonia. Pensemos en la mujer negra, de unabelleza sin igual, de un color de piel comparado al de la más fina madera del continente africano: el ébano. Ella fue tildada de seductora y viciosa; acusada de no tener honor, de tener una conducta amoral, de practicar normalmente el aborto; y recriminada por los años de revertir el orden social. Estas acusaciones eran ventiladas a menudo en los tribunales eclesiásticos, a los que recurrían las esclavizadas para confrontar y denunciar a los años blancos por crueldad, maltratos físicos, que llegaban hasta la sevicia espiritual [...] Los negros por crueldad, maltratos físicos, que llegaban hasta la sevicia espiritual [...] Los negros eran seres no considerados humanos. Nacieron en este continente escuchando las historias de sus padres y abuelos acerca de sus lejanas tierras, de sus dioses protectores a los cuales les suplicaban que los retornaran a la libertad y que los devolvieran a sus pueblos (PERU, 2013, p 59-60).

Não temos a pretensão de nos alongarmos na análise do contexto sócio-racial peruano, utilizamos o texto da autora para pensarmos a construção do discurso colonial referente aos corpos negros, uma vez que mostra a realidade social cultural de uma época pois o texto é elaborado para “ através dele, marcar uma posição ou participar de uma discussão mais ampla que está sendo travado na sociedade”(FIORIN, 2017, p.13).

Kilomba (2016) nos adverte sobre a existência de um discurso marcado pela diferença construído desde os tempos imemoriais que perpassa pela contemporaneidade dialogando com os discursos protoracistas da antiguidade clássica greco-romana, que mencionamos no início do texto sobre raça. Nesta exposição os “corpos negros são construídos como corpos impróprios, abjetos, “deslocados” e logo, como corpos que não pertencem. (...) Através de tais comentários, pessoas negras são persistentemente convidadas a voltar para o “lugar delas”, longe da academia, nas margens, onde seus corpos estão em casa.”. (KILOMBA, 2016, p.5)

Essas diferenças elaboradas primeiramente dentro do discurso científico europeu do

século XVIII e legitimada pelas leis coloniais produziram as grandes assimetrias sociais e raciais que a populações de cor. Boaventura dos Santos (2018, p.1) analisando o papel do discurso colonialista na difusão e ampliação do racismo observa a diferenciação a que estão submetidas as “populações e corpos radicalizados” não sendo reconhecidos como seres humanos ao mesmo tempo que são desprovidos de quaisquer tipos de direitos ao mesmo tempo que são tomados como irrelevantes. O pesquisador observa como a exploração das terras indígenas foram roubadas como se não tivessem proprietários o mesmo se dando com a escravatura em que seres humanos foram julgados “propriedade privada”.

4.2.1 Colonialismos

“A colonização é a cabeça-de-ponte da barbárie em uma civilização” Cesaire.

Em 1921, o Jornal O Combate, publicou a matéria “O mundo negro americano e o ressurgimento da campanha de independência”. O artigo continha um fragmento do discurso do Honorável Marcus Garvey que abordava de modo geral o processo de colonização europeu nos países africanos, nele Garvey fala do processo de dominação e exploração que os colonizadores operavam sobre os colonizados:

Não demos aos ingleses o direito de nos explorar; aos belgas o de nos brutalizar; aos franceses o de nos... Não falemos. Que a França nos prove o seu liberalismo! Quem venceu a [primeira] guerra? O sangue do negro sobre o campo de batalha do branco. [...] Ora, sabeis qual foi o reconhecimento dos brancos? Nem sequer concederam uma cadeira na Conferência da Paz! [...] E são eles, os brancos enfatuados, que nos chamam netos de orangotango, que nos vão buscar para vencer as suas guerras; são eles que se julgam senhores do mundo, para ditar as suas vontades e efetuar os seus absurdos. Unamo-nos e seremos livres! (GARVEY,1921, p.3).

Gonzalez (1988, p.5) no texto *A categoria política cultural da amefricanidade* explica que o colonialismo europeu se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX, concomitante ao racismo científico, uma teoria que estruturava a superioridade da raça branca eurocristã (branca e patriarcal), que continua sendo conduzindo o olhar da produção acadêmica hegemônica.

A autora destaca que na segunda parte do século XIX, a partir da naturalização da inferioridade dos povos selvagens o colonialismo torna-se mais “etnocida” violentando a todos

que eles atribuíam costumes primitivos e que precisavam ser aniquilados. Sobre processo de incursão europeu na Argélia ano de 1930, Abbás relata:

A colonização constitui apenas uma empreitada militar e econômica, posteriormente defendida por um regime administrativo apropriado; para os argelinos, contudo, é uma verdadeira revolução, que vem transtornar todo um antigo mundo de crenças e ideias, um modo secular de existência. Coloca todo um povo diante de súbita mudança. Uma nação inteira, sem estar preparada para isso, vê-se obrigada a se adaptar ou, se não, sucumbir. Tal situação conduz necessariamente a um desequilíbrio moral e material, cuja esterilidade não está longe da desintegração completa. (ABBÁS, 1931, p.9)

A escrita de Abbás, do início do século XIX relata sobre a apropriação de bens materiais e culturais, efetuadas nos espaços colonizados em que seus habitantes eram completamente despojados de seus direitos. Mbembe (2016, p.13) afirma que “a colonização (...) uma forma de poder constituinte, na qual a relação com a terra, as populações e o território associa, de modo inédito na história da Humanidade, as três lógicas de raça, da burocracia e do negócio (commercium).

No livro *Discurso sobre o Colonialismo*, Aimé Césaire (1978) nos convida a pensarmos sobre a colonização, através da ótica do negro colonizado, o autor utiliza um discurso de autoridade para interpelar a Europa e toda estrutura colonial produzida e conduzida por ela durante séculos, que não resolveu o problema do proletariado na Europa e nem o problema colonial nas colônias mas utilizou uma máquina de violência e morte em todos os territórios colonizados. O poeta opondo-se ao discurso de superioridade física, mental e racial do colonizador, criado pelo europeu invasor que infantiliza o nativo considerando-o incapaz de cuidar de seu próprio território, pergunta e responde:

o que é, no seu princípio a colonização? Concordemos no que ela não é, a evangelização, empresa filantrópica ou “vontade de fazer retroceder as fronteiras da ignorância, da doença, da tirania”; tampouco é expansão de “Deus” ou extensão do “direito. Admitamos, uma vez por todas sem vontade de fugir as consequências, que o gesto decisivo, aqui, é do aventureiro e do pirata, do pesquisador de ouro e do armador, do apetite e da força, tendo por detrás a sombra projectada, maléfica, de uma forma de civilização que a dado momento de sua história se vê obrigada internamente a largar a à escala mundial a concorrência de suas economias antagônicas (CESAIRE; 1978: 14).

A narrativa do pesquisador deixa bem claro, que os povos colonizados sabiam das fragilidades presentes no discurso civilizatório do colonizador, Césaire (1978) afirma que o modelo de colonização baseado na exploração, matanças, torturas, ódio racial e violência sexual

desumanizou o colonizador retirando toda empatia em relação aos povos indígenas de modo a naturalizar toda a sorte de violências, aceitas e naturalizadas pelo estado colonial.

Mas qual é a relação que podemos tecer entre o colonialismo do passado e o momento da negritude atual? A essa questão, Aimé Césaire nos responde no artigo *Cultura e colonização* que o jogo da discriminação racial presente em todos os países colonizados, incluiu o Brasil, deixou sequelas que condicionam o desenvolvimento das culturas negras em nível global propiciando o aumento da violência racial e a massiva incorporação e condicionamento dos corpos negros as mazelas da pobreza, criminalidade.

Essa teoria é reafirmada por Quijuano (2009, p.73) no texto *Colonialidade do Poder*, que afirma que a colonialidade desenvolvida a partir do processo de colonização das Américas utiliza como alicerce a exigência “uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal”. Mignolo (2014,p.12) ampliando o conceito de Quijuano afirma “*Colonialidade*” equivale a uma “matriz ou padrão colonial de poder”, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade. (MIGNOLO, 2014, p. 13) .

Essa matriz de poder operante na contemporaneidade está presente em todos os discursos, inclusive o de gênero no qual se articula a pesquisa. A partir dessa constatação, percebemos o quanto os conhecimentos epistemológicos construídos sobre raça e gênero refletem uma visão colonial no qual os sujeitos negros são colocados na periferia do conhecimento, tanto na forma como são retratados quanto no uso de uma bibliografia majoritariamente branca e eurocêntrica e propomos a construção baseada em novas epistemologias uma vez que a discussão de gênero, que traçamos na contemporaneidade baseia-se na maioria das vezes nas experiências de indivíduos (homens e mulheres), brancos, heterossexuais, de classe média ou alta e raramente é tecido um olhar para fora das hegemonias que não dialogue somente com as fragilidades em que os jovens homens negros, por isso ousei falar de corpo, estão inseridos.

Outra característica marcante do colonialismo é a produção de conhecimento sobre o comportamento humano, história, sociedades e culturas proposto pela colonialidade que se retroalimenta do racismo, enquanto diferença significativa ao mesmo tempo que torna-se mais violento para todos aqueles considerados inferiores.

No caso dos meninos homens pretos essa inferioridade se desloca para dois espaços bastante distintos, a ideia de violência construída pelas teorias raciais do século XIX que alimentaram um “imaginário social” em que os homens meninos pretos são destituídos de valores morais e sociais e portanto capazes de quaisquer tipo de violência, e nas campanhas construídas pelos teóricos brasileiros e pela imprensa brasileira no período do Pós- Abolição que instituía os homens pretos como preguiçosos e avessos a quaisquer tipo de trabalho naturalizando o desemprego entre os homens pretos com reflexos até os dias atuais.

CAPÍTULO V

5. ESTUDOS SOBRE HOMENS E MENINOS NEGROS

Quando é que os garotos pretos se tornam homens?

A questão norteia minha tese, desde o primeiro momento que escolhi o tema, uma vez que eu era professora de uma projeto social na favela de Madureira e não tinha nenhuma aluno preto na minha turma, em contraste na minha classe na Penha que possuía uma quantidade significativa de alunos mestiços, brancos e poucos alunos pretos que iam diminuindo a medida que o curso avançava. Cadê, Nkembo, perguntava eu. Saiu do curso, foi trabalhar como entregador de água, me diziam.

Passados alguns meses, eu observo essa mesma realidade lecionando numa turma de jovens aprendizes no Complexo do Alemão em Bonsucesso, muitos alunos mestiços, alguns brancos e poucos garotos pretos. Os alunos pretos muito calados, geralmente pouco à vontade na presença de uma pessoa preta como eles, talvez pelo histórico racismo enfrentado por eles na escola em que os meninos desde a tenra idade são considerados indisciplinados (CARVALHO, 2014), talvez porque num curso profissionalizante dentro da sede de uma empresa que os contrataria no termino da formação, a professora no papel de avaliadora era responsável pelos papel de vigiar e punir como nos lembra Foucault no livro homônimo. Mantenha-se quieto, quanto mais invisível melhor, um código silencioso executado.

Regras que rememoram os manuais de sobrevivência não escritos mas decodificados pelas famílias pretas para evitar o encarceramento, a morte ou o desaparecimento de seus filhos, que incluem, não sair de casa sem RG; não sentar no último banco dos ônibus; se houver revista policial, leve até a carteira de trabalho e não encare os policiais pois eles podem entender esse ato como enfrentamento; não reaja em hipótese alguma mesmo se for revistado no meio da rua diante de outras pessoas ao lado de colegas brancos e mestiços.

5.1 A realidade social como fonte de teorias para o estudo sobre homens e jovens pretos.

A pesquisa de Doutorado intitulada Moleques Pretos- um estudo sobre jovens na cidade de Queimados, baseia-se nos *Black Man Studies*, estudos sobre homens e jovens negros desenvolvidos pelo Professor Tommy J. Curry, docente titular na Universidade de Edinburgo. O campo de estudos é focado na experiência masculina negra diante do sexismo, patriarcado, racismo presentes na sociedade americana “à misandria racializada, enquadrando a masculinidade negra como um local de vitimização racial-sexual, vulnerabilidade e violência (REED, LAYMON, 2021, p.24)

Acredito que a perspectiva de Curry de estudar jovens e homens negros nos Estados Unidos e no exterior, vai ao encontro de meus objetivos de pensar os homens e jovens pretos na cidade de Queimados, Baixada Fluminense.

Na introdução do livro, *The Man-Not: Race, Class, Genre, and the Dilemmas of Blackmanhood*, que em português significa O não-homem: raça, classe, gênero e os dilemas da masculinidade negra, o autor faz uma observação bastante importante sobre os lugares destinados aos homens negros no mundo ocidental, o não-homem.

Homens negros como o não-homem é uma formulação teórica que tenta capturar a realidade da masculinidade negra em um mundo anti-negro. Porque é enraizado na formulação colonial de designação de sexo, não de gênero, e não reconhece que a masculinidade racial não é coextensiva ou sinônimo de as formulações de masculinidade, ou patriarcado, oferecidas pela realidade branca. O Man-Not é a negação não apenas da masculinidade negra, mas também da possibilidade ser tudo menos animal, a besta selvagem, fora das contas civilizacionais de gênero. (CURRY, 2019, p.5)

Ser não-homem na perspectiva de Curry refere-se à invisibilidade dos homens negros dentro do mundo contemporâneo ocidental e principalmente os mecanismos de morte utilizados contra esses sujeitos na atualidade, uma vez que os modelos de análises da sociedade e nos estudos sobre gênero recaem sobre os homens pretos os estereótipos de estupradores, violentos, bandidos e todos os estigmas associados a masculinidade tóxica e os papéis valorizados ligados às estruturas de poder, educação são endereçados aos homens brancos.

Embora a obra, discuta o contexto norte-americano, o estudo encontra similaridades com a realidade social brasileira a incidência de violência letal contra os homens pretos. No Brasil existe um alto índice de letalidade contra homens pretos e homens de ascendência africana, em que os homens pretos e os pardos (mestiços em sua variedade fenotípica). Os dados reafirmam

uma tragédia brasileira, que é algo que a gente vem reiterando e vem ganhando contornos cada vez mais acentuados, que é uma sobrerrepresentação de jovens e negros vítimas de violência letal”.

O texto pode ser utilizado para reflexão sobre os homens pretos e os papéis destinados a esses indivíduos na sociedade brasileira. Para Tommy Curry

a masculinidade passou a ser entendida como sinônimo de poder e patriarcal, e racialmente codificado como branco, não tem conteúdo para o homem negro, que em um mundo anti-negro é negado a masculinidade e é atribuído como feminino em relação à masculinidade branca. Se a brancura é masculina em relação à negritude, então a negritude se torna relacionalmente definida como não masculino e feminino, porque não tem o poder da masculinidade branca. (CURRY, 2018, p.5)

O autor retoma a ideias concebidas sobre masculinidade, presente dentro dos estudos sobre gênero produzidos no norte global, iniciados por Raewyn Connell “ as práticas de gênero dos homens levantam importantes questões de justiça social, considerando-se a escala da desigualdade econômica, a violência doméstica e as barreiras institucionais à igualdade das mulheres” (CONNEL, 1995,p.14). Usando como ponto de partida a literatura ocidental brancocentrada, Tommy Curry compreende a masculinidade como um lócus de enunciação que remete às estruturas de poder (bélico, financeiro, político, social e cultural) ocupadas pelos homens brancos descendentes de europeus em sua diversidade étnica.

O intelectual observa que as pesquisas sobre homens negros são produzidos a partir das perspectivas de homens e mulheres brancas, do feminismo negro e sempre baseado em teorias racistas formuladas pela ciência eurocêntrica. De modo que a teoria produzida pelo intelectual busca situar os

Os estudos sobre homens negros tentam teorizar os homens negros a partir do trabalho empírico sobre os homens negros, mostrando que eles são os indivíduos mais progressistas de gênero e orientados para a comunidade na comunidade negra, bem como os pais mais envolvidos. Há uma resistência em entender os homens negros além das caricaturas deles como violentos, abusivos em relação às mulheres e estupradores dentro das disciplinas acadêmicas. (CURRY, 2018, p. 76)

Para além de produzir um olhar mais apurado sobre os homens e meninos pretos, apartado das visões sexistas que criam um distanciamento entre o masculino e o feminino, que muitas das vezes excluem “ as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros”. (LOBO,2008, p.33).

Em seu campo teórico, Tommy Curry utiliza o termo *genre* cunhado na obra *On being human as Praxis* de Sylvia Winter em substituição de *gender*, embora a palavra só exista dentro da língua inglesa, a autora do sintagma observa que a origem etimológica do termo *gender* significa bondoso e remonta aos papéis de homens e mulheres na burguesia em que esses indivíduos possuíam seus espaços demarcados pelo gênero. Na concepção de Winter

Gender indica o ruptura da ordem fundada no homem e na mulher europeus, que é expresso pelo termo de gênero. O contato da Europa com não-europeus reordenou o esquema de gênero, porque "o código primário da diferença agora tornou-se aquela entre "homens" e "nativos", com os tradicionais "homens" e "mulheres" distinções que agora vêm jogar um secundariamente- se não menos poderoso- reforço do papel dentro do sistema de representações simbólicas ". Na medida em que como a negritude expressa a indeterminação de ser como não-ser, o gênero também é. Na medida em que como a Negritude expressa a indeterminação de ser como não-ser, o gênero também é reformulado. (WINTER, 1986, p. 56)

Wynter defende outra perspectiva para compreensão da realidade social, proposta a partir da maneira com que os intelectuais negros concebem as diferenças produzidas a partir das narrativas dos europeus em contato com povos não brancos, que introduziram o conceito de raça e gênero a partir das visões que possuíam de si e dos demais povos como descreve Maria Lugones no artigo *Colonialidade e gênero*, em que a teórica observa que o conceito de gênero surgiu a partir do contato dos europeus com os outros povos que passam a ser generificados, uma vez, que “o dimorfismo biológico, a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade, e o patriarcado estão inscritos – com letras maiúsculas e hegemonicamente – no próprio significado de gênero” (LUGONES, 2008, p.4)

Adotando o termo *genre* como lugar de enunciação sobre os homens negros, Tommy Curry conceitua.

O *genre* difere do gênero por esta distância que os homens negros compartilham com o homem ocidental a priori, e, por consequência, o patriarcado. Considerando que o gênero afirma que as ordens históricas e sociais, definidas pelo marcador biológico do sexo, são de fato sinônimos da localização histórica e sociológica do masculino negro. *Genre* expressa como o registro de não ser distorce as categorias fundada sobre a antropologia branca ou a do humano. Categorias populares de análises como classe, gênero e até mesmo raça supõem um modelo sobre o qual eles imprimem. Mas qual é a aplicabilidade do modelo humano categorias sobre o não-humano? O macho negro é negado não de uma origem Mas qual é a aplicabilidade da categorias sobre o não-humano? O macho negro é negado não de uma origem do ser (humano), mas da nihilidade. As reflexões de Frantz Fanon sobre a objetividade e não ser não são simplesmente descrições de negação; não são termos de proxêmicos, mas termos de registro. Ser masculino - a nihabilidade da qual ele nasce. Longe do burguês ordem da

espécie expressa pelo homem, o gênero é específico do tipo, o tipo de existência expresso pelo homem negro. (CURY, 2008, p. 56).

Assim como Tommy Curry, acredito que o termo gênero, usado na maioria dos estudos sobre homens meninos pretos e masculinidades, remetem às perspectivas feministas em que a voz do homem negro é silenciada e é necessário que os outros (mulheres e homens brancos, e mulheres negras) enunciem sobre o masculino negro, muitas das vezes animalizado no palavra “macho”.

No meu texto utilizo no texto a expressão menino homem preto, numa citação indireta a Marília Pinto Carvalho (1988) que observando o cotidiano escolar de uma creche de São Paulo, destaca que desde a educação infantil os meninos negros recebem menos cuidados que as demais crianças de outro gênero e raça, como se desde pequenos eles fossem responsáveis por si mesmo, e vivem situações de racismo e sexismo dentro dos espaços escolares sofrendo o estigma racial que associa os homens negros a delitos e violência como mostra Lélia Gonzalez

Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (Gonzales, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. (GONZALES, 1984,p.6)

Essa violência de atribuir a meninos pretos, características raciais em detrimento de atributos infantis é sintetizado no caso da morte do menino Miguel¹ em 2020 provocado pelo abandono da criança de 05 anos num elevador de um prédio de vinte andares, a patroa da mãe do menino, apertou os números do elevador e o menino foi para a cobertura, avistou sua mãe na rua subiu as grades e caiu do prédio. A defesa, usou como argumento que a criança era “traquinas”. Para Igor Travassos, da Articulação Negra de Pernambuco.

É importante ressaltar o racismo que está atravessado nesse caso, porque a defesa de Sarí tenta separar a vida de uma criança que é passiva de cuidado e a vida de uma criança que é passiva de abandono. Eles tentam desumanizar Miguel, tornar Miguel uma criança negra, de cinco anos, responsável pelos seus próprios atos. Por que os filhos dela (Sarí) são passíveis de cuidado? Por que os filhos dela e das amigas dela devem ser cuidadas e Miguel pode ser deixado no elevador?. (TRAVASSOS, 2021)

Crimes provocados pelo racismo, marcam a morte de Miguel, em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é desrespeitado mostra a fragilidade da lei na proteção de crianças e adolescentes pretos, os mais vulnerabilizados na segurança alimentar, na questão da moradia, da segurança, e diversos outros direitos.

No artigo *Racismo e biopoder: um caso no Rio de Janeiro contemporâneo*, relata o discurso do governador Sérgio Cabral que afirma que na Rocinha (favela carioca) o número de filhos por mãe se aproxima do padrão Zambia, Gabão sendo uma “fábrica de produzir marginal” (NOGUEIRA, SILVA, 2011). Embora na Rocinha vivam os grupos étnicos brancos, pretos e pardos, com predominância dos grupo pardo², a preocupação do político era de cunho racial ao comparar o crescimento populacional do grupo preto ao das populações pretas africanas e nomeando os filhos desses grupos como “marginais”.

No caso dos meninos e adolescentes pretos pesam sobre eles o sexismo e a violência racial nos registros de agressões físicas e psicológicas vividas de modo direta durante os períodos de adolescência e juventude em que os garotos pretos, são percebidos desde cedo como homens em miniatura, sendo percebidos enquanto jovens, mais como potenciais menores infratores, de modo que o racismo explícito nessa teoria, impede que esses garotos sejam vistos de outra forma.

Para, Curry (2018)

A proliferação de discursos em torno da sexualidade nas últimas décadas pouco fez para esclarecer a relação entre categorias de gênero construídas (como raça e sexo) e as corpos que os possuem. Da mesma forma, apesar de décadas de debate, a categoria de masculinidade permanece indeterminada e um tanto vazia, referenciada quase exclusivamente pela genitália. Considerando que os estudos de masculinidades fora dos Estados Unidos começaram a árdua tarefa de avaliar a suposta ligação entre masculinidade, patriarcado, e dominação, a teoria feminista nos Estados Unidos passou a enfatizar masculinidade como primariamente patriarcal e reivindicar aquelas masculinidades que não coincide com essa hierarquia de gênero dominante para si mesma – como e de inspiração feminista. Esses estudiosos da masculinidade da Europa e seu passado colônias têm insistido na diferença entre hegemônicos e não hegemônicos. masculinidades e defendeu um relato mais preciso de homens (brancos) que “facilita ainda mais a descoberta e identificação de “masculinidades de igualdade: aqueles que legitimam uma relação igualitária entre homens e mulheres, entre masculinidade e feminilidade, e entre os homens.” Insistem: Enquanto os descendentes masculinos de colonizadores são reconhecidos pela natureza de variedades de masculinidades que ocorrem dentro de seu grupo, essa insistência em masculinidades múltiplas tem sido muitas vezes negado aos homens negros que são descendentes de escravos. (CURRY, 2018, p. 89)

O racismo anti-preto vivida pela população preta e dirigido especificamente aos jovens e homens pretos, vai ao encontro dos questionamentos suscitados por Judith Butler no livro *Quadros de Guerra*, em que ela tece reflexões sobre a vida humana, que são valoradas de acordo com o seu pertencimento racial, social, cultural e de classe e de outras vidas sobre as quais não há interesse em e científico de serem analisadas pois “se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras” (BUTLER 2017, p. 09).

A autora pondera “podemos ver a divisão do mundo em vidas passíveis de luto da perspectiva de guerra com o propósito de se defender as vidas de certas comunidades e para defende-las das vidas de outras pessoas, mesmo que para isso signifique eliminar outras pessoas.

Acredito que a perspectiva da autora seja muito importante, uma vez que existia uma lacuna na produção teórica americana sobre os homens negros, de modo que mesmo com o avanço dos estudos de gênero difundidos pelo feminismo negro americano, criando nova perspectiva sobre as mulheres negras nas obras de bell hooks, Patricia Hill Collins, Kimberlé Williams Crenshaw entre outras autoras. Essas intelectuais, na busca de uma produção teórica que valorizasse o feminino negro, manteve sobre os homens pretos imagens de controle (COLLINS, 2016,p.6) produzidas pelos intelectuais brancos e relacionadas ao racismo científico, essas reproduções associadas a violência, criminalidade e outros estereótipos negativos de modo que, Curry argumenta

Acredito que exista um mercado, por assim dizer, baseado na condenação dos negros e pardos na academia que espelha as várias indústrias que vemos na sociedade voltadas para o mesmo objetivo. Conhecemos a mídia, o complexo prisional-industrial e diversos preconceitos internalizados que apresentam os homens negros e pardos como violentos e descartáveis. Acontece que a política da academia liberal permite que esses estereótipos raciais sejam aceitos como teoria quando codificados como uma proposição de gênero. (CURRY, 2018, p. 08)

Dentro dessa proposição de gênero, abstrai-se o ódio racial direcionado a população preta, responsável direta pelo seu genocídio em escala mundial, escravização no mundo contemporâneo em que grupos pretos de homens e mulheres de países africanos são sequestrados e vendidos em mercados de escravos como aponta Tidiane N'Diaye para direcionar essa questão apenas ao grupo masculino como sintetiza bell hooks sobre a existência de “uma cultura que não ama os homens

negros [...] eles não são amados por homens brancos, mulheres brancas, mulheres negras, meninas ou meninos. E, principalmente, os homens negros não se amam. (HOOKS, 2018, p. 17)

Acredito que a afirmação de bell hooks possa ser compreendida a partir de dois pontos de vistas distintos, o primeiro a partir dos números sobre a população masculina negra americana altamente encarcerada e os altos números de mortes nas comunidades afro-americanas provocada pela exclusão social e alto desemprego dos jovens, o segundo, acho problemático a afirmação de que os “ os homens negros não se amam”, visto que homens e mulheres possuem ideias diferentes sobre o amor, sendo um peso uma afirmativa desse nível sem pensar a sociedade como um todo e a maneira com que o ódio racial incide sobre esse grupo.

As teorias de Curry analisando a sociedade americana, são parecidas com as percepções dos estudos produzidos no Brasil sobre homens negros. Em território nacional, os estudos sobre homens e meninos negros, estão agregados dentro do campo de estudos das masculinidades negras, um subgrupo de temas que utilizam das teorias feministas produzidas no Ocidente e versam sobre a supremacia masculina para pensar o lugar dos homens e garotos pretos na sociedade brasileira, diferente de Curry que faz uma separação entre homens negros/ pretos mesmo dentro da sigla afro-americano, aqui os estudos utilizam o conceito político negro disposto no Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010).

O uso indiscriminado do conceito negro para agrupar pretos e pardos em suas variedades fenotípicas e regionais nas pesquisas sobre homens pretos traz uma série de problemáticas. Primeira: a população preta, mais expressivamente a masculina sofre intenso ódio racial, em detrimento dos pardos¹ como mostra os números de óbitos violentos de homens pretos², em que em comum são a pele preta casos contra os imigrantes africanos e brasileiros

Para Toni Garrido, vocalista do Cidade Negra “jovens pretos estão em risco de vida o tempo todo (...) “acontecem todo dia na Baixada Fluminense”. (...) “É uma grande loucura, é uma selva. O que acontece lá e mobiliza o país inteiro ocorre em um bairro três ou quatro vezes por noite, e ninguém fala nada”, (GARRIDO, 2021)

Segundo, o racismo incide de maneira diferente entre os grupos pretos e os grupos pardos, os diversos casos de racismo noticiados nos jornais atestam essa realidade social, embora os grupos pardos escurecidos (pessoas mestiças racializados por serem equiparados aos pretos) os dados sobre a inserção no mercado de trabalho, no acesso a saúde, educação e habitação mostram que mesmo “ sendo não brancos, isso não os torna negros” (BIKO, 2012, p , 20). Para Steve Biko, uma das mais importantes figuras da luta negra do uma vez que o ódio racial é direcionado

a população que tem as mesma características dos povos que vieram traficados para o Brasil, esse ódio, que naturalizou a escravidão dos povos pretos como mostra Tidiane N'Diaye no livro *Genocídio ocultado*, citado anteriormente.

Para José Luiz Petrucelli “existe diferença no comportamento social entre pretos e pardos: quanto mais escuro, mais discriminado”, (PETRUCELLI, 2013, p. 05) e observa que a reunião de pretos e pardos num mesmo grupo nas pesquisas científicas, prejudica os grupos pretos pois “a discriminação contra os pretos é muito maior do que a verificada entre as pessoas que se autodeclararam pardas, e essa diferença precisa estar presente nos levantamentos demográficos” (PETRUCELLI, 2013, p. 09)

Na minha concepção, as diferenças entre o grupo preto e o grupo pardo/ mestiço está para além da discriminação racial, citada por Petrucelli. A diferença existe pois famílias pretas sem mistura com outros grupos raciais, possuem herança cultural partilhada por vivenciarem as mesmas questões sociais e étnicas por possuírem as mesmas características físicas e partilham das mesmas experiências sociais de serem um corpo preto num mundo racializado.

De modo que torna-se complexo a utilização dessas pesquisas, no meu trabalho, uma vez que na literatura sobre homens negros não especifica se são pretos ou pardos, e muitas das vezes utilizam de nomenclaturas e termos presentes na linha inglesa e nos Estados Unidos que não refletem a realidade nacional brasileira. Outra grande problemática dos estudos sobre masculinidades brasileiros são os poucos estudos sobre homens negros, produzidos por homens pretos e mestiços sem a reprodução de teorias feministas que versam sobre masculinidade tóxica, sem a compreensão das diferenças econômicas, sociais e culturais entre os homens brancos e os demais grupos de homens racializados (mestiços, negros, amarelos e indígenas).

Tommy Curry observa que os estudos sobre homens negros produzidos a partir dos estudos feministas americanos e afro-americanos apresenta a ideologia de que os homens negros querem ser como os brancos, referentes ao acesso aos bens, à posse de uma mulher branca e ao status que os homens brancos possuem dentro do patriarcado e se questiona será que os homens negros querem isso, ou é a reprodução do racismo que nos desumaniza enquanto indivíduos, tornando-nos humanos quando assumimos uma persona branca. Para Curry, a literatura produziu um discurso em que os

Os homens negros são considerados estupradores latentes - o Macho Negro de antigamente - patriarcas violentos, um homem negro privilegiado, ansiando pelo momento em que lhe é permitido alcançar a masculinidade de brancos. Essas mitologias, de décadas passadas, permanecem a moralidade das disciplinas e a

base política a partir da qual as caricaturas racistas tornam-se conceitos reverenciados. (CURRY, 2018, p. 30)

A narrativa de Curry remete ao texto *Estupro, Racismo e o Mito do estuprador negro* de Angela Davis, nele a autora mostra como os estudiosos brancos difundiram o mito do negro violador nos Estados Unidos da América. Davis observa que as leis contra estupro foram criadas para proteção de homens de classes mais altas que poderia ter suas mulheres ou filhas vitimadas por esse crime. Para Gerda Lerner “o mito do estuprador negro de mulheres brancas é irmão gêmeo do mito da mulher negra má (...). As mulheres negras perceberam esse vínculo de modo muito claro e desde o começo se colocaram na dianteira da luta contra os linchamentos” (LERNER, 2015, p. 19)

Angela Davis observa que “a acusação de estupro tem sido indiscriminadamente dirigida aos homens negros, tanto os culpados quanto os inocentes. Por isso, dos 455 homens condenados por estupro que foram executados entre 1930 e 1967, 405 eram negros” (DAVIS, 2017, p. 3) . E destaca que o racismo impulsionou o surgimento de uma literatura que acusava os homens negros de estupro, mesmo que não houvessem dados reais sobre esse tema.

A imagem fictícia do homem negro como estuprador sempre fortaleceu sua companheira inseparável: a imagem da mulher negra como cronicamente promíscua. Uma vez aceita a noção de que os homens negros trazem em si compulsões sexuais irresistíveis e animalescas, toda a raça é investida de bestialidade. Se os homens negros voltam os olhos para as mulheres brancas como objetos sexuais, então as mulheres negras devem por certo aceitar as atenções sexuais dos homens brancos. Se elas são vistas como “mulheres fáceis” e prostitutas, suas queixas de estupro necessariamente carecem de legitimidade. (DAVIS, 2017, p. 3)

O texto de Davis mostra como a construção de um discurso sobre a marginalidade negra afeta a toda comunidade negra, propiciando um ambiente de violência que recai também sobre os corpos femininos negros.

No Brasil, os atos de violência sexual está presente no DNA dos brasileiros conforme apontam as pesquisas do projeto “DNA do Brasil”, uma vez que durante os período de colonização do país, eram comuns os europeus praticarem estupro contra mulheres indígenas e negras, “os dados genômicos das amostras de 1.247 brasileiros de diferentes regiões do país apontaram para uma herança genética materna majoritariamente africana e indígena, enquanto a paterna é 75% europeia”. (BEZERRA, 2020, p.3) A professora Lara Moutinho afirma ‘temos material científico suficiente, de muitas áreas, para dizer que nós somos fruto de uma violência, que o Brasil se

constitui de um modo violento e a violência sexual é parte disso. Ela age de um modo assimétrico em relação ao gênero" (BEZERRA,2020, p.3)

Embora os documentos oficiais apontem os homens brancos como históricos estupradores na história do Brasil como mostra Moutinho, (GONZALEZ 1978, CARNEIRO, 2004) assim como nos Estados Unidos da América existe um discurso fomentado pelo feminismo negro brasileiro, que aponta os homens negros como estupradores.

Na próxima seção, começo a apresentar a cidade de Queimados, território de minha tese onde residem meus entrevistados.

5.2 O território da pesquisa. Queimados

O capítulo aborda as mudanças ocorridas nas últimas décadas na cidade de Queimados e os impactos dessas dinâmicas na vida dos meninos homens pretos, assim como todos os municípios da Baixada Fluminense, o município é considerado um território de violência letal, sobretudo para população masculin preta e mestiça de pele escura.

5.1.O território da pesquisa

Para Milton Santos, território usado “ é um híbrido de materialidades – a configuração territorial incluía natureza herdada e as artificialidades resultantes do trabalho social –, ações sociais, vida social” (SANTOS, 1999). A definição de Santos pode ser utilizado como uma metáfora para pensar a cidade de Queimados, em relação a natureza, configuração histórica do município do estado do Rio de Janeiro que foi durante até a década de 30 um campo de laranjas. Na contemporaneidade, o território é caracterizado por uma relação de poder dos proprietários de imóveis no centro do município que cobram alugueis exorbitantes para os locatários, pela ocupação do espaço por pessoas em situação de rua, pessoas com problemas mentais de graus variados que vagam pelo centro do município e o domínio das populações nos bairros comandados pelas milícias, que impõem aos moradores uma série de taxas de fornecimento de água, luz, gás, etc.

Queimados pode ser considerado “um aqueles territórios que acumulam densidades técnicas e informacionais e, portanto, se tornam mais aptos a atrair atividades econômicas, capitais, tecnologia e organização são denominados territórios luminosos”. (SANTOS, 1999) devido à

localização privilegiada próxima da cidade do Rio de Janeiro, ao estado de São Paulo, ao porto de Itaguaí e o Arco Rodoviário.

Considerada uma das cidades com os piores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na Baixada Fluminense. O município emancipado em 1990 “surge da fragmentação espacial e política de Nova Iguaçu” (COSTA, 2014, p.9). A cidade compõe a área denominada Grande Rio ou Baixada Fluminense, composta de treze municípios Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Mesquita, Magé, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Seropédica e Paracambi.

Possuindo um território híbrido com forte características rurais “historicamente a população se desenvolveu as margens da malha ferroviária, no centro, e em direção ao interior às comunidades agrícolas”. (SOUZA, 2015, p. 06)

Anteriormente rural e considerada cidade-dormitório, teve um crescimento econômico em 2013, após o crescimento do Distrito Industrial “considerado um dos mais importantes do estado, apresenta mais de 30 empresas nacionais e estrangeiras, dentre elas Piraquê, Gerdau, Weber Saint Goban, Raft Embalagens, Recicla Plast(...)entre outras. (GOUVEIA, 2019) paulatinamente passou a “cidade-modelo” elogiada por órgãos representativos da classe industrial, como a FIRJAN, e pela “mídia especializada”, consolidando-se como símbolo da “Nova Baixada.” (MORAIS, 2016)

O crescimento do Distrito Industrial, impactou na chegada de lojas no centro do município e o mesmo tempo, criando novos estabelecimentos comerciais. Na mesma época, iniciaram a criação das UPPS nas comunidades cariocas e a construção da Rodovia Arco Metropolitano do Rio de Janeiro que liga os municípios da Baixada Fluminense. O Arco compõe parte dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento do governo Lula e Dilma Rousseff foi idealizado como “ um projeto complexo na política nacional e estadual (...) que visava a uma intervenção direta do estado na economia a partir de uma série de obras infraestruturais e de urbanização por todo o território. (TINOCO, 2019, p.7)

A má gestão das obras do Arco e posteriormente o abandono do projeto, propiciou o aumento da criminalidade em Queimados, Engenheiro Pedreira e Japeri uma vez que não houve uma organização do estado para proteção da cidade e a rodovia passou a funcionar como rota de fuga para criminosos vindo das favelas de outros municípios.

Como reflexo dessa problemática, no Atlas da Violência de 2018, Queimados aparece como “a cidade mais violenta do país, com um índice de 134,9 mortes violentas para cada 100 mil habitantes” (SAMPAIO, 2020, p.2). Em 2019, permaneceu como umas cinco cidades mais violentas do Brasil pelo “ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com taxa de 115,6 mortes violentas” (idem). De acordo com o Instituto de Segurança Pública 2019, 79,5% dos assassinados pela Polícia, são pretos e pardos.

De acordo com o Mapa da Desigualdade 2020⁵ produzido pela Casa Fluminense, o salário médio dos trabalhadores do município é R\$2.493, 00. Nos trabalhos formais, o trabalhador preto recebe 5,2% menos que os trabalhadores pardos e brancos. O município apresenta o menor índice de longevidade do Rio e a idade média de morte dos habitantes é 58 anos, a população preta e parda possui a expectativa de vida de 10 anos menor que da população branca.

Em relação as políticas culturais, menos de 0,01 % é destinado a cultura (2020), de modo que a última década, a cidade perdeu gradativamente seus equipamentos culturais com a fechamento dos clubes tradicionais da cidade, a proibição de eventos públicos noturnos no centro do município, o esvaziamento do teatro municipal, o fechamento dos pequenos estabelecimentos noturnos. A cidade não possui salas de cinema, espaços culturais, museus e 27,6 % da população acessa a internet pelos telefones celulares, a única opção de lazer é a Praça dos Eucaliptos, localizada no centro do município, que funciona nos finais de semana como um parque privado com brinquedos para crianças de 01 até 12 anos.

Gradativamente com a falta de investimento nos eventos culturais (Carnaval, festas juninas) e o fechamento dos espaços esportivos, Queimados tornou-se uma das cidades mais violentas e perigosas da Baixada Fluminense, dividida entre o tráfico de drogas entre diversas facções criminosas em constantes guerras por território e o crescimento das milícias. O crescimento do tráfico de drogas espalhado por várias áreas na cidade, modificou a rotina dos moradores habituados a ficarem até tarde nos portões de casa. Acarretando a criação de código de conduta que determina horários para entrada e circulação de veículos, ao mesmo tempo que aumentou o número de assaltos nas ruas.

Na reportagem *Japeri, Queimados e Belford Roxo têm baixíssimo Índice de Desenvolvimento Humano; Desemprego e violência agravam o quadro*, publicada no jornal

⁵<https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>

² <https://extra.globo.com/noticias/rio/japeri-queimados-belford-roxo-tem-baixissimo-indice-de-desenvolvimento-humano-desemprego-violencia-agravam-quadro-24675695.html>

Extra, o professor José Cláudio Souza Alves², docente da UFRRJ observa que o crescimento da violência urbana nos últimos trinta anos, somada a falta de oportunidades de emprego, saneamento básico precário e redes de saúde e educação são os maiores problemas da cidade. Seguindo a mesma diretriz, o documento *Cartografia Decolonial Negras e Periféricas das Baixada Fluminense*, material elaborado pelos jovens da Baixada Fluminense, observa as lacunas em relação ao território.

A juventude na Baixada não possui espaços de convivência e nem opções de lazer e cultura propiciados pelo Estado, como ocorre em áreas privilegiadas e brancas da cidade do Rio de Janeiro. Os jovens precisam sair de seus territórios para terem acessos a museus, exposições, cinemas, praia, parques, jardins e até mesmo festas e boates. Essa movimentação pendular (Baixada x Rio) reforça estereótipos de cidade dormitórios, áreas brutais de violência e vazios culturais. Um narrativa consolidada pela grande mídia e grupos políticos em apresentar a região como atrasada e violenta sem compreender a participação do Estado em fomentar a criminalização de corpos e territórios. (ESTEVEES, e COL, 2020, p. 98)

Os autores da cartilha, tecem um comparativo entre as áreas brancas da cidade e os territórios com maior população preta e parda/mestiça, pontuando a falta de áreas de lazer e cultura de modo que é necessário um deslocamento para o centro do Rio de Janeiro, que possui uma diversidade de ofertas de entretenimento. De modo que a Baixada fica restrita ao espaço de cidade-dormitório, sofrendo os estigmas de violência que produz narrativas que reduzem os moradores a essas representações.

Para Giselle Florentino, pesquisadora do Fórum Grita Baixada a cartografia faz uma abordagem de uma política de segurança de morte, em que os corpos pretos são vistos como corpos descartáveis, num modelo de sociedade estruturada pelo racismo de modo que os “o alvo de ações militarizadas do Estado são os territórios periféricos e favelados. Em que as vítimas de operações da Polícia Militar e Civil são sempre os jovens pretos.”, (FLORENTINO, 2019, p.2). Para esses indivíduos

Ser jovem na Baixada é cotidianamente lutar por não ser mais um número na estatística de violências, nem mais uma foto de corpo executado no jornal, nem ser vítima de abuso sexual e/ou estupro pelo (ex) companheiro/a e nem ser mais um no cárcere! As vivências em territórios periféricos obrigam a juventude lidar com a morte muito cedo, com orçamento financeiro apertado, condições de habitação precárias e a responsabilidade de ser manter vivo. (FLORENTINO, 2019, p. 2)

Embora mencione a região da Baixada Fluminense como um todo, essa narrativa encontra ecos na cidade de Queimados, profundamente afetada pelo tráfico de drogas “confinado em áreas de favelas e periferias (...) controlado pelas políticas de execuções sumárias, de confrontos, de mortes permanentes”. (ALVES, 2020, p. 78). Nela os jovens pretos, correm riscos diários de serem mortos seja por envolvimento com o tráfico, por algum familiar contrair uma dívida com a boca de fumo ou serem alvejados por disparos da polícia durante as incursões policiais.

Somado aos riscos de violência sexual ^{3 6} que meninos, jovens e homens pretos. Embora haja pouca divulgação dos casos devido a baixa notificação dos crimes, vergonha das vítimas e dos familiares de falarem sobre o ocorrido, existe uma grande incidência de violência sexual na Baixada e uma ausência de estudos que abordem os meninos homens pretos como vítimas de crimes sexuais.

5.3 Pesquisar jovens pretos por meio de suas narrativas

A tese nasceu de meus questionamentos sobre as ausências dos jovens pretos nos espaços educativos (Projetos sociais em favelas e Senac) que eu lecionava. Eu queria entender as razões pelas quais os jovens pretos não estavam dentro dos cursos de formação profissional. A partir dessa tensão, iniciei minhas pesquisas, mas escolhi refletir Queimados, a cidade onde eu moro para pensar como os meninos pretos viram homens, quais os processos são vividos entre 14 e 16 anos nos períodos de adolescência em que os indivíduos do gênero masculino, em transição física e psicológica começam a tecer suas relações com a família, mercado de trabalho, escola sob o impacto da severa pandemia de Covid-19, sobre o “ser homem”, raça, racismo e a cidade de Queimados, território da pesquisa.

As narrativas dos garotos pretos.

No final ano de 2019, iniciou a severa pandemia do Sars- COVID 19, uma crise sanitária iniciada na China que rapidamente espalhou em todos os países do mundo. No Brasil a pandemia afetou principalmente os mais pobres, uma vez que a rede pública de saúde não conseguiu atender a todos os afetados e houve por parte do Presidente da República uma negativa de importação da vacina somado ao negacionismo sobre a gravidade da doença.

⁶<https://oglobo.globo.com/rio/meninos>

-vítimas-em-58-dos-casos-de-violencia-sexual-contra-homens-9877751

Na concepção de Boaventura dos Santos

A pandemia é uma alegoria. O sentido literal da pandemia do coronavírus é o medo caótico generalizado e a morte sem fronteiras causados por um inimigo invisível. Mas o que ela exprime está muito além disso. Eis alguns dos sentidos que nela se exprimem. O invisível todo-poderoso tanto pode ser o infinitamente grande (o deus das religiões do livro) como o infinitamente pequeno (o vírus). (SANTOS, 2020, p.10).

Para além de mostrar a fragilidade humana, aterrorizada diante da possibilidade da morte diante de um “inimigo invisível” como menciona Boaventura dos Santos, a pandemia trouxe à tona no Brasil a incapacidade de gestão de uma crise dessa magnitude, a vulnerabilidade da população pobre relegada a sua própria sorte, sem meios de subsistência. Devido à gravidade da doença, milhões de estabelecimentos públicos e privados foram fechados, mantendo-se abertos os serviços de hospitais, mercados, postos de gasolina, etc. Desencadeando na morte de milhares de brasileiros, sobretudo homens pretos e pardos, () as maiores vítimas da pandemia, como mostram as pesquisas da Síntese de Indicadores Sociais 2020.

<https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32414-homens-pretos-e-pardos-morreram-mais-de-covid-do-que-brancos-em-2020>.

<https://www.medicina.ufmg.br/negros-morrem-mais-pela-covid-19/>

Para elaboração do meu texto, optei pela metodologia de coleta de dados utilizando como instrumento observação e entrevista de campo. Inicialmente planejei realizar as entrevistas numa colégio público próximo de minha casa, escola que compõe minhas memórias afetivas pois estudei lá da educação infantil até o ensino médio e gostaria de compreender como os garotos pretos moradores de espaços favelizados de diferentes facções criminosas viviam seus processos de “tornarem-se homens”.

Fui à instituição, conversei com o diretor que aprovou o trabalho e permitiu as entrevistas dentro do espaço escolar. Depois fui à Diretoria Regional Metropolitana I - Secretaria de Estado de Educação me informar sobre os documentos necessários para a pesquisa, elaborei toda a

documentação necessária e enviei por e-mail para os secretários. Aceito o processo, no final de setembro de 2019, considerei o período de tempo muito curto para a pesquisa, e optei por iniciar o trabalho de campo em 2020 pois teria mais tempo com os discentes e poderia somar um número maior de entrevistados.

Um dos motivos que me fizeram adiar a pesquisa de campo, foi uma informação obtida durante uma conversa com o diretor da unidade, ele comentou que a instauração do tráfico de drogas em diversas comunidades de Queimados, mudou o cenário da escola, uma vez que o alunado começou a incorporar no seu vocabulário as gírias dos grupos criminosos e no comportamento dos adolescentes e jovens, a rivalidade das favelas em violentas brigas territoriais dentro da escola.

Esse panorama, considerado novo dentro da cultura escolar de Queimados, despertaram em mim um desejo de fazer uma análise mais profunda sobre a escola, o território e os garotos pretos dentro desse microuniverso.

Com o agravamento da pandemia, as escolas passaram a funcionar à distância de modo inconstante, devido a mudança do regime presencial para a educação “online”, incluindo a proibição de pesquisas dentro das escolas.

De modo que tive que mudar a metodologia do trabalho, pois o agravamento da pandemia, associado a incerteza quanto iniciaria o período de vacinação e o meu temor de contrair a doença e infectar minha família, fizeram com que eu traçasse novas metodologias de trabalho.

No momento das entrevistas, estávamos num período de baixo índice de propagação da doença, mas considerei mais seguro reduzir o número de participantes da pesquisa restringindo a dois garotos.

A ideia inicial da minha tese era discutir masculinidades negras a partir do referencial teórico de Raewin Connel, intelectual que produziu a discussão teórica sobre Masculinidades e compreendi que ela fala muito especificamente da realidade social dos homens e jovens brancos australianos e embora esse referencial estivesse muito presente no meu texto de qualificação somado a literatura feminista negra, eu constatei que essas leituras embora muito significativas, não se debruçam sobre “os que estão à margem das margens e não tanto com esses sujeitos subalternizados de forma hegemônica na sociedade contemporânea”, (MISCOLCI, 2012, p. 6)

Após a qualificação de Doutorado, entrei em contato com a teoria desenvolvida por Tommy Curry que se debruça sobre as experiências vividas por jovens e homens pretos dentro da

sociedade americana e percebi que minha tese estava em consonância com os escritos dele, uma vez que é a materialidade da cor, que torna os homens pretos vulneráveis ao mesmo tempo são generificados por serem homens, não considerados humanos.

A partir desse momento, comecei a refletir sobre o Estudo sobre Homens Negros desenvolvidos por Curry e sua aplicabilidade para pensar a realidade racial dos moleques de Queimados, tendo em vista que vivemos (eu e meus entrevistados) num território bastante complexo em que as questões de raça (especificamente a cor preta), gênero (são meninos pretos vistos pela sociedade racista como homens) e a classe social são fatores que se interseccionam o tempo todo.

Soma-me a esses marcadores sociorraciais, o grande desemprego na cidade, os problemas familiares, a centralidade do consumo, a ausência de políticas pública voltadas para os jovens torna esses garotos mais vulneráveis às investidas ao aliciamento pelo tráfico de drogas presentes nos bairros centrais do município, ao mesmo tempo que a cidade não oferece empregos e não possui cursos gratuitos que atenda grande parcela da população, esse jovem preto desempregado e desesperançado torna-se um alvo potencial para o tráfico.

Determinando o contexto cultural, social, econômico desses meninos numa sociedade cada vez mais consumista em que a centralidade do consumo se sobrepõe a realidade do mundo do trabalho, principalmente em relação as juventudes pretas que o genocídio de jovens e homens pretos é uma realidade concreta numa cidade em quem 72,6 % dos assassinados tanto pelo Estado quanto pelas facções criminosas e milícias foram jovens pretos com a cor dos meus garotos.

Compreendendo a classe social, a raça, o gênero e a juventude e o território como indissociáveis para o pensamento sobre o processo de “tornar-se homem” vividos pelos garotos, elaborei um questionário composto por perguntas de respostas abertas ao Issa, Omar, Idris e Dayo e gravei as entrevistas para compreender eles vivenciam esse processo delicado de se tornar homem preto, na cidade de Queimados.

5.3.1 - A narrativa dos garotos pretos de Queimados

Durante a tessitura da tese, houve a crise sanitária do Sars- COVID 19, intensa durante os anos de 2020 e 2021, a pandemia em nível global afetou intensamente o Brasil, matando milhares

de brasileiros, de modo que tive que mudar meu projeto inicial de fazer pesquisa de campo dentro da escola pública.

Devido à gravidade da doença, milhões de estabelecimentos públicos e privados foram fechados e as escolas passaram a funcionar à distância, de modo que tive que mudar os parâmetros de minha pesquisa. Somado o agravamento da crise, fiquei muito preocupada em efetuar pesquisas de campo, uma vez que a cidade que residimos durante semanas estava em alto risco de transmissão da doença e não havia perspectiva de vacinação. No dia 18 de janeiro de 2021 iniciaram as vacinações para adultos no estado do Rio de Janeiro e somente em agosto desse ano, começaram a vacinar os adolescentes de 13 a 18 anos.

No momento das entrevistas, estávamos num período de baixo índice de propagação da doença mas considerei mais seguro reduzir o número de participantes da pesquisa restringindo a quatro garotos.

5.3.1.1. O perfil dos entrevistados.

A escolha da pesquisa recaiu sob quatros jovens pretos inequívocos, ou seja, pessoas negras de pele negra e ascendência africana materna e paterna de tonalidades distintas, na faixa etária de 14 e 16 anos, moradores de áreas distintas de Queimados. Em comum, são meninos pretos habitantes de bairros áreas mais afastadas do centro do município, dois entrevistados moram dentro uma área dominada pela facção Comando Vermelho e o outro mora num território de milícias.

Nessa tese irei nomeá-los de Issa, Omar, Idris e Dayo. As entrevistas foram realizadas entre os períodos de outubro e dezembro de 2021, nas casas dos entrevistados na presença das famílias, a coleta do material foi realizada por mim e pela doutoranda Maiza da Silva Francisco, que atuou como assistente de pesquisa e colaborou na realização e transcrição das entrevistas.

O perfil dos jovens está dentro do recorte da juventude e adolescência, uma vez que o estudo indaga sobre o processo de “tornar-se homem” vivenciado por garotos pretos dentro de uma área da Baixada Fluminense.

As questões presentes no questionário versam sobre família, empregabilidade, educação, território e racismo. Uma vez que compreendo assim como no provérbio africano ‘É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança’, de modo que é impossível pensar esse processo de

“tornar-se homem” vivenciado pelos jovens pretos sem as questões norteadoras de toda a sociedade.

As entrevistas: os sujeitos de minha pesquisa.

Para tessitura da tese efetuei 08 entrevistas, comecei a procurar entre as pessoas do meu círculo social e profissional, adolescentes pretos, de pele negra, entre 14 e 16 anos, moradores de Queimados, matriculados em escolas públicas municipais ou estaduais. Conversei com várias famílias e perguntei a elas se os filhos participariam de uma pesquisa sobre juventudes pretas masculinas, após eles terem aceitado. Fiz o contato inicial com os 08 jovens por telefone, durante a conversa perguntei se eles gostariam de conversar sobre a experiência juvenil e a transição entre a adolescência para vida jovem adulta. Seis garotos aceitaram conversar pessoalmente, dois não se sentiram a vontade de participar e outros dois meninos as famílias não poderiam me receber em casa pois moram em áreas em que não podem transitar pessoas sem acompanhamento de moradores, de modo que preferi não efetuar as entrevistas.

Convites para entrevistas aceitos, comecei a reescrever o questionário, pois eu havia escrito antes do período da pandemia, e como desejava pesquisar na escola seria feito um questionário de múltipla escola com questões fechadas. Devido ao número pequeno de entrevistados, achei mais interessante propor um questionário com questões abertas, estruturado em torno de temas como racismo, educação, território, masculinidades para a partir das respostas dos garotos tecer minhas reflexões.

Escolhi efetuar as entrevistas nas casas dos garotos, pois estávamos em num momento muito delicado da pandemia e os meninos já haviam sido vacinados e eu não me senti a vontade para propor a realização do questionário na biblioteca da cidade pois eu desejava gravar o material das entrevistas para realizar a transcrição.

O primeiro entrevistado foi um garoto de 14 anos, nomeado Omar, estudante do sétimo ano do ensino fundamental de uma escola pública estadual próxima de sua residência, morador do conjunto residencial Minha Casa, minha vida. Omar é o filho do meio, no momento da pesquisa morava com a mãe, o padrasto e dois irmãos. O garoto tem alguns problemas em aceitar a autoridade do padrasto ao mesmo tempo que o pai não é presente. De modo que o tio materno ocupa o papel de figura paterna na vida do menino.

O segundo entrevistado foi Issa de 16 anos, morador de um dos bairros mais antigos de Queimados, sendo o segundo filho, na época de seu nascimento e o pai se encontrava encarcerado, embora a família não possua guarda compartilhada formalizada legalmente, funciona o arranjo familiar em que o rapaz se alterna quinzenalmente entre a casa da mãe onde mora com os dois irmãos e a mãe e a residência da avó paterna que é divorciada. Matriculado numa escola pública no primeiro ano do ensino médio.

O terceiro jovem é um rapaz chamado Idris, morador de um conjunto habitacional, 16 anos, é o filho caçula e mora atualmente com o pai e a madrasta. Antes morava em outro município da Baixada Fluminense e mudou recentemente para Queimados. Matriculado no nono ano do ensino fundamental numa escola pública.

O quarto jovem é chama-se Dayo, tem 16 anos, mora com o pai e os três irmãos num bairro bastante afastado do centro do município. Cursa o nono ano do ensino fundamental, numa escola pública e quer fazer “supletivo” para terminar logo o ensino médio.

Na tese optei

Adolescência

Para mim, a adolescência mudou tudo, jogo bola e jogo free fire. (pausa) sair com os amigos, na casa dos amigos, sair para pegar frutas, mangas (para, para pensar, silêncio) correr muito. Eu me vejo mais bonito do mundo, alegre. E por que eu corro muito pareço um poste, pois sou alto e lembro o Usain Bolt. (Omar)

A narrativa de Omar, sobre as suas vivências, as brincadeiras dentro do conjunto habitacional que ele vive, mostram que embora a transição física natural da adolescência com as mudanças corporais não trouxe para ele uma percepção real de que ele por ser um adolescente preto de 1.80 metro, percebido como adulto pelos outros, portanto vulnerável às violências raciais.

Na verdade eu ainda acho que sou criança, tipo um pré-adolescente. Depois que eu passei a morar com minha mãe passei a ter mais responsabilidades, cuidado do meu irmão menor, aprender a fazer algumas coisas em casa (atividades domésticas) passei a ter mais obrigações como lavar a louça, limpar a casa e capinar o quintal. (Issa)

A percepção de Issa sobre ser criança e ao mesmo tempo pré-adolescente marca a transitoriedade da fase da infância para a adolescência, “um período de experimentação de valores, de papéis sociais e identidades, e da ambiguidade entre ser criança e ser adulto” (SALLES,). A compreensão de que não era mais criança, veio acompanhada de uma série de questões familiares relacionadas a mudança da casa da avó materna para a casa da mãe e a aquisição de novas responsabilidades, uma vez que ao invés de ser cuidado ele passa a cuidar do irmão menor e da casa e do quintal, pois as “ condições históricas, políticas e culturais diferentes produzem transformações não só na representação social da criança e do adolescente, mas também na sua interioridade”. (idem)

Depois que eu fiz 15 anos, minha mãe me deixou morar com meu pai, e sempre quis morar com ele, desde quando era pequeno, um dia falei com ela, mãe eu vou para casa do meu pai, ela ligou para ele e conversaram depois eu arrumei minhas coisas e ela chamou o uber e eu vim para cá. (Idris)

O desejo de Idris morar com o pai, devido a maior afinidades com o genitor, passa a ser concretizado quando ele completa quinze anos e está apto a “se defender”. A narrativa de Idris remonta aos novos arranjos familiares das últimas décadas, em que os conceitos de família, infância, adolescência, juventude mudaram gradativamente

Ficou chato, agora eu tenho que estudar mais, parei na pandemia, pois não conseguia estudar no celular, só ficava jogando. Meu pai começou a falar que eu precisava me ocupar... Aí arrumei um trabalho na loja da minha tia e ela me “obrigou” a voltar a estudar e meu pai me cobra, diz que eu tenho que ajudar em casa. (Dayo)

Para Dayo ser adolescente significa a assunção de novas responsabilidades sobre sua própria vida e ao mesmo tempo ser impactado pelas suas próprias escolhas. A opção de Dayo de parar de estudar durante a pandemia, devido as dificuldades de acompanhar as disciplinas no dispositivo móvel, pois o notebook que dividia com as irmãs deu defeito e não possuem no momento condições financeiras para aquisição de um tablet ou computador, mostram a realidade social da maioria das famílias pretas brasileiras que possuem a renda familiar menor que de outros grupos raciais (brancos, pardos e amarelos) e foi o grupo mais impactado pelo desemprego na pandemia

O acompanhamento das disciplinas no telefone celular remetem às vulnerabilidades sociais de sua família, as estruturas sociais e geográficas em que ele está inserido e remetem as dificuldades dos jovens de se adaptarem de forma repentina a outra modalidade de aulas, da

instabilidade do serviço de internet, as potencialidades da rede de oferecerem entretenimento e a dificuldade dos pais de monitorarem o conteúdo acessado pelos filhos.

Indo na mesma direção, a escrita de Macedo (2020) aponta que que no ano de letivo de 2020, a pandemia trouxe uma série de questionamentos para as instituições escolares relacionadas às incertezas sobre a duração da pandemia e a adoção do ensino remoto. Ao mesmo tempo surgiram dúvidas sobre a quantidade de alunos que poderiam acessar as aulas nessa modalidade, quantos possuíam equipamentos eletrônicos e se a se “a educação for transferida para o ambiente online, seguirá como um direito ou será um privilégio?” (MACEDO, 2020, p. 264)

No estado do Rio de Janeiro, o funcionamento das escolas foi severamente afetado em virtude da dificuldade do governo estadual de criar diretrizes para o funcionamento escolar para a adoção do ensino remoto, de modo que houve grande evasão escolar e aproximadamente dois mil e duzentos alunos “ deixaram de frequentar as escolas da rede estadual de ensino público fluminense. Em relação aos municípios, a cidade do Rio, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti foram responsáveis pelos maiores índices de abandono”. (ROCHA, 2021,p.2)

Embora a cidade de Queimados não figure na lista de municípios com os maiores índices de abandono escolar durante a pandemia, a gestão da crise sanitária foi caracterizada pelo atraso na distribuição de cestas básicas nas escolas municipais. Além disso, o município efetuou uma compra milionária de tablets¹ para distribuição nas escolas públicas e não há previsão de entrega do material no ano de 2022, passados mais de dois anos do início da pandemia.

De acordo com Francisco (2019) existe dois conceitos de adolescência e juventude no estado brasileiro, a primeira instituída pelo Estatuto da Juventude que considera jovens indivíduos de 15 a 29 anos, enquanto o Estatuto da Criança e Juventude, (Lei nº8069/90) considera adolescentes sujeitos entre 12 a 18 anos.

No Brasil, usa-se o termo juventudes para nomear “uma categoria social transversalizada pelas categorias de gênero, de classe social, de etnia e de geração, dentre outras variáveis” (DAYRELL2007). Compreendido que existem várias formas de ser jovem dentro do contexto social, cultural, geográfico, histórico, político em que esses indivíduos estão inseridos. De modo que o termo condição juvenil “ contexto de uma dimensão histórico-geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia (DAYRELL, 2007) melhor reflete a indefinição que os próprios jovens tem em relação a suas vivências.

O mundo do trabalho na perspectiva juvenil

Eu não trabalho nesse momento, mas já trabalhei com meu tio de ajudante de obras, eu pegava um saco de cimento de 50 kilos, fazia a massa e carregava pedras no carrinho durante as férias escolares. (OMAR)

Omar relata as experiências de trabalho na construção civil em que atuava como ajudante do tio, realizando tarefas pesadas como pegar sacos de cimento. E conta que eram trabalhos eventuais realizados durante as férias escolares.

Durante vários períodos do ano eu trabalhei durante meio expediente, trabalhava na obra com meu avô. Ai acabaram as obras e ele abriu padaria, eu trabalhava lá como atendente, pegava o pão ajudava no balcão quando as aulas estavam semi-presenciais. Mas o comércio dele é muito distante da minha casa e atrapalha a frequência na escola. (Issa)

Issa afirma que trabalhava com o avô em meio período, atuando como ajudante de obras, como o término dos serviços, o avô passou atuar no comércio e o menino trabalhava como ajudante durante o período letivo que as aulas eram semipresenciais. A distância do comércio para a casa do rapaz fez com que ele desistisse do trabalho pra se manter na escola.

Eu não sei o que vou fazer ainda, eu ajudava meu primo a cortar cabelo no salão dele, estava aprendendo. Mais é chato, eu tenho que aprender a fazer aqueles desenhos, pois é a moda, se o barbeiro não segue a moda, não tem ninguém no salão. (Idris)

Idris conta que a mudança de cidade fez com que ele tivesse que deixar de ajudar o primo no salão, onde aprendia a profissão de barbeiro. E conta (rindo) que tem bastante dificuldades de aprender a fazer os desenhos com a navalha, mas que é um requisito importante seguir as tendências juvenis para se manter requisitado pelos clientes. A narrativa de Idris aponta a Baixada Fluminense como

Eu trabalho na loja da minha tia, ela vende tapete, cadeira, coisas de casa. Tem horas que eu acho chato, aquele monte de gente veio perguntando as coisas e tenho que saber o preço de tudo. (Dayo)

Dayo é funcionário de um pequeno comércio que vende itens de decoração e utensílios domésticos. Informa que é preciso se manter atento (saber o preço de tudo) para atender a clientela.

As trajetórias de trabalho de Issa e Omar são caracterizadas pelo ingresso cedo nos serviços da construção civil, muito comum em áreas periféricas e pobres em que os meninos pretos e mestiços ajudam seus pais, padrastos, tios ou avós nos serviços de carroceiro, retirando terras das encostas dos rios, vendendo doces nas barracas ou nas ruas, catando material reciclável nas ruas junto de suas famílias.

Nas narrativas de Issa e Omar estão muito presente as figuras masculinas (tio e o avô), homens pretos que começaram a trabalhar muito cedo para ajudar nas despesas familiares, constituindo sua identidade como trabalhadores e que os introduzem no mundo do trabalho. Embora sejam trabalhos pesados para adolescentes (14 e 16) anos, mostram a inserção na realidade social em que esses sujeitos estão inseridos, de ajudarem a compor a renda familiar com poucas oportunidades de trabalhos menos pesados e extenuantes, de modo que os familiares os introduzem na área de trabalho em que atuam. A inserção no trabalho de Issa e Omar de modo esporádico e o papel da família de priorizar a escola em detrimento do trabalho, foram os principais fatores para que os jovens permanecessem na escola.

O histórico de trabalho infantil no Brasil, foi iniciado em 1536, no início da colonização do país, nas caravelas dos portugueses “as crianças subiam a bordo somente na condição de grumetes ou pajens, como órfãs do rei enviadas ao Brasil para se casar com os súditos da Coroa ou como passageiros embarcados em companhia dos pais ou de algum parente (RAMOS, 2015, p. 19). Passados, 486 anos, do tráfico de crianças em Portugal, para que elas viessem trabalhar no país como pajens, o regime de trabalho infantil continua vigorando em todo país, usando como mão de obra infantil tanto nos trabalhos domésticos, quanto nas lavouras, nas ruas, pequenas indústrias e nos trabalhos informais como mostra os dados da Unicef e do IBGE 2019.

5.4 Mundo do trabalho infantil e juvenil

No Brasil, o trabalho infantil e juvenil são as principais causas da evasão escolar para os meninos pretos e pardos, pois os indivíduos começam a trabalhar não conseguem manter a frequência escolar devido ao cansaço físico, pouco tempo de repouso numa fase em que o corpo está em período de crescimento, nas famílias pobres é muito comum jovens iniciarem ao mundo

do trabalho de forma precoce, pois precisam colaborar no orçamento familiar. Desta forma a escola torna –se um espaço distante para este discente que acaba substituindo a escola pela empregabilidade mesmo de forma informal e precária devido aos ganhos financeiros.

Para Krawczyk, a evasão (...) nos revela uma crise de legitimidade da escola que resulta não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de outras motivações para os alunos continuarem seus estudos (KRAWCZYK, 2009, p. 9)

5.4.1 Quanto o futuro, os meninos apresentam perspectivas diferentes.

Acredito que tornar-se homem seja atravessado por uma série de questões, muito presentes nas juventudes contemporâneas ligadas ao futuro e as responsabilidades que paulatinamente vão assumindo a medida que vão aprendendo a se relacionar com os amigos, a escola e inserção no mundo do trabalho. De modo que cada um dos entrevistados mediante as relações que desenvolvem falam de suas perspectivas de futuro.

Ser jogador de futebol ou eu quero ser policial para fazer a segurança da minha família. Acredito que com uma pessoa da Polícia minha família vai estar mais segura dos assaltos. (Fica calado durante alguns minutos, pensativo, cauteloso, olhos tímidos, sorriso largo). (Omar)

O desejo de Omar de ser jogador de futebol é muito comum nos meninos pretos periféricos, visto que o esporte é a histórico instrumento de ascensão social de jovens pretos. Embora esse cenário tenha mudado muito nas últimas décadas como mostrado no artigo *Negos pretos em linha de passe: uma leitura sobre a Taça das Favelas* (FRANCISCO, 2019), o processo de urbanização nas periferias do Brasil diminuiu os campos de várzea (espaços físico que os jogadores pobres pretos, pardos e brancos eram descobertos) ao mesmo tempo que a profissionalização do setor futebolístico e o crescimento do número de escolinhas de futebol em todo país, mudaram o perfil de atletas nas últimas décadas, focando em atletas modelados pelos treinadores, que se desempenharem bem podem ser contratados para algum time esportivo.

Omar pensa em dar orgulho a família, mudar de vida, ganhar dinheiro, uma casa, tirar a mãe do trabalho e acredita que um possível ingresso na Polícia Militar traria mais estabilidade e

segurança a família. O desejo do menino remonta, as dificuldades seculares que os homens pretos de ingresso e permanência nos empregos valorizados e um paradoxo muito presente nos locais periféricos. Embora a Polícia Militar seja uma instituição historicamente racista cujas “atribuições incluíam-se a investigação dos crimes e a captura dos criminosos, principalmente escravos fujões” (SOUZA, MORAIS, 2011), responsável pelo extermínio da população masculina preta e parda, principalmente no Rio de Janeiro, em que os cidadãos de cor preta sofrem mais abordagens policiais que os demais grupos raciais brancos e pardos.

A organização continua representando uma possibilidade de ascensão social, prestígio social e respeitabilidade para jovens de comunidades e territórios periféricos empobrecidos, uma vez que ingresso no serviço público possibilita o maior acesso aos bens de consumo, a aquisição de automóveis, motocicletas. Para Ibis Pereira ex-comandante da PM do Rio de Janeiro.

Essa base da Polícia Militar majoritariamente de negros e pobres é sinal também do racismo estrutural que existe no Brasil, da dificuldade dos negros e pobres (mestiços) (GRIFO MEU) ascenderem socialmente e que encontram na PM o meio de vencerem essas dificuldades que estão nas estruturas sociais desse país. Os negros acabam sendo vitimados pela falta de uma política pública adequada, pela falta de um modo inteligente de lidar com um fenômeno criminal, que não seja violência e guerra. (PEREIRA, 2021, p. 17).

O racismo estrutural que Pereira refere-se são as dificuldades impostas às pessoas da cor de pele preta, principalmente os homens que não são assistidos por nenhuma política pública de acesso a cursos de formação profissional ou beneficiados por bolsas de estudos. De modo que o desemprego, as incertezas do futuro e o grande número de vagas oferecidas nos concursos públicos, torna a Polícia Militar bastante atrativo para jovens pretos e pobres.

No país, os policiais negros (pretos e pardos) representam o menor contingente da corporação, representando 42% da corporação, o índice de mortalidade alcança 62,7% de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Sinhoretto (2018) observa que na polícia a maioria “dos subordinados não têm a possibilidade de ascender à chefia, só se prestarem outro concurso. E os oficiais já entram chefes, nunca foram soldados. Então, na prática temos um oficialato de maioria branca. Há oficiais negros, mas são a franca minoria” (SINHORETO, 2018, p.5) E a alta mortalidade dos policiais deve-se a outras ocupações exercidas por eles durante a folga como forma de composição da renda familiar pois “os policiais negros provavelmente estão nas posições de salários menores, residem em regiões da cidade menos protegidas. E, pela questão salarial, devem estar mais envolvidos nos bicos, onde surgem conflitos violentos”, (idem)

Penso em ser médico ou médico veterinário. Acho que as experiências profissionais que tive vão me ajudar muito pois você aprende a ser dedicado e esforçado. (Issa)

Issa pensa que é importante trabalhar para ajudar no sustento doméstico, pois a mãe trabalha somente uma vez na semana e o orçamento fica apertado para custear as despesas familiares. A responsabilidade auto-imputada pelo garoto, reflete o modelo de sociedade em que os homens pretos estão inseridos, uma vez que dentro de estruturas sociais patriarcais como a brasileira, mesmo nas camadas mais pobres as normas não escritas desenham a configuração e a estrutura financeira familiar, se na família patriarcal brasileira cabe ao pai o sustento da família, mesmo que sua esposa e os filhos ajudem a compor a renda familiar, na ausência desse pai marido, é normatizado no tecido social que os filhos homens, mesmo que mais jovens que as filhas mulheres tornem-se responsáveis por prover o lar.

No Brasil, as estruturas racialistas impediram que os homens pretos construíssem patrimônios com mulheres pretas, e as mulheres pretas exercem o chamado “matriarcado da miséria” (CARNEIRO, 2015, p. 10) criando seus filhos sozinhas após a separação ou morte do cônjuge, permanece no imaginário social não materializado a ideia do homem como provedor.

O futuro parece uma perspectiva incerta, como para maioria dos jovens pretos periféricos uma vez que a entrada e permanência numa universidade é um percurso bastante difícil quando a família não possui renda familiar que possa ajudar a custear cursinhos pré-vestibulares, passagens e livros. Embora tenha aumentado o ingresso de pardos nas universidades públicas, os jovens pretos inequívocos do sexo masculino continuam excluídos como mostram os dados sobre a evasão escolar dispostos nos dados da pesquisa do IBGE, 2018.

Em comum nas duas narrativas, o desejo de ajudar a família, ausência da figura paterna como sujeito atuante e o papel dos tios na criação dos meninos dando suporte emocional e familiar. No caso de Omar, o padrasto juntamente com a mãe trabalham e mantêm a casa e o garoto tem dificuldades de aceitar o padrasto, enquanto na vida de Issa o pai não aparece como figura paterna muito presente embora colabore na subsistência dos filhos.

Eu ainda não pensei direito (pausa) Acho que vou ter uma loja também ou vou trabalhar com carros, abrir um lava-jato. Eu ainda não pensei em faculdade. (Idris)

Idris confessa que ainda não pensa seriamente no futuro profissional, mas como trabalha no comércio da tia cogita a possibilidade de manter a mesma atividade ou abrir um lava-jato. A universidade é um projeto distante da realidade dele pois na família dele não possui nenhum parente com formação superior.

O desconhecimento sobre a universidade e a inexistência dele como projeto de vida, retrata o distanciamento entre as instituições públicas de nível superior e as escolas públicas municipais e estaduais na Baixada Fluminense. Embora hajam universidades públicas em campus Nova Iguaçu e Seropédica, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em Duque de Caxias é muito comum que os alunos das redes públicas não federais desconheçam essas instituições. Esse desconhecimento é o reflexo dos baixos índices educacionais da Baixada Fluminense.

*Não sei, acho que vou voltar a jogar basquete, eu treinava num projeto social e gostava, acabou o projeto que eu estudava e tem horas que eu sinto falta... mas agora eu saio, bebo com meus colegas tenho outra vida sem tantas regras.
(Dayo)*

As dúvidas de Dayo se dão após o impacto do fechamento do projeto social em que ele jogava basquete, o término das atividades esportivas trouxe novas atividades sociais para o cotidiano do jovem que incluem saídas noturnas, ingestão de bebidas alcoólicas, numa rotina menos rígida e mais fluída. A narrativa de Dayo, mostra um cenário de poucos espaços gratuitos de práticas esportivas coletivas que propiciem uma formação esportiva e retoma a importância de políticas públicas voltadas para juventude de modo a garantir a esses sujeitos a oportunidade de “jovens e que funcionem como exercício de experimentação de estar na sociedade e na vida”.

No caso dos adolescentes e jovens pretos, na cidade de Queimados são raríssimos projetos sociais ¹ que assistam essa população de modo que o consumo cada vez mais presente nas redes sociais, modelam o comportamento da juventude cada vez mais inserida numa sociedade do consumo, de modo que os jovens pobres e periféricos querem consumir as marcas ou as réplicas das roupas usadas pelos jogadores de futebol, artistas e influencers, como mostra a fala de Omar logo abaixo.

*Nike e Adidas são as melhores marcas. Os tecidos, fica mais bem vestido, mais incluído. Eu saio com meus amigos usando os conjuntos da Adidas e faço parte de um grupo. Eu me sinto um rei pois posso mandar em tudo, ter poder, estiloso.
(Omar)*

Para Omar, usar roupas de marca torna-o parte de um grupo fechado em que o mais bem vestido é considerado “poderoso” e estiloso. A noção de poder na juventude mencionada por Omar baseia-se na sua realidade cotidiana, dentro de seu grupo social, em que os amigos que jogam bola e soltam pipa com ele, utilizam a vestimenta como meio de destaque dos demais jovens.

Eu gosto de usar roupas de marca, shorts acima do joelho, roupas pretas, não sou influenciado por nenhum artista pois eu sou muito bonito. Curto a Nike, Lacoste pois as outras marcas não combinam comigo. O tênis da Nike faz com que eu me sinta mais bonito, gostoso, no estilo. As meninas ficam loucas quando veem um menino trajado de Nike. (Issa)

Issa descreve seu gosto para roupas, comprimentos e cores. E demonstra uma grande auto-estima se afirmando belo e não influenciável por artistas ou atletas. Sente uma profunda identificação com a Nike “faz com eu que eu me sinta mais bonito, gostoso, no estilo”. E observa que dentro do seu grupo social, as roupas da Nike produzam um impacto maior nas meninas.

Na minha leitura, o impacto visual causado pelo uso da vestimenta de marca que Issa provoca nas meninas, retoma aos hábitos culturais das sociedades contemporâneas ocidentais em que as vestimentas são utilizadas como ferramenta de prestígio, beleza em que a “moda se mostra como um agente atuante, (...) ou seja, as imagens que os homens fazem tanto perante seus pares como para si mesmos (MARANEZI, SILVA, 2017)

Eu gosto de roupas de marcas, tênis, blusas, bonés. Lacoste, Nike, Adidas. Por isso eu comecei a trabalhar para comprar roupas esair muito. Quando eu chego no baile as pessoas ficam olhando. (Idris)

Idris gosta de usar marcas populares entre os funkeiros como a Lacoste, combinando com tênis, bonê e bermudas de marca. Em casa morando com o pai e as três irmãs, não podia consumir esses itens, devido as despesas familiares e o trabalho na loja da tia foi o meio de financiar a compra. Idris mencionou que durante alguns tempos trabalhou como moto-taxi, pois o pai trabalha de vez em quando quando estão raras as obras, mas não gostou da experiência pois a polícia ficava toda em cima e alguns pontos da cidade existe a cobrança de uma taxa para ocupação do ponto. Trabalhar na loja da tia, permite ter momentos de lazer para ir nas resenhas durante a semana e sempre comprar roupas novas para sair nos finais de semana. “Quando eu chego no baile, as pessoas ficam me olhando”.

A inserção do jovem adolescente no mundo do trabalho, acarretou na desvalorização e desencanto com a escola, uma vez que o jovem ingressa em trabalhos que não exigem formação

profissional e escolarização, a escola um ambiente de violência psicológica racista para os adolescentes pretos torna-se um espaço cada vez mais desimportante na vida desses sujeitos.

Tenho umas roupas de marca (risos). Mas eu não ligo muito não pois não saio muito (pausa) Eu gosto mais de ficar em casa, Quando eu vou para casa da minha mãe eu vou no estilo da moda. Perdi muitos tênis ano passado. (Dayo)

Assim como os demais garotos, Dayo gosta e consome produtos de marcas famosas mas não dá muita ênfase as vestimentas pois fica mais em casa, pois mora a poucos meses na cidade e ainda não formou sua rede de amigos. Só usa suas roupas quando vai a casa da mãe pois lá socializa com seus amigos, vai nas festas com eles. Comenta brevemente que a fase de crescimento acelerada tem feito com que ele perca muitos pares de tênis.

A escolha das marcas Nike, Adidas, Lacoste, consideradas famosas e bastante populares entre as juventudes das camadas periféricas e as classes médias baixas aponta a influência da televisão e a visibilidade da cena midiática e tecnológica que estão inseridos, mesmo como expectadores. Uma vez que as marcas de roupas, acessórios, calçados utilizam em suas campanhas artistas famosos e atletas de destaque nas mídias como apontadoras de moda e estilo.

As narrativas dos jovens apontam a centralidade do consumo na contemporaneidade brasileira impulsionadas pelas mudanças sociais ocorridas durante a gestão dos governos de esquerda propiciaram uma pequena ruptura nos padrões de alimentação, consumo e habitação das famílias pretas brasileiras. Nos oito anos de presidência de Luís Inácio Lula da Silva, foram criadas políticas públicas no campo de saúde, Programa Mais Médicos, habitação, Projeto Minha Casa Minha Vida, educação a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e no bojo dele as leis de cotas destinadas a negros (pretos e pardos) em concursos e universidades públicas, etc.

Políticas que produziram impactos sociais na população brasileira, aumentando o poder de compra de uma parcela da população bastante empobrecida ao mesmo tempo que trouxe o consumo de vestuário, veículos e tecnologia. O recrudescimento da economia nos anos seguintes ainda na gestão petista na presidência de Dilma Rousseff criou altos níveis de desemprego, diminuindo o poder de compra da população mas não os níveis de consumo.

Na concepção de Bauman, “o consumismo é um atributo da sociedade” (BAUMAN 2008, p. 41), principalmente em sociedades colonizadas ocidentais em que o consumo forja códigos culturais e sociais com os grupos que estão inseridos, uma vez que articulam as dimensões desses indivíduos. No caso da juventude preta masculina entrevistada na minha tese, a moda serve como identificação com o grupo, ser admirado pelos garotos e garotas e ao mesmo tempo participar da

sociedade do consumo, diferentemente das imagens de controle (COLLINS, 2019) que associa os jovens pretos à criminalidade, tráfico de drogas e a periculosidade, para os meus entrevistados a aquisição desses bens não é nem de longe condicionada a práticas criminosas.

Educação. Em tempos de pandemia

A escola fechou durante a pandemia e continuei nas aulas online (recebendo as atividades de Educação Física pelo dispositivo móvel), mas prefiro as presenciais é melhor. Passei a ficar mais tempo em casa e fico muito no campinho do condomínio. Durante esse período conheci muita gente conversando no celular através dos jogos online. (Omar).

O fechamento da escola de Omar durante o período mais crítico da pandemia possibilitou mais tempo livre, para jogar bola com os colegas e mais tempo nos dispositivos móveis conhecendo pessoas e jogando online.

Eu ficava em casa o dia todo, aqui em casa minha irmã falava o tempo todo para a gente usar máscara, a gente brigava, tinha hora que eu esquecia de passar o álcool na mão. Meu pai parou uns tempos de trabalhar ficou ruinzão. (...) Não conseguia acompanhar as aulas pelo telefone celular eu larguei para lá. Mas a minha tia falou que se eu quisesse trabalhar para ela, eu teria que voltar a estudar. (Idris)

Na casa de Idris os múltiplos cuidados para evitar a transmissão da doença criou confusões sobre a melhor forma de procedimento ao mesmo tempo que a obrigatoriedade do fechamento de estabelecimentos culminou no desemprego do pai, trazendo instabilidade financeira para família. A falta de recursos para recarga no celular acarretou no abandono das aulas remotas.

Eu comecei a ficar em casa o tempo todo, um monte de gente morrendo aqui perto da casa da minha mãe, e eu fiquei com medo por que um primo da minha garota morreu. Ai eu ficava em casa o dia todo em casa jogando freefire, jogava bola na rua com os amigos. A escola com as aulas pelo computador, chato, eu fiquei sem vontade de ir. O projeto que eu jogava basquete acabou. (Dayo)

5.6 Religião

Minha religião é Deus, não tenho religião mais já fui na igreja protestante. (Issa)

Não vou a nenhuma igreja. (Omar)

Em relação a religião, Issa e Omar, os jovens não participam de nenhuma igreja, realidade muito rara em Queimados, pois a maioria da juventude negra pertence a algum segmento religioso seja a Igreja Católica, igrejas evangélicas em suas variedades de denominações ou religiões de matrizes africanas.

Eu frequentava a igreja era bom, eu tocava teclado lá e era do grupo jovem, aí o pastor começou a pegar no meu pé por que eu cortei o cabelo e na pilha dos colegas fiz um desenho de coração na frente. Aí ele falava o tempo todo no meu ouvido e eu parei de ir. Lá na igreja tinha grupo diferentes, adultos, jovens, crianças. (Idris)

Idris narra sua permanência na igreja protestante, a participação nos grupos tocando instrumentos, a estrutura organizada por etariedade: adultos, adolescentes e crianças com atividades diferentes. A saída do jovem da igreja motivada por críticas contínuas a sua estética aponta o conservadorismo presente nas igrejas, em que os modismos da juventudes são interpretados como ligações com o mundo externo.

O comportamento do pastor em relação ao jovem, apresenta uma das facetas do racismo presentes nas religiões pentecostais, em que a estética, a cultura e a religião negra são vistas como negativas “e tudo que é bom acaba padronizado pela ótica do colonizador e afasta o negro, que se censura e passa até a querer ser branco, porque o referencial máximo da fé se mostra dessa forma” (OLIVEIRA, 2022, p. 09)

Flexor, Rodrigues e Silva (2020) apontam a Baixada Fluminense como área de expansão das igrejas pentecostais na atualidade caracterizada por uma grande quantidade de templos religiosos de tamanhos variados, enquanto a Igreja Católica e as religiões de matrizes africanas tem perdido espaço físico e simbólico para as organizações pentecostais, neo-pentecostais e outras denominações evangélicas.

Nas últimas décadas, em Queimados a gestão de prefeitos ligados aos segmentos evangélicos, caracterizou-se pelo fechamento de bares, clubes noturnos, diminuição de investimento no Carnaval considerado o melhor da Baixada Fluminense e encerramento de festas de quadrilha nos bairros do entorno da cidade. A diminuição de eventos culturais e sociais propiciou o crescimento das igrejas evangélicas, cada vez em mais diversificadas na cidade, de modo que a juventude preta paulatinamente começou a acessar cada vez mais esse espaço.

A pastora Gigia Micelar conclui “com o desemprego alto na cidade, os jovens não têm renda para se divertir. A igreja promove o acesso ao lazer com festividades, louvores e passeios.

Ela ajuda a ressocializar o jovem que teve a vida perdida”. (MICELAR, 2012, p. 9). A fala da pastora ajuda a entender o crescimento do número de jovens negros dentro das religiões evangélicas, dado que a juventude preta é a mais afetada pelo desemprego dentre os grupos raciais amarelo, branco e pardo, e os jovens pretos os mais vulneráveis tanto as investidas de aliciamento do tráfico nas inúmeras favelas de Queimados, quanto a intimidação social nas ações violentas da polícia no território.

No livro *a Religião mais negra do Brasil. Por que os negros fazem opção pelo pentecostalismo?*, o autor Marco Davi de Oliveira, a partir da análise do Censo de 2010 aponta que a maioria da população negra brasileira integra as religiões pentecostais, na mesma direção, Claper (2020) aponta que a estrutura hierárquica das igrejas pentecostais, com maior presença negra como pastores, possibilita a migração desse grupo para essas religiões,

Nas igrejas pentecostais, negros e pardos falam, cantam, pregam, lideram, interagem e são percebidos. Além do reconhecimento social que os negros encontram nas igrejas pentecostais das periferias urbanas brasileiras, a associação entre pentecostalismo e religiosidade afro também é um dos principais aspectos de conexão do negro com o segmento evangélico. Em linhas gerais, os grupos pentecostais articulam elementos das religiões de matriz africana em suas liturgias. Isso pode ser visto na adesão de muitas igrejas chamadas “neopentecostais” por práticas “mágicas” (como a entrega de “rosas unguidas” e na consagração de copos com água), na incorporação de entidades espirituais celebradas no candomblé e umbanda (que nesses ambientes passam a ser definidas como “encostos”), nas expressões de emotividade, nas preces evocadas em voz alta, no uso ritual de canto e dança e nos fenômenos de êxtase religioso, atribuídos à ação do Espírito Santo. (CLAPER, 2020, p. 9)

A ideia de Claper a maior liberdade de participação dos negros nos cultos pentecostais aliado ao respeito e credibilidade que essas denominações religiosas possuem dentro das periferias e favelas brasileiras, possibilita maior inserção do grupo negro dentro desses espaços religiosos, ao mesmo tempo que essas instituições agregaram elementos físicos e simbólicos que remetem aos rituais das religiões de matrizes africanas em que os devotos, dançam, cantam e incorporam os deuses africanos.

Somado a isso, Claper (2022) destaca que o crescimento da violência nas áreas urbanas, periferias e favelas associada ao tráfico de drogas, torna as igrejas um refúgio e uma alternativa de inserção social para as populações negras e pardas, as mais vulneráveis ao crime organizado, ao uso de drogas e ao encarceramento.

A tese de Claper encontra apoio na realidade social dos jovens pretos, mesmo com todo o racismo presente dentro das igrejas pentecostais elas são consideradas espaço de amparo social,

a medida que o Estado principalmente nas cidades como Queimados, à margem das periferias, a violência contra os jovens pretos é cada vez mais crescente, dessa maneira as igrejas com suas ações sociais de distribuição de roupa, alimentos, oferta de cursos de curta duração, são compreendidas como uma retomada aos espaços de sociabilidade.

5.7. Tornar-se homem

Ser homem é trabalhar, ter respeito pela família. Ser homem é poder ficar mais à vontade, sustentar a família. Ter liberdade. (Omar)

Para Omar, tornar-se homem está muito ligado as noções do trabalho, do respeito pela família, da ideia de maior liberdade que os homens possuem em relação às mulheres, devido a cultura sexista que estamos inseridos. Ao mesmo tempo, mostra a presença dos valores sociais vigentes, sobre o papel do homem, assim como nos moldes ocidentais de responsabilidade do sustento familiar. Ao mesmo tempo Omar afirma que sua mãe não o cobra quanto o comportamento masculino, não existindo em sua família modos específicos de condutas diferenciadas para homens e mulheres.

Para mim ser homem é ter maturidade, ter responsabilidade, não bater em mulher, respeitar a mulher. Depois que fui ficando mais velho fui adquirindo mais responsabilidades. (Issa)

Na concepção de Issa, ser homem está ligado ao poder de decisão e responsabilidade em relação a sua vida, suas escolhas. Para ele, o “ser homem” está ligado diretamente conectado ao respeito e a não violência às mulheres e conforme foi “crescendo” começou a ter mais responsabilidades como homem.

Ser homem é ter mais liberdade na rua, sair, andar de moto, “namorar”, mas ao mesmo tempo. Meu pai fala que eu sou homem que tenho queusarcamisinha para não fazer filho pois ele não vai sustentar netos. Eu não posso fazer coisas erradas. Meus colegas me chamaram para ir para o morro para o Baile de favela, eu vou nada (...). Não quero isso não. (Idris)

Idris afirma que “ser homem” está ligado a sua maior liberdade na rua, saídas noturnas, andar de moto, relações afetivas. Para o jovem, no “ser homem” está incluso responsabilidades em relação ao uso de preservativo nas relações sexuais a fim de evitar filhos precoces. Ao mesmo

tempo que ele sinaliza que as relações com o grupo, não o motivam a frequentar bailes de favela, pois ele não quer estar associado as práticas ilícitas.

Minha mãe fala que homem tem que ter palavra, assumir as coisas, homem tem que trabalhar. Que ser homem não é ficar pegando todo mundo. Que homem de verdade não fica de molecagem com as garotas. Na casa da minha mãe, minha namorada dormia lá... Meu pai fala que eu tenho quem amar mesmo, mas para usar camisinha que eu sou muito novo para ser pai. Meu pai falou para eu trazer a garota aqui na casa dele, e minha madrasta falou que não deixasse dormir junto aqui não, cada um em um quarto, que a casa dela não é bagunça. (Dayo)

Para Issa tornar-se homem está ligado a questões de saber resolver os problemas e o cumprimento de suas responsabilidades. Ao mesmo tempo que se posiciona firmemente contra a violência contra as mulheres e a favor de ter respeito por elas.

5.8. Raça e racismo

Eu sou preto é minha cor. Eu não sofri racismo. Racismo é ofender uma pessoa preta, achar que um branco é superior a uma pessoa preta. Nunca fui abordado pela polícia e nunca sofri violência policial. (Omar)

Omar identifica-se como preto, devido a tonalidade de sua pele e afirma nunca ter sofrido racismo, durante a entrevista em nenhum momento mencionou ter sido ofendido racialmente na escola ou no condomínio que mora com sua família. Para ele o racismo está ligado a ofensa e a crença de superioridade em razão da cor da pele. Afirma nunca ter sido abordado pela polícia e nunca sofreu violência policial.

Em relação à abordagem e a violência policial, Omar é um garoto que sai pouco de casa, não frequenta shoppings, cinemas, seu lazer é restrito a ida à praia com seus amigos quando sua família viaja para Costa Verde do Rio de Janeiro. Outro fator importante a considerar é o bairro onde ele mora, dominado pela milícia em que os agentes conhecem toda a comunidade e intervêm para “manter a ordem no lugar” e assim evitar incursões da Polícia.

Acredito que a experiência de Omar de não ter sofrido racismo é bastante rara entre os jovens adolescentes pretos. De modo que acredito que na fala dele estão acionados os mecanismos de defesa de modo a se proteger da vergonha da sensação de humilhação quando nós pessoas pretas somos alvos de ódio racial.

Eu me identifico como preto, a partir do momento que eu não sou branco eu sou preto. Olha (aponta o irmão) ele é mais preto que eu. Na minha casanunça falamos da questão da cor da pele. Quando eu era criança as pessoas me ofendiam por eu ser preto me xingavam de preto, preto feio, baleia preta. Com o tempo eles se mudaram e acabaram as ofensas raciais. (Issa)

A fala de Issa traz elementos interessantes para pensar uma série de questões. Primeiramente a influência das discussões virtuais sobre raça na internet, orquestrada por personalidades públicas pretas e pardas que apresentam a importação da ideia de binariedade racial (preto ou branco) presentes na cultura norte –americana.

Secundariamente, a importância de discussões na escola sobre a diversidade étnica da população brasileira. Após Issa ter dito que era preto por não ser branco. Após a fala de Issa, João, irmão de criação, que estava presente durante a entrevista João, afirmou não ser branco, pois sua família materna possui origens indígenas.

A fala de Issa sobre seu irmão Pape, ser mais escuro do que ele, remetem às noções de colorismo, muito presentes nos estudos brasileiros sobre população afro-brasileira. (FRANCISCO, 2018; HARRIS, 2016). Na concepção da Dr. Sarah L.Webb, que desenvolveu a iniciativa global Colorism Healing que discute os impactos do racismo nas sociedades mundiais.

Colorismo é um sistema social. Ela permeia todas as facetas da sociedade e da cultura. E o que é, essencialmente, é uma hierarquia social ou uma estratificação, onde pessoas com tons de pele mais claros estão no topo da hierarquia, especialmente se... sua pele clara coincide com coisas como cabelos mais lisos ou cores mais claras nos olhos. E pessoas com tons de pele mais escuros e texturas de cabelo mais crespos, feições mais amplas, são relegadas e marginalizadas para a parte inferior da hierarquia... e isso depende do seu gênero, sua classe socioeconômica, mais ou menos. (WEBB, 2022, p. 2022)

O conceito de Webb (2022) aponta a onipresença do racismo dentro das sociedades multirraciais ligada à valoração de indivíduos miscigenados em detrimento dos fenótipos africanos. A discussão de Webb aponta as diferenças dentro do modelo de sociedades americana e brasileira, nos Estados Unidos da América, o violento processo de segregação racial forjou uma cultura afroamericana, em que indivíduos de origem negra mesmos mestiços eram racializados como negros, embora alguns por terem a pele branca conseguissem mudar para outros estados americanos e passassem a ser racializados como brancos. (HARRIS, 2016)

No Brasil, o intenso processo miscigenatório produziu uma diversidade de tons de pele dentro do grupo racial pardo, de modo que embora muitos indivíduos tenham uma origem direta

preta (pretodescentes) por não possuírem a cor da pele escura, não partilham da mesma experiência social e racial das populações pretas.

Embora a discussão inicial sobre colorismo nasça dentro da sociedade americana, a ampliação da proposta por Well tendo em vista as sociedades multirraciais contemporâneas permite duas observações sobre a realidade étnica da sociedade brasileira. A primeira relacionada as famílias inter-raciais cujos componentes possuem uma diversidade de tonalidades de cor diferentes devido ao processo miscigenatório, podendo ser pardos aparência negra, branca, amarela ou indígena, e os indivíduos com a pele menos clara sofrem discriminações intra-grupo, o que não os torna negros.

A segunda, relacionadas nas famílias intraraciais, as diferenças de pigmentação dentre os indivíduos do mesmo grupo étnico, torna os que possuem a cor mais escura mais vulneráveis às práticas externas racistas, como informa Issa ao dizer que seu irmão Mirembe é mais preto que ele, e portanto mais suscetível ao ódio racial.

Aqui em casa todo mundo é preto, no quintal que eu moro só o marido de uma tia é branco. Racismo, um dia eu tava na rua e os policiais perguntaram cadê os meus documentos, eu mostrei e tudo certo. Meu pai fala que eu tenho que andar sempre com os documentos, pois eu sou preto e não ficar correndo muito de moto, nem andar em lugares desertos, sempre andar perto das ruas principais. Ai eu fico com medo... Lá na loja, a minha tia é preta e a dona, quando os cliente chegam lá na perguntam para mim se a dona está. (Idris)

A resposta de Idris, remonta um cenário muito comum na Baixada Fluminense a presença de grandes grupos familiares negros, morando no mesmo quintal não possuindo parentesco consanguíneo com pessoas brancas. O rapaz fala rapidamente da abordagem policial sofrida na porta de casa e o pedido de averiguação de documentos pelos policiais. E informa que o pai sempre afirma que devido à cor de sua pele ele precisa adotar medidas de segurança que incluem não andar em locais desertos e não correr muito de moto, também relata o espanto da clientela quando descobre que a dona do estabelecimento é negra.

Os relatos de Idris, apontam a onipresença do racismo como elemento que conduz as abordagens policiais na Baixada Fluminense, em que os sujeitos negros são vistos como elementos perigosos, passíveis a violência letal, ao mesmo tempo, a naturalização dessas práticas policiais em territórios¹ tantos os índices de letalidade quanto de desaparecimento de jovens pretos após abordagem policial.

Para além desse cenário de terror vivenciado, José Claudio Souza Alves, autor do livro *Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense* destaca

Apesar dos índices significativos de óbitos por assassinato na Baixada Fluminense, os números divulgados são muito aquém do real, pois há uma gigantesca ausência de registro e investigação policial de muitas mortes. Concomitantemente, há o alastramento de cemitérios clandestinos e mesmo a observação de caminhões com carregamento de dezenas de corpos sem qualquer cobertura jornalística saindo de áreas carentes (ALVES, 2020, p. 54).

A invisibilidade das mortes de jovens pretos na Baixada Fluminense, se mantém devido as dificuldades encontradas pelos familiares de registrarem as queixas nas delegacias ou por medo de irem ao estabelecimento fazerem as denúncias. Os fatos relatos por Alves são relatos presentes nas falas dos moradores de arredores do município e de Japeri, em que são normais os carregamentos de mortos nas carroças.

De modo que a rotina de “desaparecimentos forçados na Baixada Fluminense é algo vivenciado pelos mais diferentes contextos dentro dos territórios vulnerabilizados e constantemente criminalizados, que sofre todo tipo de violência do Estado (...) cenário desses lugares”. (RAPOSO, RODRIGUES, 2022). No artigo, *Onde está meu filho*, as autoras Monique Rodrigues e Nivia Raposo afirmam que

O crime de desaparecimentos forçados não é tipificado, sendo tratado com um descaso absoluto pelas instituições públicas, esse contexto é de grande urgência na Baixada Fluminense. A quantidade de casos sem nenhuma resposta, os inúmeros cemitérios clandestinos, o medo e a dúvida constante sobre o que pode ter acontecido com a vítima de desaparecimentos forçados fazem parte de um panorama que compõem esse debate. (...) a Baixada como espaço histórico desses processos, onde só entre 2003 e 2021 ocorreram 1,2 milhões de desapareciemntos forçados sendo 30% acontecidos na Baixada Fluminense. Essas pessoas têm histórias e famílias que não deixam de existir nem de procurar resposta. (RODRIGUES, RAPOSO, 2022)

O crime de desaparecimento de jovens e homens pretos em Queimados, assim como nos demais municípios da Baixada é uma realidade concreta à muitas décadas, em 2019 Em 2019 um cemitério clandestino utilizado pela milícia foi descoberto. Esse tipo de violência letal, em que garotos da pele preta de 14 e 15 são vitimados “ muitos desses jovens não tiveram sequer a oportunidade de serem velados pelos seus familiares e, em grande parte, nem ao menos foram

transformados em número e viraram “estatística” por não serem merecedores de investigações policiais”. (ALVES, 2020, p.55)

Eu sou escuro, meu pai e minha mãe são escuros também. Minha madastra também é preta. Quando eu ia no shopping os seguranças ficavamolhando, a gente, uns cinco seis moleques juntos. Um dia saí com meu primo e mais uns amigos, fomos para Mesquita encontrar os colegas. Quando entramos no trem, ficaram olhando, guardando os celulares. Meu primo falou, “gente aqui não tem ladrão não, a gente estava na praça, não precisam esconder nada”. Racismo é ser discriminado, andar na rua as pessoas esconderem bolsa, andar mais rápido, tomar dura da polícia. (Dayo)

A família de Dayo é composta por pai e mãe negros que ele identifica pelo termo escuros, assim como a madastra. Relata que eram constantes os olhares quando ia no shopping com os colegas. E conta entre constrangido e debochado a situação em que as pessoas ficaram assustadas com a entrada do seu grupo no trem e a fala do seu primo com o público do trem justificando a presença dos garotos no espaço. Na concepção de Dayo, racismo está ligado a discriminação e ser confundido com ladrões e ser interpelado sem motivos pela polícia.

A narrativa de Dayo assenta-se no pertencimento racial baseada na materialidade de sua cor e de sua ascendência materna e paterna uma vez que o que nos diferencia enquanto população dos demais grupos raciais (branco, amarelo, indígena e pardo) sendo essa cor motivo de ódio racial.

O episódio de racismo vivido pelo garoto e seus amigos dentro do transporte coletivo, mostra a influência da televisão e das mídias na construção e manutenção do racismo ao difundir imagens violentas e criminosas de jovens homens pretos que atuam como imagens de controle que mantêm esses sujeitos presos aos estereótipos de criminalidade e naturalizam a violência sobre esses corpos e fomentam o ódio social contra esses sujeitos, como aponta a professora da UNEB, Anhamona de Brito(2018)

O ódio especificamente dirigido à juventude negra e masculina faz parte de uma seleção perversa que nega a este grupo dignidade, justiça social e, assina sua vida como mecanismo de subjugação e controle social, o qual blindava privilégios a uma minoria, os não-negros das elites, os quais sempre detiveram acesso ampliado aos bens sociais. A juventude negra masculina sofre com a ausência de acesso aos bens sociais –saúde, educação, lazer, trabalho e emprego, etc. Além disso, recebe nos peitos o impacto negativo do ódio historicamente estabelecido contra suas características fenotípicas. Ao saírem nas ruas, são os potenciais criminosos, aqueles a quem a sociedade fomenta o medo e, por consequência, o ódio. Sem acesso aos bens

sociais, temidos e odiados, tornam-se alvos preferenciais sob a chancela, quando não a ação direta, do próprio Estado. (BRITO, 2018, p.2)

Brito descreve com bastante propriedade sob o sentimento direcionado aos jovens pretos, esse ódio direcionado a esse grupo permite e naturaliza uma série de violências contra meninos, homens, idosos do gênero masculino. A autora salienta que esse grupo não tem acesso a justiça social e dignidade, fato que vejo no cotidiano de Queimados, jovens pretos sendo constrangidos e revistados nas ruas, obrigados a mostrar seus pertences enquanto seus colegas pardos e brancos são deixados de lado.

5.9.A visão sobre a cidade de Queimados- o território.

Eu nem sei, não acho nada. (Omar)

Indagado sobre o que ele acha de Queimados, Omar diz que nem sabe e nem possui opinião sobre a cidade. Acredito que a ausência de teorias sobre a cidade deve-se ao receio de falar sobre o conjunto residencial onde ele vive, marcado pela opressão aos moradores e silenciamento, tendo em vista a realidade do local entendo a conduta do rapaz.

Aqui é uma merda, não tem nada, apenas assaltos, tiros, muitas mortes, esta cidade está no fundo do poço. Precisava ter menos favelas, menos assaltos, mais respeito. (Issa)

Issa acredita que deveriam ter menos favelas, menos assaltos e mais respeito. A opinião do jovem remete a grande violência que assola seu bairro nos últimos anos, com toques de recolher e instruções sobre o modo que os carros devem trafegar pela localidade durante a noite.

Eu morava com a minha mãe e lá era muito melhor (pausa) Tinha shopping, cinema, muita loja para comprar roupa, festas muitas festas, eu ficava mais solto por que lá no morro todo mundo se conhece e não tem problema. (Dayo)

Dayo afirma que Queimados perde muito em comparação a outra cidade que morava pois lá havia espaços de lazer e constantes festas e menciona que possuía mais liberdade pois era conhecido por todos moradores.

Aqui é muito ruim, tem horas que tem tiroteio e a gente fica com medo de sair de casa. Fica uns caras fumando maconha na rua. Eles esavamno meu portão, meu pai foi lá, disse que tava com santo e jogou uma cachaça no portão e eles pararam de ficar lá. (Idris)

Idris considera a cidade muito ruim devido a constância dos tiroteios, o uso de drogas na frente de sua residência e a performance de seu pai para afastar as presenças indesejadas do portão de sua casa.

As narrativas dos jovens Issa, Dayo e Idris, apontam os problemas presentes na cidade ligados ao crescimento da violência, ao tráfico de drogas, a disputa territorial entre as facções criminosas rivais e a ação onipresente das milícias nesse território.

5.10. A construção de um pensamento teórico e analítico sobre o tema.

A pesquisa trouxe um panorama interessante sobre as juventudes de Queimados e como eles se formam enquanto homens, durante o período de transição da adolescência para a vida adulta.

Pude depreender algumas respostas dos quatro jovens de idades aproximadas, moradores de áreas distintas de Queimados, que possuem em comum serem jovens pretos em trânsito numa sociedade que prega ódio racial a população preta.

Em relação a família percebi que o núcleo é responsável pelo apoio dos jovens e a fonte de suas referências e valores sociais, ao mesmo tempo que estão em contato com outros indivíduos da sociedade.

A força dos laços familiares estão presentes nos desejos de Omar de ser policial e assim proteger seus familiares e no sonho de tornar-se jogador de futebol e assim conquistar uma vida melhor para seu grupo, na preocupação de Issa em ajudar no orçamento doméstico pois a mãe trabalha quinzenalmente, no desejo de Idris de conviver mais com seu pai e na conduta de Dayo de ouvir os conselhos do pai em relação a sua segurança e a tia que o pressiona a voltar para escola em troca de um trabalho no comércio dela.

Nas narrativas de Omar e Issa, os pais aparecem como figuras que não convivem com os filhos, que leva a pensar nos papéis de homens e mulheres dentro das sociedades ocidentais

coloniais que possibilita aos genitores serem “apenas provedor financeiro e se eximir de outras tarefas do exercício da paternidade como educação, afeto e cuidado” (MARQUES, 2020). Dentro da configuração familiar de Omar, o padrasto assumiu parte das despesas familiares e prefere que a esposa não se aborreça recorrendo constantemente à justiça para requerimento de pensão alimentícia para os filhos.

Na família de Issa, as mulheres (mãe e avós) ocupam o papel de chefe de família sendo responsável pelo sustento e formação dos filhos, sobrinhos ou netos. Esse modelo familiar muito comum nas periferias da Baixada Fluminense, apontam um cenário de empobrecimento das famílias pretas seja pela morte do cônjuge, adoecimento ou término da relação afetiva. E o impacto da pandemia para as famílias negras, uma vez que “na recessão, os homens sofreram mais com a perda de emprego e com a redução salarial, fazendo com que mais mulheres se tornassem as responsáveis por prover a renda de casa”. (BARBOSA, 2020, p.5)

Em contraponto Idris e Ayo, experienciam outro modelo de paternidade em que seus genitores participam ativamente da vida de seus filhos, essa proximidade é evidenciada pelo desejo de Idris de conviver na mesma casa que o pai e ter sido acolhido. Já o pai de Ayo cumpre o papel de conselheiro ao mesmo tempo que cobra do filho ajuda no orçamento doméstico, de modo que o ele aprenda que é importante a participação financeira na manutenção da casa e no bem estar da família.

No caso deles, a essa convivência natural em muitas famílias pretas, adquire relevância histórica e social devido o contexto social em que as populações pretas vieram para o país, e da impossibilidade dos homens pretos durante o período escravocrata exercerem a paternidade por verem seus filhos morrerem de fome ou serem vendidos.

A adolescência aparece como um período de mudanças na vida dos jovens, em que eles passam a vivenciar com uma relativa liberdade sair, conhecer outros espaços, socializar em grupo com os amigos. Ao mesmo tempo que o cuidado das famílias de se manterem vigilantes e orienta esse processo, de modo que os informantes não são vistos pela família como problema.

A realidade vivenciada pelos jovens, diferencia-se das noções naturalizadas na televisão e nas redes sociais em que os jovens adolescentes são estigmatizados como violentos, pertencentes a facções criminosas, numa imagem cristalizada sobre a juventude preta que naturaliza as violências cometidas contra esse grupo. A banalização desses temas, no âmbito acadêmico, sem uma devida imersão na realidade social, cultural, aumenta a vulnerabilização desses sujeitos, uma vez que a maioria das pesquisas sobre os jovens pretos está ligada a criminalidade, evasão escolar

e mantem-se as ideias do jovem preto como problema social, uma vez que não existem outras visões sobre esses sujeitos numa abordagem racista sobre jovens pretos.

Penso que a dificuldade de identificação entre os sujeitos pardos e os pretos, almaganados no termo negro, cria uma problemática nos estudos sobre raça na sociedade brasileira, pois a realidade social da população parda jovem é bastante diferente da população preta, o grupo pardo (em suas variações de origens étnicas) é numericamente maior, estando representado em todas as esferas da vida pública, televisão, política, acessando os benefícios da histórica luta dos movimentos, uma vez que foram tornados negros a partir do Estatuto da Igualdade Racial. Uma amostra desse fato, é a inserção de jovens nas universidades públicas “sempre vemos os estudantes pardos mais claros desaparecerem na massa de estudantes, indiferenciados pela sua própria mestiçagem, o que é a condição das pessoas morenas”. (SILVEIRA, 2019, p.7).

Uma vez que a população branca detém todos as benesses na sociedade brasileira, as relações inter-raciais possibilitarão aos filhos mestiços desse grupo, terão acesso mais facilitado a saúde, educação, habitação, além de viverem uma realidade social bastante diferenciada da população preta, de modo que concordo com necessidade de estudos sobre esse grupo apartado dos pretos como observa Lívio Sansone no livro *Negritude sem etnicidade*, lançado em 2004.

Esse fato me leva a compreender as diferenças entre pretos e pardos no acesso à educação mostra o acirramento do racismo contra pessoas pretas cada vez menos inseridas na gerando uma lacuna de oportunidades de emprego e no acesso à educação. Se na representação das juventudes em situação de rua, desemprego juvenil, suicídio entre outros problemas sociais trazidos pelo racismo a pele retratada é a escura e majoritariamente masculina. As imagens de sucesso, jovens na maioria das vezes são mulheres são mestiças/pardas ou “brancos encardidos” (SCHUCMAN, 2002) que pelo uso de elementos estéticos da cultura preta (tranças, penteados, vestimentas) ou participação nas religiões de matrizes africanas, performam uma negritude política acrítica amparada nos dispositivos de lei do Estatuto da Igualdade Racial, mas que não possui corporeidade negra/preta.

De modo que os sujeitos negros/pretos, continuam vivenciando “as novas formas de segregação – em geral mais sutis e nunca explicitamente baseadas na cor (...) onde os requisitos de “boa aparência” e “fino trato”. (SANSONE, 2004) excluem pessoas pretas/negras as preterindo em favor dos sujeitos miscigenados.

As narrativas de Issa, Omar, Dayo e Idris caminham nessa direção, em que a escola é um espaço de aprendizado, que eles acham importante permanecer seja por decisão própria Omar que

trabalha nos períodos de férias escolares e Issa que exercia atividades durante a pandemia e no contra-turno. Enquanto para Dayo a inserção precoce no mundo do trabalho, torna a escola um espaço que pode ser secundarizado em relação a outras demandas, mas que ele retorna devido as pressões da tia. Acredito que esse fato se deve a um somatório de questões, primeiro as condições financeiras familiares, as incertezas sobre o futuro, o racismo que meninos pretos vivem de modo velado e muitas das vezes ignoram dentro do ambiente escolar e o pouco incentivo para que esses garotos pretos elevem sua escolaridade, uma vez que “que pessoas negras de sexo masculino têm maiores dificuldades em sua trajetória escolar, seguidos de mulheres negras, homens brancos e, em melhor situação, mulheres brancas”. (CARVALHO, 2004, p.27.)

Em relação à religião, Omar, Issa e Idris tem em comum o não pertencimento a nenhum segmento religioso, evento raro em Queimados devido a onipresença de denominações cristãs em quase todas as ruas do município, que recriam um ambiente de lazer mais protegido de influências externas.

A saída de Dayo da igreja, após ter sido interpelado pelo pastor devido ao corte de cabelo, apresenta uma característica muito importante na Baixada Fluminense, o pertencimento as religiões evangélicas proporciona uma maior rede de proteção para esses jovens pretos que passam ser reconhecidos pelas vestimentas e comportamentos que o identificam como “homens de Deus” e diferentes dos demais.

Ser homem na visão dos jovens está ligado ao respeito as mulheres, ao papel de provedor dentro da família, as responsabilidades com o próprio corpo, aos cuidados para se proteger de possíveis violências no ambiente externo.

Esses valores de respeito à mulher, devem-se a dois fatores: o primeiro; a forte presença feminina nas famílias do entrevistados, nas figuras das mães trabalhadoras, avós e da tia e segundo, a popularidade das ideias do campo progressista feminista voltadas para a discussão sobre os papéis e direitos das mulheres brancas (maiores beneficiadas tanto nas esfera pública quanto na privada) e a rebote as amarelas, indígenas, pretas e pardas, na sociedade contemporânea.

Ao mesmo tempo, estão enraizadas ideias mais antigas sobre a concepção dos homens serem os provedores da família, o agravamento da crise financeira, o empobrecimento da populações das camadas populares, a dificuldade dos homens, sobretudo os de pele preta, de conseguirem trabalho formal traz à tona uma realidade social bastante comum nas periferias e favelas do país, os arranjos familiares em que os casais dividem as despesas e o papel de chefe de família. A

noção de homem enquanto responsável pelo sustento familiar, na realidade social da maioria desses sujeitos, está mais restritas as noções de moral presentes na sociedade brasileira mesmo que o homem não seja responsável principal pelo sustento da família, socialmente esse papel é destinado a ele.

Durante a entrevista percebi que as noções de pertencimento racial estão muito presentes no discurso dos informantes baseando a seu discurso na materialidade de sua cor, eles se afirmam pretos devido a a cor de sua família, as suas vivências enquanto sujeitos racializados uma vez que o corpo físico (cor preta) é o elemento concreto visível determinante nas próprias noções de vida e morte operadas aqui no município tanto pelo estado quanto pelas facções criminosas e milícias.

Ser homem preto na Baixada Fluminense é estar muito próximo de um redemoinho, onde jovens são mortos muitas das vezes por serem seduzidos pelos encantos do trabalhos ilícitos ligados as atividades do tráfico de drogas e passam a atuar como olheiros, fogueteiros no mundo do crime. Ao mesmo tempo, em que o simples contato com agentes da lei durante um trabalho intermunicipal, criam possibilidades reais de desaparecimentos forçados, como ocorreu em dezembro de 2021, dois jovens pretos de 15 e 17 anos entregadores de uma pizzaria do município vizinho desapareceram em Queimados após serem abordados por policiais¹.

Carlos Moore (2018), afirma que não se consegue dimensionar historicamente o nascimento do ódio racial contra a população preta, embora esse sentimento tenha surgido a partir da disputa de recursos e território. Eu observo que a ciência não se interessa em se debruçar sobre as razões desse ódio e paulatinamente no Brasil vejo o esvaziamento da questão racial primeiramente por uma mídia que produz discursos “baseados no processo de globalização da negritude”. (SANSONE, 2004), ao invés de se atentar aos estudos sobre a população brasileira produzidos desde a década de trinta.

O esvaziamento teórico sobre a questão racial, se dá pela sucessiva retirada da cor da pele preta como o principal alvo de racismo nas sociedades racistas, dado que “o racismo desde a antiguidade sempre foi uma realidade social e cultural pautado exclusivamente no fenótipo, antes de ser um fenômeno político ou econômico pautado na biologia”. (MOORE, 2018, p.111).

Embora os sujeitos dos grupos raciais pardos, indígenas e amarelos sofram discriminação racial e sejam racializados por não pertencerem aos grupos hegemônicos brancos, eles não sofrem ódio racial devido a cor de sua pele em escala mundial como a população preta.

De modo que entendo que a concepção sobre ser homem para rapazes pretos das classes populares que vivem em territórios as margens das periferias é um somatório das experiências de gênero, ser homem preto como afirma Curry (2018) é não pertencer a esse grupo de gênero no sentido de que embora generificado pelo seu sexo, ele não é considerado homem por não ser branco e em sociedades brancas e multirraciais que pregam ódio aos homens pretos; raça em que a nós pretos/negros é impossível a negação da cor pois ela é característica única de nosso grupo racial; classe social pois a maioria da população preta está nos mais baixos estratos sociais e raros indivíduos como eu que conseguem em nível de estudos e não de renda migrar para outras classes sociais.

No tocante ao racismo, meus informantes sabem que a sua cor, interfere no olhar construído sobre eles, entendem que ser preto os torna mais suscetíveis aos atos racistas e violências. Em comum, percebo que nas famílias pretas o racismo ainda é um assunto tabu, restrito a comentários sobre filmes, fatos jornalísticos de casos do exterior como o assassinato de George Floyd, mas não é um tema presente no cotidiano dos lares negros.

Acredito que isso se deve às dificuldades de verbalizar essa dor que muitas das vezes causa vergonha e dor em nosso povo, uma vez que o racismo está presente em todas as esferas da vida da população preta, na escassez de médicos nos postos nas áreas periféricas ocupadas por pretos e pardos, na inserção no mercado de trabalho formal, na dificuldades de ingresso em melhores oportunidades dentro da sociedade, de modo que o ódio racial endereçado à população preta naturaliza que esse grupo viva em condições bastante precárias muito próximas ao período de Abolição da Escravatura.

Em relação à cidade de Queimados, território da pesquisa, as falas dos entrevistados mostram revolta pela grau de violência crescente na cidade, ao mesmo tempo não veem muitas expectativas de melhorias. A realidade observada pelos rapazes, a mesma que eu tenho, me entristece por ser moradora do município e ter ótimas recordações dos eventos culturais (carnaval, festas juninas) vividos na cidade, somada à liberdade e tranquilidade de poder andar pelas madrugadas, atualmente vivemos um triste cenário, inimaginável a uns anos atrás e completamente sombrio para mim que tenho família preta e familiares jovens .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender os elementos que são elencados no processo de “tornar-se se homem” vivenciado por jovens adolescentes pretos de 14 a 16 anos, moradores do município de Queimados e entender como esses garotos constroem suas identidades na sociedade contemporânea, a partir das narrativas e discursos tecidos por esses sujeitos e as relações que constroem na escola, dentro dos espaços religiosos, no trabalho e com suas famílias.

A pesquisa discutiu a composição étnico-racial da população brasileira, de acordo com os documentos históricos o processo de formação da população é atravessado pelo processo de colonização, racismo e violência sexual em que os europeus invadiram a terra de Pindorama e estupraram mulheres nativas indígenas, esse processo contínuo, manteve-se ativo com a introdução do tráfico transatlântico que trouxe grupos populacionais de africanos reféns de guerra para o país. Essas relações sexuais forçadas em vários pontos do país, deu origem a uma população mestiça plurirracial que convivia com grupos raciais brancos, pretos, amarelos e indígenas.

Estudar a formação de cor e raça do país, nos permite compreender o quanto racismo baseado na superioridade da população branca em relação aos grupos racializados, manteve a população preta alijada em que a cor da pele, define o tratamento recebido/ dado pelo indivíduos nas relações sociais e dentro do tecido social de territórios periféricos, funcionando como escudo de proteção contra as desigualdades sociais para populações brancas e mestiças ou tornarem-se fatores de maior vulnerabilidade social para as juventudes masculinas de pele preta como mostram

os índices de mortalidade e desaparecimento forçados na Baixada Fluminense, território da pesquisa.

A importância dessa informação reside no entendimento que embora a problemática trazida pelo racismo sejam vivenciadas por todos os grupos não brancos (mestiços, indígenas, amarelos), o racismo antinegro possui como principal característica o fomento de ódio a população preta masculina, seja pela associação a criminalidade que naturaliza a morte de meninos e homens pretos¹, cada vez mais crescente no país como mostra o estudo publicado.

Embora todos os sujeitos não brancos vivam situações e hierarquização racial, as disputas em torno do termo pardo, mostram que movimentos negros, indígenas e o Movimento Pardo-mestiço pensam a questão da identidade mestiça de forma bastante diversa uma vez que se para os movimentos negros brasileiros o termo pardo pressupõe um país birracial composto por apenas por brancos e negros, o movimento indígena compreende a utilização do termo pardo para nomear a população indígena descendente como uma forma de apagamento da população indígena uma vez que foram obrigados pelo estado brasileiro a aceitarem essa nomenclatura para não morrerem. Distoando dos dois grupos, o Movimento Pardo- Mestiço compreende as populações mestiças/ pardas como um conjunto composto de populações oriundas das populações indígenas e brancas que foram miscigenadas ao longo dos séculos, mas não são pertencentes nem ao grupo indígena e nem ao negro. O meu entendimento das lutas dos movimentos é que embora o pardo como categoria política relacionado a quantidade numérica dessa população no país, implica na organização de políticas públicas sociais na área de saúde e educação para o movimento negro, para o movimento indígena a negação do termo pardo e a assunção do termo indígena pela a população indígenes abre espaço político para uma discussão sobre a demarcação de terras indígenas e para o movimento Pardo-Mestiço impacta nas disputas territoriais pelas terras indígenas.

No tocante ao povo preto, que faço parte devido a herança materna e paterna, a cor negra característica das populações africanas trazidas como prisioneiras de guerra para o Brasil. Cor celebrada pelos intelectuais pretos Cuti, Ele Sémog e Beatriz do Nascimento nos textos da década de 80, auge da militância política negra brasileira em que se configuraram os mais importantes atos políticos em torno de mais direitos para a população preta brasileira.

Naquela época, o termo negro durante os anos de formação política e cultural da militância intelectual negra, e como o termo unia materialidade do fenótipo e identificação política. E identificava pessoas de pele escura havendo o reconhecimento da pluriracialidade e

multietnicidade da população brasileira (IBGE, 2013, p.14) assim como a luta por garantia de direitos para o grupo racial preto, historicamente mais vulnerável.

No Brasil após a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010, a população não-branca (parda/mestiça) passou a ser nomeada pelo estado brasileiro como negra, usufruindo dos mesmos direitos legais da população preta em relação a saúde e educação, uma vez que mesmo sendo grupos raciais diferentes são hierarquizados pela cor. Compreender as mudanças do cenário político do país, é importante para a discussão sobre os lugar ocupado pelos meninos homens pretos tanto nas políticas sociais destinadas ao “povo negro” quanto na invisibilidade desses sujeitos na sociedade.

O Estatuto da Igualdade Racial como dispositivo legal trouxe grandes benefícios à população parda que devido a sua ascendência branca possuem mais acesso a escolaridade, saúde, moradia e sendo numericamente maior que a população preta possui muito mais recursos que o grupo preto, de modo que a proximidade racial com o grupo branco favoreceu que esses indivíduos enquanto grupo fossem mais beneficiados como mostram a inserção do grupo pardo na educação superior. Embora o discurso público seja do aumento de alunos cotistas negros e pardos na universidade, os estudos mostram a presença de alunos brancos mestiços e mestiços de pele clara que se confundem com alunos não cotistas mostrando que a população preta não foi inserida nas políticas públicas de acesso a educação superior no país.

Da mesma forma, o Estatuto da Igualdade Racial apresenta lacunas no que tange a questão de gênero, destinando recursos para inserção de mulheres pretas e pardas, mas não criou nenhuma política pública para homens e pretos de nenhuma faixa etária. Compreendo a ausência de políticas sociais destinadas aos homens pretos, igualmente vítimas do racismo, difamação pública e ódio racial como uma prática racista do estado brasileiro, visto que homens e mulheres pretas são oriundos do processo de escravidão, racismo e colonização. E principalmente os homens pretos foram eleitos desde a colonização do país como inimigos do estado brasileiro, vide os números de mortes de africanos do gênero masculino escravizados no país.

Embora seja um elemento da história brasileira, os números apresentados no capítulo três, mostram que em áreas consideradas fundamentais para a dignidade humana como saúde, educação, habitação e empregabilidade, os homens e meninos pretos encontram-se alijados de direitos sociais. Seja na precariedade dos serviços dirigidos á eles, na dificuldade de conciliarem as rotinas de trabalho com os cuidados preventivos na saúde que possibilitam que homens pretos morram mais que os demais grupos masculinos de outras raças.

O mesmo se dá no campo da educação, em que a incidência de abandono escolar é altíssima entre os garotos pretos de todas as faixas etárias, seja pelo racismo perpetuado nas escolas brasileiras e sutilmente ignorado tanto pelos docentes quanto pela equipe pedagógica e direção da escola. Ou pela pobreza que empurra esses meninos para o trabalho infanto-juvenil trabalhando como empacotadores nos supermercados, carregadores de caixas nas feiras livres, lavadores de carros, vendedores de balas nos trens coletivos. Trabalhos esses impossível de serem conciliados com a escola pois demandam esforço físico e são crianças em fase de crescimento. No caso dos meus entrevistados, a entrada no mundo do trabalho no início da adolescência não os afastou da escola, mas trouxe para eles um cotidiano de serviços pesados durante os períodos que trabalharam na construção civil.

Cotidianos bem comuns e não questionadas e naturalizadas para crianças e adolescentes pretos do gênero masculino em que pesam sobre eles a crença de que não são crianças e portanto não precisam ser protegidas, uma vez que sob a carne preta recaem os jugos da inferioridade racial trazidas pelo racismo científico.

Racismo que Tommy Curry informa que é generificado quando direcionado aos homens e meninos pretos, que sofrem uma dupla discriminação por possuírem um falo que os torna homens e portanto mais vulneráveis numa sociedade que prega o ódio ao homem preto. Esse ódio, na Baixada Fluminense desdobra-se nas mortes e desaparecimentos forçados de jovens, em que os familiares muitas das vezes não denunciam por medo de irem a as delegacias e serem incriminados.

Racismos que atravessam a formação humana dos entrevistados da minha tese, Issa, Dayo, Omar e Idris. Garotos pretos inequívocos, de pele negra, moradores da cidade de Queimados, jovens adolescentes com idades entre 14 e 16 anos que vivenciam o processo de “tornarem-se homem” dentro de uma cidade caracterizada pela violência e pela pobreza. As entrevistas, questionários e os bate papos que tivemos apontam para uma juventude que se informa pelas redes sociais e que mesmo matriculada e frequentando a escola, aprende lá mas não possuem com a escola uma relação de pertencimento devido ao racismo presente nas instituições que muitas das vezes não é percebido pelos jovens, mas que torna o convívio dentro dos estabelecimentos pouco harmoniosos.

Ao mesmo tempo, o dialogo com os meninos mostra a importância da família na construção das suas masculinidades, eles consideram as figuras femininas de suas famílias muito importantes e são responsáveis pela maneira com que eles formam seus conceitos sobre a realidade que os

cercam, seja na figura da tia que impõe a volta à escola, na mãe que ensina a importância do respeito as mulheres, na avó que participa integralmente da criação dos netos.

Percebi durante a entrevista o desconforto que a menção ao racismo traz a nós pretos, é como se o racismo vivido fosse uma ferida aberta que nós nos contorcemos para não mostra-la ao público. E que no caso dos garotos maiores vítimas na sociedade brasileira, essa discussão não chega a eles. Embora a obrigatoriedade da Lei 10.369 de ensino sobre as lutas dos movimentos negros e das populações negras sejam ensinadas nas escolas públicas brasileiras em todo território nacional, apenas a legislação não consegue trazer a realidade concreta de eliminação do racismo na sociedade brasileira de modo a evitar as mortes de garotos pretos que morrem sem nem saberem que são pretos como afirma Jose Claudio Souza no livro *Dos Barões Ao Extermínio Uma História Da Violência Na Baixada Fluminense*.

As vozes que não se calam...

Essa tese representa para mim um grito teórico, bastante dolorido pois falo de um lugar de dor e impotência diante do ódio crescente contra a população preta que eu orgulhosamente faço parte. Viver esse ódio racial em território periférico, quando se tem uma família preta em que o marido sai de casa todos os dias e eu peço a Deus para que ele volte é lugar real de que eu falo, que não consegue ser traduzido pelos estudos tão distantes de minha realidade que mesmo atravessando o lugar estabelecido para pessoas como eu, estou só, estarei só...

E do exemplo dos meus antepassados que transformaram dor em luta que teço meu texto para pensar as complexas relações no Brasil real em que eu vivo, que mesmo eu estando dentro dos muros da universidade percebo que são questões que gradativamente são esquecidas e tornadas insignificantes.

A tese traçou um panorama sobre como os garotos pretos vivenciam esse período da adolescência em que “tornar-se homem”, o ponto central da tese desloca-se por dois pontos. A

primeira teórica e a segunda composta de entrevistas com 04 jovens adolescentes pretos e suas percepções sobre o processo de tornar-se homem na cidade de Queimados.

A minha pesquisa se amparou nos Estudos sobre Homens Negros, desenvolvidos pelo Professor Doutor Tommy J. Curry, docente titular da Universidade de Edinburg. A escolha desse autor deve-se à imediata identificação que tive com a obra *Man Not-man: Race, Class, Genre, and the Dilemmas of Black Manhood* que observa o cenário cultural produzido pelos estudos de gênero nos Estados Unidos e em como esses estudos fortalecem o ódio racial contra homens pretos. A análise dos dados sobre habitação, empregabilidade, saúde e educação apontam as vulnerabilidades dos meninos e homens pretos dentro da sociedade brasileira, uma vez que em todos os índices sociais, esses sujeitos ocupam os piores lugares e são duplamente marginalizados por serem homens e por serem pretos. Em um processo de desumanização que torna esses indivíduos não homens, pois embora generificados pelo seu órgão sexual eles não usufruem dos privilégios da masculinidade, reservada aos brancos. Nesse caso, percebo que os pretos mesmos quando crianças ou adolescentes, são vistos como homens, vivenciando toda a carga de ódio direcionada ao grupo masculino “ numa ação que não é unidimensional, coerente ou congruente e que também sempre estará inacabada ou incompleta”. (SILVA JUNIOR, 2012, p. 13)

A reflexão ganha contornos mais aterradores quando analisamos os dados sobre a escola em que o fracasso escolar se processa por meio de estereótipos racistas presentes em todos os segmentos da sociedade.

A partir da percepção do esvaziamento da discussão de raça no país, no tocante ao grupo étnico preto que representam 9,6% da população, em constante declínio devido ao falecimento de pessoas idosas, morte de homens jovens em idade sexual ativa, o crescente número de desaparecimento de jovens não registrados em cidades periféricas, esterilização de mulheres nas cirurgias de histerectomia e casamentos inter-raciais.

Esses fatores conjugados, mostram a diminuição da população preta no país e sua invisibilidade diante da realidade brasileira cada vez mais anti-preta, como atestam os inúmeros casos de violência letal contra os peles pretas. Visto que a questão central discutida pelos movimentos negros na atualidade é a inclusão e manutenção de pessoas pardas dentro da categoria política negra, numa busca de poder político que pouco alcança a população que enfrenta diuturnamente o ódio da violência racial, seja no acesso à habitação, saúde, educação e justiça social.

De modo que a compreensão da juventude preta, desse devir a ser homem numa sociedade racializada se debruça na tese de Tommy Curry que defende que dentro das sociedades contemporâneas coloniais, o homem negro não é visto como não pertencente a humanidade visto que ele é sofre ódio em virtude de sua cor e seu “gendre” que impede quaisquer sentimentos de solidariedade e compaixão direcionados ao grupo.

No Brasil, os homens de pele preta foi eleitos inimigos do estado, desde o do período escravocrata, quando homens pretos eram violentados, tinham seus pênis decepados, forçados ao trabalho sexual como reprodutores sexuais gerando mão de obra escravizada. Após o período de Abolição da República, os homens pretos foram marginalizados pelo estado brasileiro como preguiçosos, desocupados. Esse processo de marginalização permanece até a atualidade em que os jovens pretos são vítimas tanto do genocídio quanto dos inúmeros casos de desaparecimento forçado no Brasil.

A análise das entrevistas com meus informantes apontam como as discussões sobre raça e racismo não atingem as potenciais vítimas da letalidade do racismo, que muitas das vezes não entendem a dimensão do ódio racial que sentem contra nossa população preta. Em que os meninos pretos são condenados a morte por causa da cor da sua pele.

Ao mesmo tempo, é impossível negar a importância da histórica luta dos Movimentos Negros Brasileiros entre as décadas de 40 a até o finzinho dos anos 90 e como ela trouxe impactos para a sociedade brasileira no tocante a admissão do racismo como estrutura basilar da sociedade brasileira. Mas infelizmente, essa luta tem sido esvaziada nas últimas décadas, uma vez que a cor da pele, fator de ódio racial responsável pelas desigualdades em todos os níveis que sofrem a população preta tornou-se um elemento secundarizado e interseccionado em várias lutas. A retirada do preto em prol da racialização do pardo tornado negro no espectro político, trouxe consigo, a invisibilidade sobre a população preta que paulatinamente torna-se mais perseguida enquanto morre sem acessar em totalidade as lutas de nossos iguais.

De modo que a celebração do Estatuto da Igualdade Racial não exclui o reconhecimento das lacunas das exclusão dos homens pretos das oportunidades de justiça social e iniciativas para mulheres pretas e pardas. Ao mesmo tempo, percebo que a população preta inequívoca, mantém-se alijada das históricas conquistas, visto que a cor da população que ascende é a parda, tornada negra a partir de uma lei, esse corpo miscigenado a partir de uma narrativa que performa negritude adquire reconhecimento, status e ganhos financeiros, mas não vivencia a mesma realidade racial

da população preta e não consegue estabelecer os laços de solidariedade previstos por Abdias do Nascimento e Lélia Gonzales.

Afirmo que é necessário, redesignar os caminhos da discussão racial no país e criar iniciativas reais que inclua a população preta nessa luta para que possamos pensar a vida real, concreta de milhões de pretos que assim como as famílias de meus entrevistados não possuem capital cultural para compreender a dimensão do racismo que nos mata diuturnamente.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. Ngosi. (2019). **O perigo da história única**. Tradução: Júlia Romeo. São Paulo: Companhia das Letras.
- ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- AFRIKA, L. **O Que Faz as Pessoas Pretas Serem Pretas**. 2009. Disponível em :< <https://estahorareall.wordpress.com/2015/07/28/melanina-o-que-faz-as-pessoas-pretasserem-pretas-negritude-bioquimica-llaila-afrika/> > Acesso em: 02 set 2019.
- ALMEIDA, Silvio. Sílvia Almeida: **Estado racista e crise do capitalismo**. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/silvio-almeida-estado-racista-e-crise-do-capitalismo/>. Acesso: 15, jul.2021.
- BARBOSA, Marina. PHELPE, André. **Mulheres são responsáveis pela renda familiar em quase metade das casas**. 2020. Correio Brasiliense. Brasília. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas_economia,828387/mulheres-sao-responsaveis-pela-renda-familiar-em-quase-metade-das-casa.shtml. Acesso: 09, jul.2021.
- BARBOSA, D. O; FREITAS, R. C. S. **A invisibilidade dos homens na proteção social básica: um debate sobre gênero e masculinidades**. OPSIS, Catalão, v. 13, n. 2, p. 58-83, 2013.
- BAUMAN, Zigmund. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade – Brasília : Ministério da Saúde, 2018.
- CARMICHAEL, S. e HAMILTON, C. **Black power: the politics of liberation in America**. New York, Vintage, 1967, p. 4.
- CARNEIRO, A. S. **Negros de pele clara**. CEERT, 2016. Disponível em . Acesso em 26 de junho de 2020.
- ___ CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.
- CAMPBELL, Gwyn (2008). “**Slave trades and the Indian Ocean world**”, em HAWLEY, John C. (ed.). **India in Africa, Africa in India. Indian Ocean cosmopolitanisms**. Bloomington: Indiana University Press.

CAMPOS, Daniel de Souza; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele; NASCIMENTO, Marcos Antonio Ferreira. **Homens e Proteção Social: desafios para a Política Nacional de Assistência Social**. Revista O Social em Questão, Ano XXII, n.43, jan./abr. 2019. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_43_art_10.pdf Acesso em: 26 out. 2019.

CARVALHO, Marília Pinto de. **Quem são os meninos que fracassam na escola?.** Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas) , São Paulo, v. 34, n.121, p. 11-40, 2004.

CARVALHO, Marília Pinto de . **O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça**. Cadernos Pagu (UNICAMP) , Campinas, SP, v. 22, p. 247-290, 2004.
CÉSAIRE, Aimé. **Discourse on Colonialism [1950]**. Traduzido por Joan Pinkham. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1978.

CERQUEIRA, D.; LIMA, R. S. de; BUENO, S. et al. **Atlas da violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEA-FBSP, 2017.

CÉSAIRE, Aimé. **Discourse on Colonialism [1950]**. Traduzido por Joan Pinkham. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1978.

CERQUEIRA, D.; LIMA, R. S. de; BUENO, S. et al. **Atlas da violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEA-FBSP, 2017.

COSTA, E.; BARBOSA, J. L. **Rolezinho: territórios e territorialidades em ciberculturas**. Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 1, ano XI, 2016.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 9. ed. São Paulo: Unesp, 2010, 144p., ISBN 978-85-393-0071-6.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento**. 1. ed - São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. University of California Los Angeles. Estudos Feministas, 2002 .

CURRY, Tommy J. **The Man-Not: Race, Class, Genre, and the Dilemmas of Black Manhood**. Temple University. 2017.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN**, Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

FAUSTINO (NKOSI), D. **O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo** in: Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher / organização Eva Alterman Blay. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Pp. 75.

FRANCISCO, Monica. **NEGOS PRETOS EM LINHA DE PASSE: UMA LEITURA SOBRE A TAÇA DAS FAVELAS**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 11, n. 30, nov. 2019. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/806>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

FRANTZ, Fanon. **Pele negra máscaras brancas [1952]**. Título original: "Peau noire, masques blancs". Salvador: EDUFBA, 2010.

FRANTZ, Fanon. **Racismo e Cultura [1956]**. In: FANON, Frantz. Em Defesa da Revolução Africana. Texto da intervenção de Frantz Fanon no 1º Congresso dos Escritores e Artistas Negros em Paris, em Setembro de 1956. Publicado no número especial de "Présence Africaine", de Junho-Novembro de 1956. Tradução por Isabel Pascoal. Terceiro Mundo. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. Educ. Soc. [online]. 2002, vol.23, n.79, pp.257-272. ISSN 0101-7330.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: EDUSP, 1965.

FERNANDES, João Azevedo. **Violência e mestiçagem: a origem da família brasileira na obra de Darcy Ribeiro**. Revista Antropológicas, Recife - PE, v. 15, n.1, p. 155-183, 2004.

FIORIN, J. L. "Anoção de texto na semiótica", in: Organon, v. 9, n. 23, Porto Alegre: UFRGS, 1995.

GONCALVES, M. A. R.. **Itinerários de etnicidade: jovens negros e jovens negras em contextos de militância antirracista**. 2012. Tese (Doutorado em Programa Pós-Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense.

GONZALEZ, Lélia. "A categoria político-cultural de amefricanidade". Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.

_____. "Por um feminismo afrolatinoamericano". Revista Isis Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.

GONCALVES, M. A. R.. **Itinerários de etnicidade: jovens negros e jovens negras em contextos de militância antirracista**. 2012. Tese (Doutorado em Programa Pós-Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. **PEDAGOGIA DA CRUELDADE: RACISMO E EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA**. Educ. rev., Belo Horizonte, v. 34, e197406, 2018

HALL, Stuart. **Estudos Culturais e seu legado teórico**. In: SOVIK, L. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 199-218

HOOKS, bell. **Escolarizando homens negros**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 677-689, Dec. 2015.

HOOKS, bell. **Feminist theory: from margin to center** (2000, 2ª edição). Direitos autorais concedidos pela Cambridge, MA: South End Press. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Revisão da tradução por Flávia Biroli.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização.** Educ. rev., Belo Horizonte, v. 34, e167901, 2018 .

KILOMBA, Grada. **“The Mask”.**In: **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism.** Münster: Unrast Verlag. 2. Auflage, 2010.

KILOMBA, Grada. “Descolonizando o conhecimento”. **Uma palestra-performance de Grada Kilomba.** 2016.

LAURETIS, T. **A tecnologia do gênero.** In: HOLLANDA, B.H. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LACERDA, João Baptista de. **The metis, or half-breeds, of Brazil.** In: SPILLER, Gustav (Org.). Papers on inter-racial problems communicated to the First Universal Races Congress. Londres: P. S. King & Son; Boston: The World’s Peace Foundation, 1911a. p. 377-383.

LACERDA, João Baptista de. Sur le métis au Brésil. In: Premier Congrès Universel des Races: 26-29 juillet 1911. Paris: Devouge, 1911b.

LIMA, Suzete. **Racismo e violência, práticas de extermínio contra a juventude negra.** 2010.82f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Cinema & Sexualidade.** Educação & Realidade, v. 33, n. 1, p. 81-98, jan./jun.2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/6688>. Acesso em: 02 mai. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado é pedagogia da sexualidade .** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MALFITANO, Ana Paula Serrata. **Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela.** Etnográfica, Lisboa, vol.15, n.3, 2011, pp. 523-542.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **La educación desde la comunicación.** Buenos Aires: Norma, 2002.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra.** Lisboa: Antígona, 2014a, 306 p.

MINAYO, M. C. de Souza. **O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica.** Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MORAES, Marcelo. **Violências Identitárias.** Ítaca (UFRJ), v. 19, p. 163-174, 2012.

MULLALY, B. (2007). **Oppression: The focus of structural social work**. In B. Mullaly, *The new structural social work* (pp. 252–286). Don Mills: Oxford.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *REVISTA USP*. 2015.

_____. **A preponderante geografia dos corpos. Entrevista especial com Kabengele Munanga**. Instituto Humanitas Unisinos 2015. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/549024-a-preponderante-geografia-dos-corpos-entrevista-especial-com-kabengele-munanga>. Acesso: 12 out,2021.

N'DIAYE, Tidiane. **O Genocídio Ocultado. Investigação histórica sobre o tráfico negro árabo-muçulmano**. Tradução: Tiago Marques. Lisboa, Portugal: Gradiva, 2019. P. 232

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1978

NOLASCO, Edgar César. **Para onde os pássaros devem voar depois do último céu?** In: RAÍDO-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD. Dourados, v.2, n.3, jan.-jun. 2008. USP, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006

OYËWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. Tradução para uso didático de: OYËWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies*. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

OLIVEIRA, Fátima. **Ser negro no Brasil: alcances e limites**. *Estud Av.* 2004;18(50):57-60 DOI:10.1590/S0103-40142004000100006

OSORIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE**. Brasília, DF: Ministério do Planejamento,. Orçamento e Gestão, 2003.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. **Fluxos insurgentes em São Paulo: os ?rolês? que marcam a cidade**. In: BERTELLI, Giordano B.; FELTRAN, Gabriel. (Org.). *Vozes à margem: periferias, estética e política*. 1ed.São Carlos: EdUFSCar, 2017, v. 1, p. 171-190.

PERU. História del Pueblo Afroperuano y SUS. **Aportes a La Cultura del Peru**. Lima. NAVARRETE S.A. 2013.

PETRUCCELLI, José Luis. **A cor denominada – Estudos sobre a classificação étnicoracial**. Rio de Janeiro:DP&A, 2007

PINHO, Osmundo S. de Araújo. **Etnografias do brau: corpo, masculinidade eraçana reafricanização em Salvador**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 127-145, jan./abr.2005.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, p. 227-278. 2005.

REINA, M. **Pentecostalismo e questão racial no Brasil: desafios e possibilidades do ser negro na igreja evangélica**. PLURAL (SÃO PAULO. ONLINE) , v. 24, p. 253-275, 2017.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”**. Diálogos Educacionais, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006.

SEMOG, Éle; LIMEIRA, José Carlos. **O arco-íris negro**. 1978, p. 94.

SCHUCMAM, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. 160 f. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

SILVA, Thiago Rodrigo da; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **O lócus do jovem pobre na sociedade a partir do boom dos rolezinhos**. Rev. katálysis, Florianópolis , v. 19, n. 1, p. 126-134, Junho. 2016.

SILVA JUNIOR, J. A. da. **SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO**. Revista Lugares de Educação, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 218–238, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rle/article/view/10965>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SILVA, F. C. **A Juventude na Mídia Brasileira: estereótipos e exclusão**. Revista Anagrama - Revista Interdisciplinar da Graduação. São Paulo, 2008.

SILVA JUNIOR, P. M. ; BORGES, L. C.. **Adolescentes Negros Moradores das Periferias Urbanas do Rio de Janeiro: entre Escola, Gênero, Masculinidades, Raça, Violência e Vivências**. Revista latino-americana de Geografia e Gênero, v. 9, p. 3-21, 2018.

SINHORETTO, J.. **Violência, controle do crime e racismo no Brasil contemporâneo**. Novos olhares sociais, v. 1, p. 4-20, 2018.

SOARES, Elza. **Do Cócix Até O Pescoço**. Maianga Discos. 2002.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1999.

SOUZA, Rolf Ribeiro de. **O lazer agonístico: Como se aprende o que significa ser homem num bar de um bairro suburbano**. 2010. 191 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Antropologia, Departamento em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010

TRINDADE, Azoilda Loretto da e SANTOS, Rafael (Org.). **Multiculturalismo – mil e uma faces da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VÉRAN, Jean-François. **‘Nação Mestiça’: as políticas étnico-raciais vistas da periferia de Manaus**. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 3, n. 9, jul./set. 2010. p. 21-60.

WESCHENFELDER, V. I.; SILVA, M. L. da. **A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras**. Análise Social, v. 2, n. 227, Lisboa, 2018. p. 308 – 330.